Demonstrações Contábeis Anuais Completas 2019

Enel Brasil S.A.

20 de fevereiro de 2020

Enel Brasil S.A. 2019



Prezados Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Brasil S.A. (ou "Companhia" ou "Enel Brasil") submete à apreciação o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

PERFIL

Maior empresa privada do setor elétrico brasileiro, a Enel Brasil S.A. é uma holding de companhias que atuam nos segmentos de geração, conversão, transmissão e distribuição de energia, além de prestação de serviços. Com sede em Niterói (RJ), a empresa mantém operações em cinco estados brasileiros: Rio de Janeiro, Ceará, Goiás, São Paulo e Rio Grande do Sul. O Grupo Enel, por meio da Enel Américas S.A., sediada no Chile, detém 100% do Capital Social votante da Companhia (99,16% do capital total).

No segmento de Distribuição de energia, as concessionárias controladas pela Enel Brasil atendem mais de 17 milhões de unidades consumidoras em 511 municipios nos estados do Ceará (COELCE), Goiás (CELG-D), Rio de Janeiro (Ampla) e São Paulo (Eletropaulo), fornecendo energia a consumidores residenciais, comerciais, industriais, rurais e do setor público.

Em Geração, as três unidades controladas pelo Grupo (EGP Cachoeira Dourada, EGP Volta Grande e Enel Geração Fortaleza) contam com uma capacidade instalada combinada de aproximadamente 1,4 GW, atendendo distribuidoras, comercializadoras e clientes livres de diversas partes do País.

Por meio da controlada Enel X Brasil, constituída em 2009, a Enel Brasil oferece produtos massivos e presta serviços corporativos e institucionais, a exemplo de instalações elétricas e eficiência energética, para pessoas físicas e jurídicas, e conta com operações comerciais em praticamente todos os estados do Brasil.

A Enel Brasil é, ainda, controladora da Enel Cien, no segmento de conversão e transmissão de energia, responsável pela operação de linhas de transmissão de aproximadamente 1.000 km extensão, que compõem a interconexão entre Brasil e Argentina.

En 2019, foram realizadas operações para simplificar e otimizar a estrutura societária do grupo, com foco para a operação de incorporação reversa da sua controlada direta Enel Brasil Invesimentos Sudeste pela Enel Distribuição São Paulo, controlada indireta, concretizada em novembro; e a Oferta Pública para Compara de Ações e Conversão de Registro da Eletropaulo. Esses processos, combinados, culminaram com o controle de 100% do capital social da Eletropaulo pela Enel Brasil.

^{*}Valores não auditados pelos auditores independentes.

Enel Brasil S.A. 2019



PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Operacionais Distribuição

	2019	2018	Variação	Var. %
Energia Fornecida - Venda e Transporte (GWH) - Total	81.365	79.830	1.536	1,9%
Número de Consumidores	17.185.365	17.485.005	(299.640)	-1,7%

Indicadores Operacionais Geração

	2019	2018	Variação	Var. %
Capacidade instalada (MW)	1.365	1.365	0	0,0%
Energia assegurada (Garantia Fisica) (MW)	944	944	0	0,0%
Geração de energia elétrica - Total (GWh/ano)	5.291	3.824	1.467	38,4%
Venda de energia elétrica - Total (GWh/ano)	18.243	15.129	3.114	20,6%

Indicadores Operacionais Transmissão

	2019	2018	Variação	Var. %
Capacidade Transmissão (MW)	2.200	2.200	-	0,0%
Energia Transmitida (GWh)	450	266	184	69,0%

Indicadores Operacionais Serviços

	2019	2018	Variação	Var. %
Potência Vendida (kWp)	6.700	2.345	4.355	185,7%
Base de Clientes	918.919	750.666	168.253	22,4%
Cancelamentos	1,76%	1,96%	-	-0,20 p.p

Número de Colaboradores

	2019	2018	Variação	Var. %
Número de colaboradores próprios	10.108	10.843	(735)	-6,8%
Número de colaboradores parceiros	42.575	36.729	5.846	15,9%
Total	52.683	47.572	5.111	10,7%

Indicadores Patrimoniais

Consolidado	2019	2018	Variação	Var. %
Ativo total (R\$ Mil)	70.208.259	29.856.936	40.351.323	135,1%
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	23.880.521	11.962.475	11.918.046	99,6%
Valor patrimonial por ação (R\$)	43,48	38,39	5,09	13,3%

^{*}Valores não auditados pelos auditores independentes.

Enel Brasil S.A. 2019



Endividamento

Consolidado	2019	2018	Variação	Var. %
Dívida Bruta (R\$ Mil)	14.240.132	22.609.569	(8.369.437)	-37,0%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	(3.360.070)	2.865.283	(6.225.353)	-217,3%
Dívida Líquida (R\$ Mil)	10.880.062	19.744.286	(8.864.224)	-44,9%

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Valores em R\$ Mil - Consolidado

Talor of the Control and the C				
	2019	2018	Variação	Var. %
Receita Operacional Bruta	53.795.580	43.575.653	10.219.927	23,5%
Deduções da Receita Bruta	(20.083.831)	(16.343.457)	(3.740.374)	22,9%
Receita Operacional Líquida	33.711.749	27.232.196	6.479.553	23,8%
Custo do Serviço e despesas operacionais	(30.149.869)	(24.490.669)	(5.659.200)	23,1%
EBITDA (1)	5.626.704	4.175.235	1.451.469	34,8%
Margem EBITDA	16,69%	15,33%	-	1,36 p.p
EBIT (2)	3.561.880	2.741.527	820.353	29,9%
Margem EBIT	10,57%	10,07%	-	0,50 p.p
Resultado Financeiro	(1.408.725)	(1.595.318)	186.593	-11,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.249.976	806.938	443.038	54,9%
Lucro Líquido	3.403.131	1.953.147	1.449.984	74,2%
Atribuível aos acionistas controladores	3.181.550	1.852.717	1.328.833	71,7%
Atribuível aos acionistas não-controladores	221.581	100.431	121.150	120,6%
Margem Líquida	10,09%	7,17%	-	2,92 p.p
Lucro Líquido por ação (R\$)	6,20	6,36	(0,17)	-2,6%

⁽¹⁾ EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciação e Amortização

O desempenho econômico da Enel Brasil S.A. espelha os fatos econômicos associados às empresas as quais consolida.

A receita operacional bruta de 2019 foi superior a apresentada no ano de 2018 em 23,5%, devido, principalmente: (i) ao segmento de distribuição, que apresentou maiores receitas com fornecimento faturado, no valor de R\$ 33,5 bilhões (R\$ 27,3 bilhões em 2018); (ii) ao aumento da receita nos ativos de geração em um montante de R\$ 12,9 milhões, e; (iii) à disponibilidade da rede elétrica, que apresentou uma variação positiva de R\$ 5,6 bilhões. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento em R\$ 3,3 bilhões em duduções com ICMS/PIS/COFINS e ISS.

Os custos e despesas operacionais apresentaram um incremento de 23,1%, explicado, principalmente, por (i) maiores custos em energia elétrica comprada para revenda, com uma variação de R\$ 2,4 bilhões em relação a 2018; (ii) aumento nos encargos do uso do sistema de transmissão, no valor de R\$ 860,9 milhões; (iii) aumento nas despesas com serviços de

⁽²⁾ EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro

^{*}Valores não auditados pelos auditores independentes.

Enel Brasil S.A. 2019



terceiros, cuja variação foi de R\$ 525,5 milhões, em função das ações emergenciais de combate a interrupções de energia, que ocasionou maior contratação de fornecedores e; (iv) maior despesa com PECLD de clientes em um montante de R\$ 175,4 milhões, parcialmente compensado pelo (v) aumento de R\$ 228,3 milhões na receita de multas por impontualidade de clientes; e (v) redução com custo de desativação de bens, no valor de R\$ 25 milhões.

O EBITDA consolidado da Enel Brasil alcançou R\$ 5,626 bilhões, R\$ 1,5 bilhão superior ao apresentado em 2018 (R\$ 4,2 bilhões).

O resultado financeiro fechou 2019 em R\$ 1,4 bilhão negativo, R\$ 186,6 milhões superior ao apresentado no ano anterior (R\$ 1,6 bilhão negativo), devido, principalmente, (i) ao aumento de R\$254,6 milhões em encargos de dívida; (ii) à variação líquida em instrumentos financeiros derivativos no valor de R\$ 194 milhões negativos, parcialmente compensados pela (iii) redução de R\$ 144,5 milhões na receita oriunda de juros e atualização financeira por impontualidade de clientes e; (iv) aumento em R\$ 121,6 milhões em encargos de fundo de pensão.

O imposto de renda e contribuição social apresentou um incremento de R\$ 443 milhões em relação ao ano anterior, em função, principalmente, (i) da reversão de tributos diferidos passivos, explicada, basicamente, pelo efeito da incorporação reversa da Enel Sudeste Investimentos S.A., o que resultou em um impacto positivo no resultado da controlada no montante de R\$ 2 bilhões; parcialmente compensado (ii) pelo reconhecimento, em 2018, do ativo fiscal diferido sobre o saldo acumulado de prejuízo fiscal, pela CELG D, em um valor de R\$1,3 bilhão; e (iii) pelo maior resultado tributável registrado no período, com uma variação de R\$ 347,7 milhões.

Em decorrência dos efeitos acima, a Enel Brasil encerrou o exercício com um lucro líquido consolidado de R\$ 3,4 bilhões, dos quais R\$ 3,2 bilhões são atribuídos aos acionistas controladores e R\$ 220 milhões, aos acionistas não controladores. Isto representa um incremento consolidado de R\$ 1,4 bilhão em relação ao ano anterior (R\$ 2 bilhões).

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL*

A Enel Brasil mantém a sustentabilidade em sua estratégia, integrando o plano industrial com o seu plano de sustentabilidade. Seu planejamento estratégico é executado a partir das perspectivas dos principais públicos de relacionamento: acionistas, clientes, colaboradores, sociedade e fornecedores e possui objetivos, metas e indicadores monitorados nas diversas áreas da empresa, em alinhamento com os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS). As empresas Enel têm metas diretas para seis deles: Educação de Qualidade (ODS 4); Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

O programa de sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, vem atuando para promover o consumo consciente e o acesso à energia a todas as pessoas, destacando-se o combate ao

^{*}Valores não auditados pelos auditores independentes.

Enel Brasil S.A. 2019



desperdício e ao uso irregular de energia. São focos de sua atuação: (i) impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local; (ii) agregar ferramentas para melhoria da qualidade da educação de crianças e jovens, além de; (iii) apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades.

Os 235 projetos desenvolvidos pela Enel Brasil em 2019 beneficiaram mais 1,4 milhão de pessoas, com um investimento de R\$ 178,6 milhões. Também foram gerados mais de R\$ 4,9 milhões em renda para as comunidades por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo. A Enel, em suas empresas distribuição, trocou gratuitamente mais de 14,9 mil geladeiras e 788,6 mil lâmpadas de clientes através das diversas iniciativas de eficiência energética. Entre os vários projetos realizados, destacam-se:

Ecoenel: É um programa de troca de resíduos recicláveis por bônus na conta de energia. Em 2019, as quatro distribuidoras coletaram 8.431 toneladas de resíduos nos 263 pontos, o que resultou em um bônus de 2,8 milhões de reais. Além disso, devido à reinserção desses produtos na cadeia produtiva, foram economizados 34.716.584 kWh em energia e evitada a emissão de 21.800 toneladas de CO². O programa é operado em parceria com recicladores locais e empresas públicas que trabalham na limpeza e gestão de resíduos no nível municipal.

Luz Solidária: O programa Luz Solidária é uma iniciativa voltada ao uso inteligente e eficiente da energia elétrica, por meio de descontos de 50% na compra de equipamentos mais eficientes. O Luz Solidária também viabiliza projetos sociais voltados para a geração de renda, capacitação, meio ambiente e direitos humanos. Em 2019, foram distribuídos aos clientes mais de R\$ 52 milhões em bônus para aquisição de eletrodomésticos eficientes em lojas do varejo e 57 projetos sociais foram financiados com um aporte da ordem de R\$ 1,1 milhão.

Enel Compartilha Liderança em Rede: o projeto constrói uma rede de relacionamentos com lideranças locais, que se encontram periodicamente em várias frentes regionais para dialogar sobre temas relevantes para as empresas e para os líderes qure representam as comunidades, como segurança no uso da rede de energia. As 623 lideranças engajadas em 2019 têm um papel estratégico de suporte operacional para atuação da empresa em áreas de complexidade social.

Enel Compartilha Oportunidade: O projeto tem como objetivo formar jovens para o mercado de trabalho, por meio de capacitação profissional técnica para que possam atuar em empresas parceiras da Enel, reduzindo assim a rotatividade e gerando valor compartilhado. Em 2019, cerca de 12 mil jovens foram beneficiados.

Enel Compartilha Eficiência – Prédios Públicos e Comerciais: O principal objetivo desse projeto é promover o uso racional de recursos energéticos para clientes dos setores público e privado. Para viabilizar as ações, a Enel realiza anualmente a Chamada Pública de Projetos, para selecionar projetos de eficiência energética voltado para esses clientes. Em 2019, foram beneficiados cerca de 70 mil pessoas.

^{*}Valores não auditados pelos auditores independentes.

Relatório da Administração Enel Brasil S.A. 2019



Plataforma Sinfonia do Amanhã: Programa que visa fortalecer a educação musical nas regiões de atuação da Enel no Brasil por meio de uma plataforma colaborativa entre instituições e projetos, proporcionando o desenvolvimento e a conexão entre as cerca de 30 escolas participantes no país. Em 2019, a iniciativa promovida pela Enel beneficiou mais de 2.600 alunos e o público das apresentações promovidas pela plataforma chegou a 120 mil pessoas.

Programa de Cultura da Sustentabilidade "Ser – Sustentabilidade em Rede": Lançado com o objetivo de criar e difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor, o programa, que engajou 2.621 colaboradores em 2019, promove ações focadas na transformação dos espaços, dos processos e das pessoas na empresa. Temas como direitos humanos, diversidade, educação financeira, ética, voluntariado e cuidados com o meio ambiente foram abordados.

Planta Solar de São Francisco, Enel X: De modo a criar valor para as soluções oferecidas aos clientes da Enel X, a Enel em 2019 passou a aplicar a metodologia Creating Shared Value – CSV nos projetos de geração de energia, ainda na fase desenvolvimento nesta linha de negócios, aplicando a inicialmente na planta solar São Francisco, instalada em Pernambuco.

Urban Futurability, Enel Distribuição São Paulo: a iniciativa vai implementar na Vila Olímpia o mais completo projeto de transformação digital liderado por uma empresa de energia elétrica na América do Sul. A companhia vai aplicar no local mais de 40 iniciativas de digitalização e inteligência artificial, inéditas na América do Sul, para gestão da rede de energia. Serão investidos aproximadamente R\$ 125 milhões no projeto Urban Futurability nos próximos três anos, com recursos do programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES*

Sustentabilidade e Inovação

Guia EXAME de Sustentabilidade 2019 – Eleita em 2018 como a empresa mais sustentável do Brasil. Em 2019, pelo 5º ano consecutivo, a Enel foi uma das melhores empresas de Energia em Sustentabilidade pelo Guia EXAME de Sustentabilidade, e a mais sustentável do Brasil em Direitos Humanos. A publicação destacou o programa de Due Diligence de Direitos Humanos, que abrange temas como condições de trabalho, diversidade, saúde e segurança, além de questões ambientais.

Prêmio ODS Pacto Global - A Enel Brasil foi reconhecida com o Prêmio ODS Pacto Global, na categoria Prosperidade, pelo programa Enel Compartilha Empreendedorismo. O case da Enel foi um dos 13 vencedores dentre os 800 projetos inscritos. O Prêmio ODS da Rede Brasil do Pacto Global reconhece práticas empresariais e de ensino que contribuam para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Enel Brasil S.A. 2019



Empresa Pró-Ética 2018/2019 – A Enel conquistou, pela 3ª vez consecutiva, o reconhecimento Empresa Pró-Ética do Governo Federal. O Pró-Ética é uma iniciativa realizada por meio da Controladoria-Geral da União (CGU), que avalia empresas em relação à prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio.

Prêmio Nacional de Inovação – O Prêmio Nacional de Inovação é o principal reconhecimento no Brasil para promoção da Inovação no setor empresarial. O prêmio se divide em cinco modalidades de acordo com o faturamento das participantes e nas categorias: Gestão da Inovação, Inovação de Produto, Inovação em Processo, Inovação Organizacional e Inovação em Marketing. Nesta edição, a Enel no Brasil venceu a categoria 'Inovação em Marketing".

Prêmio Valor Inovação – A Enel Brasil ficou em 1º lugar na Categoria Energia Elétrica. A pesquisa elegeu 150 empresas e se baseou em cinco pilares: Intenção (estratégia, visão, cultura e valores), Esforço (recursos, processos, estruturas), Resultado, Citações (reconhecimento do mercado) e Patente (registro de conhecimento).

Prêmio Whow 2019 – Whow! é o festival de inovação para negócios realizado no Brasil pela 100 Open Startups. Reúne executivos, startups e investidores para cocriar soluções para os verdadeiros desafios da sociedade. A Enel ficou na 2ª posição no setor de energia e utilities e 29° do Ranking Geral pelo engajamento e relacionamento com startups.

Empresa Amiga da Criança – A Enel Brasil recebeu pelo 4º ano consecutivo o selo concedido pela Fundação Abrinq em reconhecimento ao engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva e às políticas internas, que incentivam o ingresso de jovens no mercado de trabalho de forma protegida e respeitando a Lei da Aprendizagem.

Empresa Destaque no livro "30 casos de inovação em pequenas, médias e grandes empresas" — Publicação da CNI (Confederação Nacional da Industria) e do Sebrae para identificar e divulgar experiências bem-sucedidas e inovadoras no mercado.

Qualidade

Prêmio Abradee 2019 – O Prêmio Abradee é um reconhecimento às distribuidoras melhor avaliadas em qualidade da gestão, responsabilidade socioambiental, gestão operacional, gestão econômico-financeira e avaliação pelo cliente. A Enel Distribuição Goiás foi a vencedora na categoria Evolução de Desempenho por apresentar o maior avanço nesse conjunto de indicadores em relação ao ano anterior.

Prêmio Nacional de Gestão de Ativos – A Enel saiu vitoriosa do último Encontro de Gestão em Ativos do Setor Elétrico (Egaese). A empresa levou cinco trabalhos à reta final das quatro categorias do Prêmio Nacional de Gestão de Ativos e dois foram vencedores.

^{*}Valores não auditados pelos auditores independentes.

Enel Brasil S.A. 2019



Pessoas

Prêmio WEPs Brasil 2019 – A primeira participação da Enel no Prêmio WEPs Brasil 2019 – Empresas Empoderando Mulheres já garantiu o reconhecimento prata da companhia entre as Empresas de Grande Porte. A iniciativa tem o propósito de incentivar e reconhecer os esforços das empresas que promovem a cultura da equidade de gênero e o empoderamento da mulher no País, e é reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Prêmio GPTW Rio de Janeiro 2019 – A Enel Brasil foi eleita a 9ª melhor empresa para se trabalhar no Rio de Janeiro. O prêmio é referência internacional no mundo corporativo, sendo um dos mais importantes e valorizados do País. O ranking aponta empresas que são referência em temas de Recursos Humanos e demais temas envolvidos na construção de um bom ambiente de trabalho.

Prêmio Nacional de Qualidade de Vida – A Enel foi uma das vencedoras da premiação que promove o reconhecimento de empresas que possuem práticas de excelência e obtêm êxito na melhoria da saúde, bem-estar e qualidade de vida de seus colaboradores.

Medalha Eloy Chaves – Ouro – Há cinco anos e oito meses sem acidentes, a Enel Cien foi premiada com a medalha Eloy Chaves – Ouro, que destaca o desempenho na área de segurança do trabalho. Criada em 1980, a Eloy Chaves é a mais importante premiação do setor elétrico neste segmento. A Enel Cien já havia sido agraciada com bronze em 2014, e ouro nos anos de 2015 e 2016.

Prêmio Top Employer – A abrangente e independente pesquisa revelou que Enel Brasil oferece condições de trabalho excelentes, promove e desenvolve o talento de todos os níveis da empresa, e demonstrou que é líder no ambiente de RH, esforçando-se para melhorar continuamente as suas práticas de RH e se desenvolver, sempre.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

	2019		2018	
Acionistas	Ações	%	Ações	%
Enel Américas S.A.	544.579.352	99,16%	302.338.717	98,50%
Ações em Tesouraria	4.618.298	0,84%	4.618.298	1,50%
Não Controladores	-	0,00%	7	0,00%
Total	549.197.650	100,00%	306.957.022	100,00%

^{*}Valores não auditados pelos auditores independentes.

Enel Brasil S.A. 2019



AGRADECIMENTOS

A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os Colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2019 se tornaram efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados. A Administração.

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Diretoria Executiva

Nicola Cotugno

Raffaele Enrico Grandi

Janaina Savino Vilella Carro

Vago

Antonio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque

José Nunes de Almeida Neto

Anna Paula Hiotte Pacheco Margot Frota Cohn Pires

Flávia da Silva Baraúna

Vago

Márcia Massotti de Carvalho

Luis Alonso Campos Rivas

Guilherme Gomes Lencastre

Vago

Vago

André Osvaldo dos Santos Cristine de Magalhães Marcondes

Carlos Omar Arriagada Retamal

Bruno Franco Cechetti

biano i ianco i

Vago

Vago

Vago

Roberto Zanchi

Descrição do Cargo

Diretor Presidente

Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle

Diretora de Comunicação

Diretor de Recursos Humanos e Organização

Diretor Jurídico

Diretor de Relações Institucionais

Diretora de Regulação

Diretora de Compras

Diretora de Serviços

Diretor de Segurança Patrimonial

Diretora de Sustentabilidade

Diretor de Tecnologia da Informação e Telecomunicações

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Diretor de Inovação

Diretor de Desenvolvimento de Negócios de Geração

Diretor Adjunto

Diretora Adjunto

Diretor Adjunto

Diretor Adjunto

Diretor Adjunto

Diretor Adjunto

Diretor Adjunto

Diretor Adjunto

Conselho de Administração

Membros

Presidente

Vice-Presidente Membro efetivo Mario Fernando de Melo Santos Antônio Basilio Pires de Carvalho e Albuquerque Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira

Relações com Investidores

Isabel Regina Barroso de Alcântara

Contador Responsável

Renato Resende Paes - CRC SP308201

^{*}Valores não auditados pelos auditores independentes.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Enel Brasil S.A.

31 de dezembro de 2019 e 2018 com o Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Contro Empresarial PC 370
Prala de Botafogo, 370
6° ao 10° andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Enel Brasil S.A.**Niterói - R.J

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Enel Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Enel Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil..

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2020.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6

Marcelo Felipe L. de Sá Contador CRC-1RJ094644/O-0

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

		Controladora		Conso	lidado
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	176.831	457.759	2.815.197	2.456.310
Títulos e valores mobiliários	6	13.835	28.601	339.519	408.973
Consumidores, concessionários e permissionários, líquido	8	-	-	7.153.101	6.569.327
Subvenção CDE - Desconto Tarifário	9	-	-	657.694	788.227
Créditos especiais	10	-	-	12.246	158.572
Tributos a compensar	11	144.283	80.926	1.512.319	633.300
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	13	-	-	915.552	1.178.265
Servicos em curso		-	-	419.343	326.079
Dividendos a receber	16	391.945	189.635	-	_
Empréstimos com partes relacionadas	31	1.023.174	5.759.531	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	62.869	76.337	254.307
Ativos financeiro - contas a receber vinculados à concessão	_				
(Bonificação de Outorga)	7	-	-	51.044	49.049
Outros créditos	15	87.256	117.167	822.252	690.500
Total do ativo circulante	-	1.837.324	6.696.488	14.774.604	13.512.909
Não circulante			0.0001.00		.0.0.2.000
Consumidores, concessionários e permissionários, líquido	8	_	_	249.639	243.825
Créditos especiais	10	_	_	945.123	1.272.735
Tributos a compensar	11	_	_	6.285.083	432.612
Cauções e depósitos	12	_	_	23.963	38.564
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	13	_	_		79.930
Depósitos vinculados a litígios	32	1.646	399	1.319.764	1.013.176
Tributos diferidos	36	304.151	227.187	4.237.021	3.852.206
Benefício fiscal das incorporações	14	-	-	2.111.341	267.664
Instrumentos financeiros derivativos	26	_	_	208.499	281.969
Empréstimos com partes relacionadas	31	83,136	44.164	-	-
Serviços em curso	٠.	-	-	44.660	77.668
Outros créditos	15	653	_	87.526	101.041
Ativos financeiro - contas a receber vinculados à concessão		000		011020	101.011
(Bonificação de Outorga)	7	_	_	1.378.174	1.373.358
Ativo indenizável (concessão)	17	_	_	10.668.616	9.192.081
Ativo de contrato	20	_	_	2.871.199	2.279.545
Investimentos	16	23.556.494	16.949.105	-	2.270.010
Imobilizado	18	17.749	3.848	2.015.035	1.807.112
Intangível	19	156.707	121.223	21.546.724	23.781.601
Total do ativo não circulante		24.120.536	17.345.926	53.992.367	46.095.087
Total do ativo	-	25.957.860	24.042.414	68.766.971	59.607.996
i otal do ativo	=	20.301.000	24.042.414	00.700.371	39.007.990

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante					
Fornecedores	21	437.357	270.610	5.483.220	5.040.139
Empréstimos e financiamentos	23	22.439	10.161.360	2.493.191	13.487.879
Obrigações por arrendamentos	24	1.070	-	106.288	-
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	22	-	-	681.466	-
Debêntures	25	-	-	760.473	243.225
Folha de pagamento		9.330	39.219	281.805	387.508
Obrigações fiscais	27	92.274	72.491	1.271.749	1.148.541
Taxas regulamentares	28	-	-	1.248.549	1.390.441
Contas a pagar - acordo Eletrobras	29	-	-	342.811	-
Dividendos a pagar	33	761.648	281.654	809.150	326.958
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias,	22				
regulatórias e ambientais	32	-	-	348.502	520.852
Obrigações com benefícios pós-emprego	35	-	-	36.082	50.716
Risco hidrológico - GSF		-	-	499.838	486.787
Instrumentos Financeiros derivativos	26	-	-	42.297	38.039
Outras obrigações	30	23.726	947	709.166	543.982
Total do passivo circulante	_	1.347.844	10.826.281	15.114.587	23.665.067
Não circulante			1010201201		20.000.00.
Fornecedores	21	_	_	670.110	803.917
Empréstimos e financiamentos	23	1.511.512	871.830	4.120.491	4.196.880
Obrigações por arrendamentos	24	502	071.000	236.534	4.100.000
Pis/Cofins a serem restituídos a consumidores	22	- 502	_	5.713.477	_
Debêntures	25	_	_	6.761.344	4.744.454
Obrigaçõs fiscais	27			7.938	8.197
Tributos diferidos	36	_		70.678	2.252.252
Obrigações com benefícios pós-emprego	35	_		6.735.957	4.593.265
Taxas regulamentares	28	_		413.379	392.635
Contas a pagar - acordo Eletrobras	29	-	-	1.019.775	392.033
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	13	-	-	131.910	-
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias,	13	-	-	131.310	-
	32	1.083	1.428	3.645.085	5.193.454
regulatórias e ambientais	20	1.003	1.420		
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	5.019	12.965
Outras obrigações	30 _	4 540 007		200.086	350.062
Total do passivo não circulante		1.513.097	873.258	29.731.783	22.548.081
Patrimônio líquido	33				
Atribuível aos acionistas da empresa controladora					
Capital social		16.158.210	6.276.995	16.158.210	6.276.995
Ações em tesouraria		(111.025)	(111.025)	(111.025)	(111.025)
Reserva de capital		2.470.885	2.504.370	2.470.885	2.504.370
Reserva de lucros		4.564.911	3.590.879	4.564.911	3.590.879
Outros resultados abrangentes e ajustes de avaliação					
patrimonial		13.938	81.656	13.938	81.656
	_	23.096.919	12.342.875	23.096.919	12.342.875
Atribuível aos acionistas não controladores:					
Demais acionistas do Grupo Enel		-	-	754	1.016
Outras acionistas não controladores	_	-		822.928	1.050.957
	_	-	<u> </u>	823.682	1.051.973
Total do patrimônio líquido	=	23.096.919	12.342.875	23.920.601	13.394.848
Total do passivo e do patrimônio líquido	=	25.957.860	24.042.414	68.766.971	59.607.996

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Receita líquida	37	-		33.711.749	27.232.196	
Custo do serviço	38	-	-	(25.503.512)	(21.534.781)	
Lucro bruto	_	-	-	8.208.237	5.697.415	
(Despesas) receitas operacionais						
Despesas com vendas	38	-	-	(249.631)	(269.909)	
Despesas gerais e administrativas	38	(246.036)	(187.620)	(4.513.710)	(2.844.268)	
Resultado de equivalência patrimonial	16	3.609.088	2.308.136	· -	•	
Outras receitas e despesas operacionais	38	386	(204)	116.984	158.289	
Total (despesas) receitas operacionais	_	3.363.438	2.120.312	(4.646.357)	(2.955.888)	
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	_	3.363.438	2.120.312	3.561.880	2.741.527	
Resultado financeiro	39					
Receita financeira		937.390	641.676	2.689.994	3.182.060	
Despesa financeira	_	(1.181.079)	(1.079.120)	(4.098.719)	(4.777.378)	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.119.749	1.682.868	2.153.155	1.146.209	
Imposto de renda e contribuição social	36					
Correntes		-	(6.501)	(635.987)	(565.470)	
Diferidos		61.801	176.350	1.811.691	1.299.060	
Incentivo fiscal	_	-	<u> </u>	74.272	73.348	
Lucro líquido antes das partipações minoritarias	_	3.181.550	1.852.717	3.403.131	1.953.147	
Atribuível aos acionistas controladores Atribuível aos acionistas não controladores:	_		_	3.181.550	1.852.717	
Demais acionistas do Grupo Enel				278	360	
Outros acionistas não controladores				221.303	100.071	

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	3.181.550	1.852.717	3.403.131	1.953.147
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados				
para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Ganho (Perda) em instrumento financeiro derivativo	106.435	(5.967)	106.226	(6.329)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) em instrumento financeiro derivativo de controlada	(36.188)	2.029	(36.117)	2.152
Efeitos de variação cambial sobre controlada no exterior	(117.523)	(90.934)	(117.523)	(90.934)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	(47.276)	(94.872)	(47.414)	(95.111)
periodos subsequentes.	(47.270)	(94.072)	(47.414)	(93.111)
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados				
para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Ganho (perda) atuarial em fundo de pensão de controlada	(2.224.012)	(581.212)	(2.223.277)	(609.885)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em fundo de pensão de controlada	756.164	197.612	755.914	207.361
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em			•	
períodos subsequentes:	(1.467.848)	(383.600)	(1.467.363)	(402.524)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	(1.515.124)	(478.472)	(1.514.777)	(497.635)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	1.666.426	1.374.245	1.888.354	1.455.512
Atribuído a:				
Acionistas controladores			1.666.426	1.374.244
Demais acionistas do Grupo Enel			278	360
Outros acionistas não controladores			221.650	80.908

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Capital social	_	Reserva de capital		Reserva	s de lucros			Patrimôr	nio líquido atrib	uível aos	
	Integralizado	Ações em tesouraria	Remuneração Ágio na emissão de ações	Reserva legal	Outras Reservas	Reserva de reforço para capital de giro	Outros resultados abrangentes / Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Acionistas controladores	Demais acionistas Grupo Enel	Acionistas não controladoras	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	6.276.995	(111.025)	2.504.370	133.839	(4.016)	2.228.823	251.355	-	11.280.341	826	681.308	11.962.475
Depreciação do ativo imobilizado (custo atribuído)	-	-	-	-	-	-	(24.866)	24.866	-	-	-	-
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8)	-	(8)
Adoção inicial CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	24.106	24.106	-	1.144	25.250
Adoção inicial CPC 47	-	-	-	-	-	-	-	(4.217)	(4.217)	-	-	(4.217)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.852.717	1.852.717	360	100.070	1.953.147
Ganho (perda) atuarial em fundo de pensão de controlada	-	-	-	-	-	-	(383.600)	-	(383.600)	-	(18.925)	(402.525)
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	383.600	(383.600)	-	-	-	-
Ganho em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	(3.938)	-	(3.938)	-	(239)	(4.177)
Variação de participação societária	-	-	-	-	-	-	(49.961)	-	(49.961)	-	49.961	-
Transferência de participações	-	-	-	-	-	-	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	-	-	-	256.616	256.616
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	-	-	(281.638)	(281.638)	-	-	(281.638)
Dividendos minimos	-	-	-	-	-	-	-	(1.232.234)	(1.232.234)	(162)	(18.979)	(1.251.374)
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	1.232.233	-		1.232.233			1.232.233
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	(90.934)	-	(90.934)	-	-	(90.934)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.276.995	(111.025)	2.504.370	133.839	(4.016)	3.461.056	81.656	-	12.342.875	1.016	1.050.957	13.394.848
Depreciação do ativo imobilizado (custo atribuído)	-	-	-	-	-	-	(24.867)	24.867	-	(37)	(61)	(98)
Aumento de Capital	9.881.215	-	-	-	-	-	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	-	9.881.215			9.881.215
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	3.181.550	3.181.550	278	221.303	3.403.131
Perda atuarial líquida em fundo de pensão de controlada	-	-	-	-	-	-	(1.467.848)	-	(1.467.848)	-	485	(1.467.363)
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	1.467.848	(1.467.848)	`	-	-	
Ganho em instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-	-	-	70.247	`	70.247	-	(138)	70.109
Constituição de reserva legal	-	-	-	160.321	-	-	-	(160.321)	-	-		-
Transferência de participações	-	-	(33.485)	-	-	-	_	`	(33.485)	-	-	(33.485)
Dividendos prescritos controladas	-	-	` -	-	-	-	_	423	423	-	-	423
Dividendos minimos	_	_	_	-	_	_	-	(761.630)	(761.630)	(223)	(21.992)	(783.845)
Outros ajustes	_	-		-	(3.330)	-	4.425		1.095	(=20)	(= · · · · · - /	1.095
Outras transações com acionistas não controladores	_	_	_	-	(=:==0)	_	25	_	-	(280)	(427.626)	(427.906)
Reserva para reforço de capital de giro	-	-		-	-	817.041	-	(817.041)	-	(_50)	(: : : = 0)	(/
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	(117.523)	-	(117.523)	-	-	(117.523)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	16.158.210	(111.025)	2.470.885	294.160	(7.346)	4.278.097	13.938	-	23.096.919	754	822.928	23.920.601

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Contro	Controladora		Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		
Fluxo de caixa das atividades operacionais Lucro líquido do exercício	3.181.550	1.852.717	3.403.131	1.953.147		
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas de recebíveis de clientes	-	-	450.333	798.689		
Provisão para redução ao valor recuperável – FUNAC	4 040	- 447	436.698	4 050 477		
Depreciação e amortização	1.010 17.138	147	2.044.288	1.350.177		
Imposto diferido oriundo da incorporação Equivalência patrimonial	(3.609.088)	18.430 (2.308.136)	17.138	18.430		
Provisão (reversão) para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias e ambientais	(3.003.000)	518	110.106	419.707		
Benefício fiscal ágio incorporado	(20.)	-	37.881	83.531		
Juros e variações monetárias provisionados	186.536	475.854	1.891.160	1.083.152		
Receita do ativo indenizável	-	-	(427.774)	(269.723)		
Baixa de ativo indenizável, intangível e imobilizado	-	-	79.794	132.297		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(61.801)	(176.350)	(1.811.691)	(1.299.060)		
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(96.227)	(86.600)	(122.137)	(579.991)		
Valores a devolver (receber) de Parcela A e outros itens financeiros	-	-	(153.461)	(75.397)		
Créditos fiscais de PIS/COFINS Outras (receitas) despesas	(37)	26.542	(125.627) 363.046	567.884		
	(37)	20.542	363.046	307.884		
(Aumento) redução nos ativos			(4 004 002)	(4.700.004)		
Consumidores, concessionários e permissionários Subvenção CDE- desconto tarifário	-	-	(1.081.892) 134.932	(1.790.094) (10.699)		
Dividendos recebidos	907.524	217.803	134.932	(10.099)		
Cauções e depósitos vinculados a litígios	(1.247)	(334)	(252.170)	(45.483)		
Servicos em curso	(1.247)	(554)	(60.256)	(202.970)		
Créditos especiais	_	_	118.374	51.772		
Valores a devolver (receber) de Parcela A e outros itens				*****		
financeiros, líquidos	-	-	628.014	(629,298)		
Ativo financeiro – contas a receber de concessão (Bonificação de Outorga)	-	-	50.295	48.365		
Outros créditos	(16.041)	(80.148)	(474.818)	(271.536)		
Aumento (redução) nos passivos						
Fornecedores	166.747	122.634	309.274	18.091		
Folha de pagamento	(29.897)	26.321	(83.500)	103.097		
Taxas regulamentares	-	-	(180.880)	257.949		
Obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	(495.897)	(491.341)		
Pagamentos das provisões para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias e ambientais	(54)	(30)	(463.421)	(308.499)		
Outros passivos	22.788	(865)	(5.572)	214.210		
Contas a pagar - acordo Eletrobras	44 440	-	(337.909)	-		
Tributos a pagar/a compensar, líquidos	41.412	38.613	446.113	352.082		
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(750.576)	(188.666)	(1.162.311)	(504.410)		
Pagamento de juros de debêntures	-	-	(386.857)	(223.021)		
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (associados a juros do item protegido)	-	-	(88.686) (599.804)	(40.754) (512.440)		
Pagamento de imposto de renda e contribuição social Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(40.554)	(61.550)	2.205.914	197.864		
	(40.334)	(01.550)	2.203.314	197.004		
Atividades de investimentos Títulos e valores mobiliários	14.766	(3.550)	69.454	64.967		
Aquisição da controlada Enel Distribuição São Paulo, líquido do caixa obtido na aquisição	, .		-	(5.925.552)		
Mútuos concedidos	(40.608)	(4.801.120)	-	-		
Recebimento de mútuos concedidos	5.900	175.776	-	-		
Recebimento de juros de mútuos concedidos Aquisição de participação societária	(146.160)	7.726	-	-		
Aquisição de participação societaria Aumento de capital em controladas	(360.068)	(4.448.170)	-			
Aquisições para o ativo de contrato, intangíveis e imobilizado	(27.835)	(382)	(3.250.149)	(3.144.906)		
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	(27.000)	(562)	11.757	(0.144.500)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(554.005)	(9.069.720)	(3.168.938)	(9.005.491)		
Atividades de financiamento						
Pagamento de debêntures (principal)	-		(1.440.000)	(2.240.406)		
Emissão de debêntures	-	-	3.950.000	3.310.000		
Captação de empréstimos e financiamentos	9.300.000	13.400.000	13.781.509	16.417.753		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(18.700.000)	(4.040.266)	(24.899.319)	(7.408.514)		
Pagamentos de custos de transação			(41.662)	(31.578)		
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos (associados ao principal do item protegido)	114.499	40.903	513.167	117.664		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(281.636)	(184.688)	(319.474)	(206.904)		
Aumento de capital	9.881.215	-	9.881.215	-		
Pagamentos de arrendamento Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(447) 313.631	9,215,949	(103.525) 1.321.911	9.958.015		
Ajuste acumulado de conversão	-	_	-	(448)		
•				, ,		
Aumento (redução) líquido(a) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(280.928)	84.679	358.887	1.149.940		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	457.759	373.080	2.456.310	1.382.758		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	176.831 (280.928)	457.759 84.679	2.815.197 358.887	2.532.698 1.149.940		

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

Contexto operacional

A Enel Brasil S.A. ("Enel Brasil" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, que tem como objeto social a participação acionária em outras empresas que atuam ou venham a atuar, direta ou indiretamente, em qualquer segmento no setor elétrico e a prestação de serviços de transmissão, distribuição, geração ou comercialização de energia elétrica e atividades afins.

A Companhia possui participações nas seguintes controladas operacionais por segmento, que, em conjunto com a Companhia formam o Grupo Enel Brasil ("Grupo Enel" ou "Grupo"):

a) Distribuição de energia elétrica

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo ("Eletropaulo" ou "Enel Distribuição São Paulo"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão, com sede localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sitio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil. A Enel Distribuição São Paulo retirou o registro de suas ações do novo mercado em 2019, mantendo apenas o seu capital registrado na B3 através da Categoria B.

A controlada Enel Distribuição São Paulo está autorizada a operar como concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME").

A controlada Enel Distribuição São Paulo atende a aproximadamente 7,3 milhões de unidades consumidoras, sendo regida pelo contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), cujo prazo de duração é de 30 anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ampla Energia e Serviços S.A.

A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Enel Distribuição Rio"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, com sede na Praça Leoni Ramos, 1, Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A., é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela ANEEL, vinculada ao MME.

A controlada Enel Distribuição Rio tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 do Estado do Rio de Janeiro e um de Minas Gerais e atende a aproximadamente 2,9 milhões de unidades consumidoras. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do contrato de concessão de distribuição nº005/1996, de 09 de dezembro de 1996, da ANEEL, com vencimento para dezembro de 2026.

A Enel Brasil detém participação direta de 99,73% do capital social da Enel Distribuição Rio.

Companhia Energética do Ceará - COELCE

A Companhia Energética do Ceará - COELCE ("Enel Distribuição Ceará"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3, com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, município de Fortaleza, Estado do Ceará, concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela ANEEL, vinculada ao MME.

A controlada Enel Distribuição Ceará tem como área de concessão todo o Estado do Ceará e atende a aproximadamente 3,9 milhões de unidades consumidoras. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do contrato de concessão de distribuição nº 01/1998, de 13 de maio de 1998, da ANEEL, com vencimento para maio de 2028.

A Enel Brasil detém participação direta de 74,05% do capital social da Enel Distribuição Ceará.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CELG Distribuição S.A. - CELG D

A CELG Distribuição S.A ("Enel Distribuição Goiás") é uma sociedade anônima de capital fechado concessionária de serviço público de energia elétrica no seguimento de distribuição. A controlada Enel Distribuição Goiás está sediada na Rua 2, Número 505, Jardim Goiás, Goiânia - GO.

A controlada Enel Distribuição Goiás tem como principal objeto social a exploração técnica e comercial de distribuição de energia no Estado de Goiás, assim como a realização de estudos, projetos, construção e operação de redes de distribuição de energia elétrica

Conforme 5ª termo aditivo ao contrato de concessão nº 63/2000-ANEEL de 25 de agosto de 2000, publicado em 30 de dezembro 2015, a controlada Enel Distribuição Goiás detém a concessão para distribuição de energia elétrica no Estado de Goiás pelo prazo de 30 anos a partir de 7 de julho de 2015 e atende a aproximadamente 3 milhões de unidades consumidoras.

A Enel Brasil detém participação direta de 99,93% do capital social da Enel Distribuição Goiás.

b) Geração de energia elétrica

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.

A Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. ("EGP Cachoeira Dourada"), com sede na Rodovia GO 206, KM0, município de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás, é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como principais objetivos a realização de estudos, projeções, construção, instalação, operação e exploração de usinas geradoras de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio decorrentes dessas atividades, sendo tais atividades regulamentadas pela ANEEL, vinculada ao MME.

Em 5 de setembro de 1997, foi realizado leilão público para aquisição, pela iniciativa privada, da participação acionária representativa do seu capital. Essa operação foi reconhecida pelo poder concedente através do Contrato de Concessão n°011/97, datado de 12 de setembro de 1997, o qual determina que o prazo da concessão é de 30 anos, expirando-se em setembro de 2027. O ativo imobilizado da controlada EGP Cachoeira Dourada é constituído, basicamente, do acervo da citada usina, que está localizada no Rio Paranaíba, com sede no município de Cachoeira Dourada, Goiás, com capacidade instalada de 658 MW, subdivididos em 10 unidades geradoras. A Enel Brasil detém participação direta de 99,61% do capital da Enel Green Power Cachoeira Dourada.

A Enel Brasil detém participação direta de 100% na EGP Cachoeira Dourada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

A Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF ("CGTF"), controlada integral da Enel Brasil, sociedade de capital fechado, com sede na Rodovia CE422, Km 01, s/n, Complexo Industrial e Portuária do Pecém, município de Caucaia, Estado do Ceará, foi constituída em 20 de agosto de 2001 e autorizada pela ANEEL a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica através da Resolução ANEEL nº 433, de 19 de outubro de 2001, compondo-se de um ciclo combinado com duas turbinas a gás e uma turbina a vapor, conforme Despacho ANEEL nº 73/2002. O início das atividades operacionais deu-se em 27 de dezembro de 2003.

Conforme definido no seu estatuto social, a CGTF tem como atividades principais o estudo, projeto, construção e exploração dos sistemas de produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, que venham a ser concedidos, permitidos ou autorizados por qualquer título de direito, bem como o exercício de outras atividades associadas e a prestação de serviços de qualquer natureza relacionados a essas atividades.

A CGTF é um dos empreendimentos integrantes do Programa Prioritário de Termeletricidade - PPT do Governo Federal para ampliação da oferta de energia ao Brasil, tendo a CGTF contratado em 31 de agosto de 2001, a venda de 2.690 GWh/ano (equivalente a 307 MW médios), para a controlada Enel Distribuição Ceará, também pertencente do Grupo Enel, por 20 anos a partir do início do suprimento de energia em janeiro de 2004, a preço normativo estabelecido pela ANEEL, reajustável anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M"), do dólar norte-americano e do gás natural contratado.

A Enel Brasil detém participação direta de 100,00% na CGTF.

Enel Green Power Volta Grande S.A.

A Enel Green Power Volta Grande S.A. ("EGP Volta Grande") foi constituída 04 de outubro de 2017, com sede na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem hídrica.

Em 27 de setembro de 2017, a controlada EGP Volta Grande conquistou um contrato de 30 anos de concessão para da usina de Volta Grande, já em operação, localizada no Sudeste do país, com uma capacidade total instalada de 380 MW, de acordo com o "Leilão de Concessões não prorrogadas" organizado pelo Governo Federal por meio da ANEEL.

A usina hidrelétrica Volta Grande está localizada no Rio Grande, nos estados de Minas Gerais e São Paulo. A planta entrou em operação em 1974 e tem uma produção anual de 2,02 TWh.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A controlada EGP Volta Grande firmou o contrato de concessão em 10 de novembro de 2017 e com início da prestação de serviço em 01 de dezembro de 2017, sendo em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013 alterada pela Lei nº 13.203/2015, mediante pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, fixados pela Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 12 de maio de 2017 e no Edital do Leilão ANEEL nº 01/2017.

A Controlada investiu um total de R\$1.419.784, na concessão da hidrelétrica, em linha com o plano de investimento estratégico do Grupo Enel. Como parte dos dispositivos de seu contrato de concessão, a controlada EGP Volta Grande possui uma receita anual de geração garantida.

A Enel Brasil detém participação direta de 100,00% na EGP Volta Grande.

c) Transmissão de energia elétrica

Enel Cien S.A.

A Enel Cien S.A. ("Enel CIEN"), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, 01, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, tem por objeto social atuar na área de produção, industrialização, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive nas atividades de importação e exportação, implementando os serviços necessários à realização desse objeto social. Neste sentido, a controlada Enel CIEN promoverá o estudo, planejamento e construção das instalações relativas a sistemas de produção, transmissão, conversão e distribuição de energia elétrica. Também poderá promover a implementação de projetos associados, bem como a realização de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos serviços e trabalhos que vier a prestar, podendo, inclusive, participar em outras sociedades.

Em 04 de abril de 2011, por meio das Portarias nº 210 e nº 211, as linhas Garabi I e Garabi II, respectivamente, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submete as duas linhas de transmissão da controlada Enel CIEN à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida - ("RAP"), pela ANEEL.

A cada quatro anos a Companhia é submetida a uma revisão das bases para cálculo e homologação da RAP. Contudo, anualmente a RAP é reajustada tomando por base o Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). A revisão prevista para o exercício de 2019 foi postergada pela ANEEL, desta forma foi aplicado reajuste provisório pelo índice de variação da inflação previsto nas Portarias nº 210 e nº 211.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A equiparação comercial e técnica da controlada Enel CIEN à transmissora de energia das duas linhas tem prazos definidos de 09 anos para Garabi I, com término da vigência em 20 de junho de 2020, e de 11 anos para Garabi II, com término da vigência em 31 de julho de 2022.

Até a data das demonstrações financeiras, a manutenção da outorga da Conversora Garabi I e de seu sistema de transmissão associado, sob controle da controlada Enel CIEN, está em discussão junto a ANEEL e ao MME. Em análises preliminares e ainda não formalizadas, MME e ANEEL indicaram interesse na extensão temporária da outorga da linha Garabi I para a controlada Enel CIEN até o término do prazo de outorga da linha Garabi II, prevista para o mês de julho de 2022. Uma nova licitação seria realizada para ambas (provavelmente no meses de julho ou dezembro de 2021), licitação da qual a controlada Enel CIEN avalia a possibilidade de participar.

A Enel Brasil detém participação direta de 100,00% na Enel CIEN.

CTM e TESA

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as companhias CTM - Compañia de Transmisión Del Mercosur S.A. ("CTM") e TESA - Transportadora de Energia S.A. ("TESA"), localizadas na Argentina e que fazem parte do sistema de transmissão de Interconexão Internacional e são controladas indiretas através da controlada Enel CIEN.

d) Prestação de serviços

Enel X S.A.

A Enel X S.A. ("Enel X"), anteriormente denominada de Enel Soluções S.A., é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, nº 01, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, constituída em 18 de agosto de 2009, que tem como objeto social participar do capital de outras companhias e/ou sociedades, associações, consórcios e outras formas de associação no Brasil e no exterior, bem como a prestação de serviços geral, direta ou indiretamente relacionados com suas atividades, tanto para o setor da energia elétrica quanto para os demais setores da economia e de consumo em geral.

A Enel Brasil possui participação direta de 99,99% na Enel X.

Enel Nuxer Trading S.A.

A Nuxer Trading S.A. ("Nuxer") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Montevideo, capital do Uruguai, constituída em 03 de maio de 2018, que tem como objeto social participar do capital de outras companhias e/ou sociedades, associações, consórcios e outras formas de associação no Uruguai, bem como a prestação de serviços geral, direta ou indiretamente relacionados com suas atividades, tanto para o setor da energia elétrica quanto para os demais setores da economia e de consumo em geral.

A Enel Brasil possui participação direta de 100% na Nuxer.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda.

A Central Geradora Fotovoltaica São Francisco Ltda. ("CGFSF") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Pernambuco, adquirida em 31 de agosto de 2018 no valor de R\$870, que tem como objeto social participar do capital de outras companhias e/ou sociedades, associações, consórcios e outras formas de associação no Brasil e no exterior, bem como a prestação de serviços geral, direta ou indiretamente relacionados com suas atividades, tanto para o setor da energia elétrica quanto para os demais setores da economia e de consumo em geral. A CGFSF é controlada indireta através da controlada Enel X.

Enel Tecnologia de Redes S.A.

A Enel Tecnologia de Redes S.A. ("Enel Tecnologia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Niterói, constituída em 10 de abril de 2018, com objeto social o planejamento, desenvolvimento e execução de atividades de geração, distribuição, transmissão e/ou comercialização de energia elétrica, participação no capital social de outras companhias e sociedades e comércio ou distribuição de aparelhos, instrumentos e equipamentos de distribuição, medição e controle de energia.

A Enel Brasil possui participação direta de 100% na Enel Tecnologia.

Enel Trading Brasil S.A.

A Enel Trading Brasil S.A. ("Enel Trading") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Niterói, constituída em 19 de abril de 2018, com objeto social participação no capital social de outras companhias e sociedades, e atividade de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica.

A Enel Brasil possui participação direta de 100% na Enel Tecnologia.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de fevereiro de 2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Companhia e suas controladas, sempre que aplicável, utilizam das orientações e requerimentos estabelecidos pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

Adicionalmente, o Grupo Enel considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, instrumentos financeiros derivativos e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis, trabalhistas e regulatórios.

As políticas contábeis significativas adotadas pelo Grupo Enel estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Enel Brasil, suas controladas e controladas indiretas, cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

	Percentual de		
Controlada	participação (%)	Direta	Indireta
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.	100,00%	100,00	-
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de Sao Paulo S.A.	100,00%	100,00	-
Enel CIEN S.A.	100,00%	100,00	-
Enel Green Power Volta Grande S.A.	100,00%	100,00	-
Nuxer Trading S.A.	100,00%	100,00	-
Enel Trading Brasil S.A.	100,00%	100,00	-
Enel Tecnologia de Redes S.A.	100,00%	100,00	-
Santander Fundo de Investimento Córdoba Renda Fixa Crédito Privado ("Córdoba") (i)	100,00%	0,79	99,21
Pienza Renda Fixa Crédito Privado Fundo de Investimento ("Pienza") (i)	100,00%	11,05	88,95
Compañia de Transmisión del Mercosur S.A CTM (ii)	99,99%	-	99,99
Transportadora de Energia S.A Tesa (ii)	99,99%	-	99,99
Enel X Brasil S.A.	99,99%	99,99	-
Enel Distribuição Goiás	99,93%	99,93	-
Ampla Energia e Serviços S.A.	99,73%	99,73	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	99,61%	99,61	-
Companhia Energética do Ceará	74,05%	74,05	-

⁽i) Fundos de investimentos exclusivos Córdoba e Pienza são administrados, respectivamente, pelo Banco Santander S.A. e pelo Banco Itaú S.A.

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas. Entre os principais procedimentos de consolidação estão:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas.
- (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas.
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de resultados não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.
- (d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

⁽ii) Controladas indiretas localizadas no exterior.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são preparadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Os ativos e passivos das controladas indiretas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor acumulado reconhecido no patrimônio líquido referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

Desde o exercício de 2018 as controladas indiretas CTM e TESA adotaram a prática contábil de economia hiperinflacionária, pois a partir de julho de 2018, a economia da Argentina é considerada hiperinflacionária, de acordo com os critérios estabelecidos no CPC 42 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária ("CPC 42"). Essa determinação foi feita com base em uma série de critérios qualitativos e quantitativos, dentre os quais se destaca a presença de taxa de inflação acumulada superior a 100% em um período de três anos.

De acordo com as disposições do CPC 42, as demonstrações financeiras das empresas nas quais o Grupo detém controle na Argentina, foram retrospectivamente corrigidas pela aplicação de um índice geral de preços ao custo histórico, a fim de refletir as mudanças no poder de compra do peso argentino, na data de encerramento destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4 Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas pelo Grupo de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente ("CPC 47"). A aplicação inicial da norma ocorreu em 1º de janeiro de 2018. A norma estabeleceu um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia e suas controladas reconhecem suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas a medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca dos bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

2.5.1. Receita de distribuição

As receitas de distribuição de energia são reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que os serviços são efetivamente transferidos ao cliente. No caso da receita de construção da infraestrutura da concessão, a obrigação de desempenho está atrelada à evolução financeira da obra, onde os benefícios das melhorias são transferidos para a concessão à medida que os custos são incorridos.

Adicionalmente, a receita originada de um contrato com cliente é reconhecida quando a possibilidade de recebimento for provável, considerando a capacidade e a intenção de pagamento do cliente. Sendo assim, havendo a expectativa de não recebimento, a respectiva receita é apresentada líquida, através de uma conta redutora de fornecimento de energia.

As receitas são reconhecidas de forma líquida de contraprestação variável, como por exemplo eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. Dessa forma, como os indicadores individuais de desempenho refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição, as compensações financeiras ocorridas, em função do não cumprimento das metas estabelecidas pela ANEEL, devem ser deduzidas da própria receita gerada pela TUSD.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.5.2. Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia ("CCEE") são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada ("energia secundária"), liquidada no mercado SPOT ("mercado de curto prazo") ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD") e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

2.5.3. Receita de transmissão

A receita de transmissão é reconhecida com base em Resolução Homologatória emitido anualmente pela ANEEL, com validade para o período de 1º de julho de um exercício a 30 de junho do exercício seguinte. O reconhecimento mensal é baseado no informe do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e corresponde à receita pela disponibilização do sistema de transmissão.

2.5.4. Receita de atualização da Bonificação de Outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão entende-se, também, que a receita de juros efetivos vinculada à correção da parcela do ativo financeiro deverá ser classificada como "receita operacional". Para a usina de Volta Grande existe uma Taxa Interna de Retorno - TIR específica, em consequência do valor estabelecido pelo poder concedente para o valor pago de bonificação de outorga e para o valor recebido pelo Retorno da Bonificação de Outorga ("RBO"). A atualização monetária é corrigida pelo IPCA, conforme estabelecido no contrato de concessão.

2.5.5. Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e a receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.5.6. Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 e Interpretação Técnica ICPC 17 - Contrato de Concessão ("ICPC 17"), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A tratativa contábil em questão é aplicável às empresas do Grupo inseridas no segmento de distribuição de energia.

O Grupo contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim das controladas é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) o Grupo Enel terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo de contrato é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

2.5.7. Receita de serviço

As receitas com venda de serviços são desempenhadas pela controlada Enel X, e listadas a seguir: (i) agente na negociação de seguros em geral, tendo sua receita gerada pelo percentual sobre a receita total auferida via prêmios dos seguros; (ii) realização de projetos de eficiência energética, que permite ao cliente a otimização dos custos de energia através da inteligência tecnológica e consumo eficiente do projeto de iluminação instalado no site cliente; (iii) locação de painéis fotovoltaicos instalados no site do cliente ou em área específica não sendo propriedade do cliente; e (iv) venda de painéis fotovoltaicos com instalação no site do cliente.

As receitas de serviços são reconhecidas a medida que as obrigações de performances determinadas em contrato são transferidas ao cliente e a possibilidade do recebimento da contraprestação financeira for provável.

2.5.8. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.5 Instrumentos financeiros

O Grupo Enel classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros

O Grupo adotou o CPC 48 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, e quando aplicável, seus ativos financeiros estão mensurados ao custo amortizados, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

b) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- O Grupo transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

c) <u>Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros</u>

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Este modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativo de contrato. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas esperadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos. O Grupo realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (corporativo, grandes clientes e administração pública). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

e) Instrumentos financeiros, apresentação líquida

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

f) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por hedge. O Grupo adota a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como:

- Hedge de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (hedge de fluxo de caixa); ou
- Hedge do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (hedge de valor justo).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge designado e qualificado como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "outros resultados abrangentes", enquanto a parcela a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como resultado financeiro.

Quando os contratos a termo são usados como hedge das transações previstas, o grupo geralmente designa apenas a mudança no valor justo do contrato a termo relacionado ao componente à vista como o instrumento de hedge. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no componente à vista dos contratos a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de hedge de fluxo de caixa. A mudança no componente a termo do contrato relacionado ao item protegido é reconhecida, no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes como custos da reserva de hedge. Em alguns casos, a Companhia pode designar toda a mudança no valor justo do contrato a termo (incluindo pontos a termo) como o instrumento de hedge. Nesses casos, os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no valor justo de todo o contrato a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de hedge de fluxo de caixa.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue.

Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por hedge que são atribuíveis ao risco protegido. O Grupo aplica a contabilidade de hedge de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos e exposição cambial. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de swaps de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "outros ganhos (perdas), líquidos". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por hedge, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "despesas financeiras".

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização do hedge, o ajuste no valor contábil de um item protegido por hedge, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

i) Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e portanto sua contabilização embasada no ICPC 01, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende o conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração - RAG.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

j) Ativo indenizável (concessão)

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia e suas controladas possuem o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

O Grupo classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros "valor justo por meio de resultado", pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio do Grupo para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição ("VNR"), acrescido de correção monetária pelo IPCA, de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

k) Intangível

O Grupo reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia - contratos de concessão.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

As parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados até o final da concessão são classificadas como um ativo indenizável com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, onde a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva

Um ativo intangível é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Ágio atribuído à concessão

O ágio registrado no balanço patrimonial da Companhia tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão da controladas Enel Distribuição Ceará e Enel Distribuição São Paulo, e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público.

m) Ativo de contrato

O ativo de contrato (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo de contrato (infraestrutura em construção), pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo de contrato) para intangível da concessão. O ativo de contrato (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

n) Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado do Grupo Enel são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, o Grupo Enel reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2019, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes do Grupo estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

2.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direto legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação aos créditos e perdas tributários e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.8 Benefício a empregados - Planos de benefício definido

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. O Grupo determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício de benefício definido e no passivo definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a servicos passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem na demonstração do resultado, do exercício, como parcela do custo do servico, ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes também são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação, ou liquidação parcial, do respectivo plano.

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.9 Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas, regulatórios e ambientais

As provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas, regulatórios e ambientais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

2.10 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

O Grupo aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não vigente.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A norma estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam todos os arrendamentos conforme um único modelo através do balanço patrimonial, ou seja, o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, este modelo é aplicável para substancialmente todos os contratos de arrendamentos, exceto àqueles contratos que por definição atendem ao expediente prático da norma. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) com o efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro 2019, utilizando os expedientes práticos que isenta a aplicação para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo de duração inferior ou igual a 12 meses a partir da data de adoção inicial (curto prazo), e (ii) arrendamento para qual o ativo subjacente é de baixo valor, como celulares, impressoras e equipamentos de autoatendimento. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo pelo reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados (ativo imobilizado arrendado) e o respectivo aumento do passivo, conforme conciliação demonstrada a seguir:

	Controladora						
	,			Ativo de	vo de Outros		
Impacto na adoção inicial	Terrenos	Imóveis	Veículos	tecnologia	ativos	Total	
Pagamentos mínimos de arrendamento	-	2.260	-	18	-	2.278	
Impacto de taxa de desconto		(306)	-	-	-	(306)	
Ativo de direito de uso	-	1.954	-	18	-	1.972	
Passsivo de arrendamento	-	(1.954)	-	(18)	-	(1.972)	
Prazo médio contratual remanescente (anos)	-	3,88	- Cor	- nsolidado	-		
				Ativo de	Outros		
Impacto na adoção inicial	Terrenos	Imóveis	Veículos	tecnologia	ativos	Total	
Pagamentos mínimos de arrendamento	11.502	211.529	30.850	44.728	323	298.932	
Impacto de taxa de desconto	(2.542)	(56.917)	(2.701)	(3.767)	(32)	(65.959)	
Ativo de direito de uso	8.960	154.612	28.149	40.961	291	232.973	
Passsivo de arrendamento	(8.960)	(154.612)	(28.149)	(40.961)	(291)	(232.973)	
Prazo médio contratual remanescente (anos)	4,34	1,83	1,91	15,49	1,75		

Os contratos já classificados como arrendamento financeiro em 31 de dezembro de 2018, conforme determina o CPC 06 (R1), foram reclassificados em 1º de janeiro de 2019 de empréstimos e financiamentos para obrigações por arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais são reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento. O quadro a seguir demonstra os impactos no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora	Consolidado
Despesa com depreciação e amortização Despesa de arrendamento operacional incluída em serviços de terceiros e	888	67.471
outras receitas e despesas operacionais	(457)	(75.406)
Resultado do serviço (Lucro bruto)	431	(7.935)
Despesas financeiras	142	19.874
Impacto de tributos e contribuições sociais diferidos (34%)	(195)	(4.059)
Total - impacto na despesa líquida	378	7.880

Com relação ao fluxo de caixa, o impacto foi um aumento líquido no caixa gerado pelas atividades operacionais no montante de R\$66.713 para o consolidado e no montante de R\$888 para a controladora, e uma redução nas atividades de financiamento no montante de R\$7.880 para o consolidado e no montante de R\$378 para controladora uma vez que as amortizações das parcelas relacionadas ao principal dos passivos de arrendamentos são classificadas como atividades de financiamento. Em relação aos juros pagos, não houve mudança, permanecendo como resultado operacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Interpretação ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro

A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 e não se aplica a tributos fora do âmbito do CPC 32 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

O Grupo determinou, com base em seu estudo de conformidade tributária, que é provável que seus tratamentos fiscais serão aceitos pelas autoridades fiscais. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidados da Companhia.

CPC 48: Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa

De acordo com o CPC 48, um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto" (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Essas alterações não tiveram impactam as demonstrações financeiras do Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alterações ao CPC 33 (R1): Alterações, reduções ou liquidação de planos

As alterações ao CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, abordam a contabilização quando de alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período-base. As alterações especificam que quando ocorre alteração, redução ou liquidação do plano durante o período base anual, a entidade deve:

- Determinar o custo do serviço atual para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais utilizadas para reavaliar o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento.
- Determinar os juros líquidos para o período remanescente após alteração, redução ou liquidação do plano, usando o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento, bem como a taxa de desconto usada para reavaliar este passivo (ativo) líquido do benefício definido.

As alterações esclarecem ainda que a entidade deve determinar primeiramente qualquer custo com serviços passados, ou ganho ou perda na liquidação, sem considerar o efeito do asset ceiling. Este valor deve ser reconhecido no resultado. A entidade determina então o efeito do asset ceiling após alteração, redução ou liquidação do plano. Qualquer alteração neste efeito, excluindo os valores incluídos nos juros líquidos, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

As mudanças aplicam-se a alterações, reduções ou liquidações sendo permitida sua aplicação antecipada. Tais mudanças não impactaram o Grupo, uma vez que os eventos determinados na norma supracitada não tiveram ocorrência ainda, e dessa forma a medida que ocorrerem, é provável que impactem os planos de benefícios a empregados mantidos pelo Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos

As alterações esclarecem que a entidade deve tratar como parte dos empréstimos em geral qualquer empréstimo que tenha sido contraído originalmente para desenvolver um ativo qualificável quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para uso ou venda forem concluídas.

A Companhia aplica estas alterações aos custos de empréstimos incorridos a partir do início do período anual em que a entidade aplica essas alterações pela primeira vez. A Companhia aplica estas alterações a períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2019. Como a prática atual da Companhia está alinhada a essas alterações, não houve nenhum impacto sobre suas demonstrações financeiras.

As demais normas emitidas e/ou alteradas iniciadas em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data não trouxeram impactos às demonstrações financeiras do Grupo.

2.11 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

<u>Alterações ao CPC 00 (R2) | Conceptual Framework - Estrutura conceitual para</u> relatório financeiro

O CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro, equivalente ao pronunciamento do IASB conhecido como *Conceptual Framework*, alterado com o objetivo de melhor refletir as alterações conceituais estabelecidas pelo IASB, principalmente com relação aos seguintes aspectos:

- Conceitualiza e clarifica questões acerca do objetivo do relatório financeiro, as características qualitativas da informação financeira útil, e a descrição da entidade, bem como os seus limites:
- Clarifica as definições de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos;
- Define critérios para a inclusão de ativos e passivos nas demonstrações financeiras (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento);
- Bases de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e
- Determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras e notas explicativas.

Adicionalmente, as alterações realizadas ao CPC 00 (R2) também alinham a definição de

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

"omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas, estabelecendo de forma clara a aplicação deste conceito como "informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, as decisões que os principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais tomam com base nesses relatórios, que fornecem informações financeiras sobre a entidade específica que reporta".

As alterações realizadas visam auxiliar o entendimento de temas específicos, melhorando a qualidade das demonstrações financeiras e as informações divulgadas. As alterações realizadas são devidas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020 e de acordo com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo não há expectativa de que impactos significativos sejam identificados.

Alterações ao CPC 15 (R1) - Combinação de negócios

O CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, foi alterado com o objetivo de pacificar questões acerca da definição de combinação de negócios, onde a Companhia deve determinar se uma transação é uma combinação de negócios pela aplicação da definição determinada através da alteração realizada neste pronunciamento.

A determinação se uma transação é ou não combinação de negócios é adotada pelo Grupo de forma consistente a clarificação realizada através da alteração feita ao referido pronunciamento contábil, levando em consideração se o negócio adquirido apresenta conjunto de atividades e operações capazes de serem conduzidas e gerenciadas objetivando o fornecimento de bens ou serviços a clientes, gerando receitas de investimento ou de atividades operacionais.

Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020, a adoção antecipada é facultativa. De acordo com as práticas adotadas pelo Grupo não é esperado qualquer alteração significativa no entendimento e tratativa contábil para o tema, tendo em vista que as práticas contábeis atualmente adotadas estão em linha com as alterações indicadas pela norma contábil em questão.

Os demais pronunciamentos novos e/ou alterados já emitidos, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas não são aplicáveis as atividades operacionais do Grupo e por conta disso a Companhia não possui a expectativa de que produza qualquer impacto sobre as demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.12 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. No processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo, a adoção inicial do CPC 06 (R2) produziram efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo.

Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. O Grupo revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa ("PECLD")

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos. O Grupo realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (corporativo, grandes clientes e administração pública). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito do Grupo e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

Tributos

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte do Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas, regulatórios e ambientais

O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas, regulatórios e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Benefícios pós-emprego

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide nota 35.

Arrendamentos

Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos. O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). O Grupo estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos do Grupo (como o rating de crédito da subsidiária).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receita não faturada

O cálculo da receita não faturada é baseado no número de dias não faturados no mês, na estimativa de energia distribuída nesses dias e no preço médio estimado por classe de clientes no mês.

3. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios

a) Revisão e reajuste tarifário

Enel Distribuição Rio

A ANEEL, estabeleceu para a controlada Enel Distribuição Rio, em reunião pública de sua diretoria realizada em 12 de março de 2019, o reajuste tarifário anual de 2019, aplicado nas tarifas a partir de 15 de março de 2019. A ANEEL aprovou um reajuste de +9,70% composto por (i) reajuste econômico de +4,73%, sendo 4,04% de Parcela A e 0,69% de Parcela B e (ii) componente financeiro de +6,47%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário de -1,50%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +9,70%.

Em 26 de março de 2019, a ANEEL decidiu republicar as tarifas da controlada Enel Distribuição Rio em virtude da quitação antecipada da CDE Conta ACR, o que gerou uma redução média no reajuste tarifário em 1,91%, passando de 9,70% para 7,59% nas tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição percebido pelos consumidores, sendo de 7,89% em média para os consumidores conectados em Alta Tensão (AT) e de 7,49% em média para aqueles conectados em Baixa Tensão (BT). Tais tarifas são válidas a partir de 1º de abril de 2019.

Enel Distribuição Ceará

A ANEEL, estabeleceu para a controlada Enel Distribuição Ceará, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 16 de abril de 2019, a revisão tarifária periódica de 2019, aplicada nas tarifas a partir de 22 de abril de 2019. A ANEEL aprovou um índice de reposicionamento de +8,22% composto por (i) reposição econômica de +5,41%, sendo 1,20% de Parcela A e 4,21% de Parcela B e (ii) componentes financeiros de +5,77%. Descontados os componentes financeiros considerados no último processo tarifário de -2,96%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +8,22%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Enel Distribuição Goiás

A ANEEL, estabeleceu para a controlada Enel Distribuição Goiás, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 22 de outubro de 2019, o reajuste tarifário anual de 2019, aplicado nas tarifas a partir de 22 de outubro de 2019. A ANEEL aprovou um reajuste percebido pelo consumidor de -3,90% composto por (i) reajuste econômico de -4,42%, sendo -5,18% de Parcela A e +0,76% de Parcela B e (ii) componentes financeiros de +6,25%. Descontados os componentes financeiros considerados no último processo tarifário de 5,73%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de -3,90%.

Enel Distribuição São Paulo

A ANEEL, estabeleceu para a controlada Enel Distribuição São Paulo em reunião pública de sua Diretoria realizada em 2 de julho de 2019, a revisão tarifária periódica de 2019, aplicada na tarifa a partir de 4 de julho de 2019. A ANEEL aprovou um índice de reposicionamento de +12,79% composto por (i) reposicionamento econômico de +1,72%, sendo -1,57% de Parcela A e +3,29% de Parcela B e (ii) componentes financeiros de +11,07%. Descontados os componentes financeiros considerados no último processo tarifário de -5,75%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +7,03%.

b) Bandeiras tarifárias

Cobrança adicional de tarifa aplicado a todos os consumidores cativos em função das condições de geração de energia, buscando reduzir os eventuais descompassos entre os custos reais de compra de energia por parte das distribuidoras e suas respectivas coberturas tarifárias. Em 2019, vigoraram as bandeiras tarifárias verde nos meses de janeiro a abril e junho, amarela em maio, julho, outubro e dezembro e vermelha, patamar 1, em agosto, setembro e novembro de 2019. Em 2018, vigoraram as bandeiras tarifárias verde nos meses de janeiro a abril e dezembro, amarela em maio e novembro e vermelha, patamar 2, de junho a outubro de 2018.

c) Contrato fornecimento de gás pela Petrobras para controlada CGTF

A Petrobras, fornecedor de gás natural para a controlada CGTF, requereu em 08 de setembro de 2017 a rescisão do contrato de suprimento de gás natural alegando eventual desequilíbrio econômico-financeiro relacionado com o preço e condições de suprimento do gás, depois de quase 15 anos do seu início de operação. Este contrato entrou em vigor a partir de 27 de dezembro de 2003 e foi firmado no âmbito do Programa Prioritário de Termoeletricidade instituído pelo Governo Federal para solucionar o problema do racionamento de energia elétrica, que consistia em aumentar a geração termelétrica no Brasil, e tendo o Estado Brasileiro como garantidor do suprimento de gás natural, a preços regulados e estabelecidos em Portaria Interministerial do Ministério da Fazenda e de Minas e Energia, e executado através da Petrobras, que detém o monopólio de gás no País.

A controlada CGTF, com o objetivo de seguir operando para a segurança elétrica do País,

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

mantinha o contrato vigente através de uma liminar obtida em novembro de 2017 em uma ação judicial promovida contra a Petrobras, Cegas, União Federal e Estado do Ceará. Entretanto, no dia 26 de fevereiro de 2018, a controlada CGTF tomou conhecimento da revogação da liminar diante da extinção da ação judicial. No dia 27 de fevereiro, a controlada CGTF foi notificada pela Petrobras informando a interrupção do suprimento de gás. Dessa forma, a controlada CGTF recorreu desta decisão com o firme propósito de restabelecer o suprimento de gás natural, confiando que o Poder Judiciário e o Estado Brasileiro reconheceriam a obrigação de ser honrado o compromisso estabelecido no Programa Prioritário de Termoeletricidade e em virtude do contrato firmado no ano de 2002.

Diante do recurso apresentado foi deferida, novamente, liminar no dia 29 de maio de 2018, sendo reformada tal decisão desobrigando a Petrobras a fornecer o gás no dia 27 de junho de 2018. Por fim, em 25 de outubro de 2018, a controlada CGTF obteve liminar a qual lhe assegura que a União, o Estado do Ceará, a Petrobras e a CEGÁS se abstenham de cortar o fornecimento do Gás Natural nas condições estabelecidas nos 2 (dois) contratos de fornecimento de gás, firmados em setembro de 2002, no âmbito do PPT- Programa Prioritário de Termeletricidade.

A referida liminar ainda se encontra vigente. Em 2018, durante o período sem liminar, a controlada CGTF cumpriu plenamente o seu contrato com a controlada Enel Distribuição Ceará, adquirindo energia no mercado para o atendimento de suas obrigações. Considerando o andamento volátil do mercado SPOT, a controlada CGTF foi exposta a um risco de mercado ligado as variações do preço de energia, que ficaram particularmente prejudiciais no segundo semestre de 2018, constituindo, portanto, a causa principal do aumento do prejuízo da controlada CGTF durante o exercício de 2018. Tal resultado foi revertido em 2019, considerando a gestão comercial e operacional da controlada CGTF, associada à manutenção da liminar que garante o fornecimento de gás.

Portanto, diante dos fatos descritos acima, a Administração da Companhia e de sua controlada CGTF, entende mantido o princípio da continuidade operacional da controlada CGTF, em consideração dos fundamentos judiciários que sustentam o direito a receber o fornecimento de gás ao preço e condições estabelecidas no contrato de compra e venda de gás natural firmado com a CEGÁS.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Contrato de CUSD com a Eletronuclear

Em 12 de julho de 2018, foi assinado contrato de CUSD-CARGA-LIVRE entre a controlada Enel Distribuição Rio e Eletronuclear, onde já está sendo faturado pela controlada Enel Distribuição Rio a disponibilização do uso do sistema correspondente ao período em curso. Em dezembro de 2018, a controlada Enel Distribuição Rio protocolou junto a ANEEL recurso aos processos no 48500.004858/2017-95 e no 48500.004842/2018-63 que versam acerca do direito a cobrança da CUSD pela controlada Enel Distribuição Rio, visando que seja aplicado os critérios de modicidade tarifária nos moldes previsto no PRORET da época em que deveria ocorrer o faturamento ou mesmo de acordo com as regras previstas após a assinatura do 6º aditivo ao contrato de concessão.

A partir de fevereiro de 2019, foi substancialmente faturado em 11 parcelas, nos moldes previstos no Despacho nº 2.741, de 27 de novemenro de 2018, o valor correspondente a energia medida, em KWh, nos pontos de conexão, que estavam associadas ao consumo próprio da Eletronuclear, correspondente ao período de 19 de abril de 2014 a 31 de dezembro de 2018, a preços de novembro de 2018, líquido de impostos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Reestruturação societária

4.1. Incorporação

No dia 21 de outubro de 2019, a controlada Enel Distribuição São Paulo comunicou ao mercado fato relevante, informando seus acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração aprovou os termos e condições da proposta de incorporação de sua controladora direta Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A. ("Enel Sudeste"). A referida incorporação foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), por meio do Despacho nº 2.386, de 27 de agosto de 2019.

Em 06 de novembro de 2019 a controlada Enel Distribuição São Paulo, realizou após aprovação em Assembleia Geral Extraordinária ("AGO") a operação de incorporação reversa com sua então controladora direta, a Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A. ("Enel Sudeste"). Como consequência dessa incorporação, a controlada Enel Distribuição São Paulo sucedeu a Enel Sudeste a título universal, na forma da lei, em todos os seus direitos e obrigações, passando a totalidade dos seus ativos e passivos para o patrimônio da Enel Distribuição São Paulo, que por sua vez, passou a ser controlada direta da Companhia.

Importante destacar que a Companhia era a única acionista da Enel Sudeste, e que recebeu às ações de emissão da Enel Distribuição São Paulo na mesma quantidade e da mesma classe e espécie das ações até então detidas pela Enel Sudeste.

Os impactos decorrentes da incorporação na Enel Sudeste, na controlada Enel Distribuição São Paulo e na Companhia, estão demonstrados a seguir:

	Enel Sudeste (i)			Enel SI	Enel SP (ii e iii)		Enel Brasil (iv e v)		
	Livros		Saldo final	_	Benefício fiscal - parcela				
	contábeis em	Provisão	a ser	Saldos	da mais valia	Saldos	Direito		
	06/11/2019	ICVM 319	incorporado	incorporados	dedutível	incorporados o	le capitalização	Saldo final	
Ativo									
Caixa e equivalentes de caixa	80	-	-	80	-	-	-	-	
Imposto de renda e contribuição social a									
recuperar	476	-	-	476	-	-	-	-	
Investimento na Enel São Paulo	3.399.032	-	3.399.032	-	-	3.399.032	-	3.399.032	
Mais valia	3.332.262	2.091.107	5.423.369	-	1.881.558	3.541.811	-	3.541.811	
Outros ativos	(42.520)	-	(42.520)	-	-	(42.520)	-	(42.520)	
Tributos e contriuições sociais diferidos - ativo	374.488	-	374.488	-	-	374.488	-	374.488	
Concessão I	1.201.355	-	1.201.355	-	413.943	787.412	-	787.412	
Concessão II (renovação da concessão)	4.948.962	-	4.948.962	-	1.467.615	3.481.347	-	3.481.347	
Contingências	(1.058.916)	-	(1.058.916)	-	-	(1.058.916)	-	(1.058.916)	
Tributos diferidos - passivo	(2.091.107)	2.091.107	-	-	-		-	-	
Direito de capitalização Enel São Paulo	•	-	-	-	-	-	1.881.558	1.881.558	
Ágio (goodwill)	2.138.612	-	2.138.612			2.138.612	-	2.138.612	
Total do ativo	8.870.462	2.091.107	10.961.013	556	1.881.558	9.079.455	1.881.558	10.961.013	
Passivo									
Fornecedores	10	-	_	10	_	_	-	_	
Patrimônio liquido	8.870.452	2.091.107	10.961.013	546	1.881.558	9.079.455	1.881.558	10.961.013	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As etapas da incorporação podem ser resumidas da seguinte forma:

i) Provisão ICVM 319:

Quando da aquisição da Enel Distribuição São Paulo, em junho de 2018, a então controlada Enel Sudeste, em consonância ao CPC 15 (R1) - Combinação de negócios e legislação tributária local, especificamente relacionada a Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014 e a Instrução Normativa da RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017, a então controlada Enel Sudeste registrou em seus livros contábeis, na data base de 31 de dezembro de 2018, como resultado do processo de alocação do preço de compra (*Purchase Price Allocation*), uma mais valia de ativos e ágio no montante de R\$ 5.506.412. Na data da incorporação a mais valia registrada era de R\$ 3.332.262 e o ágio de R\$ 2.138.612.

Na composição da mais valia, constam os valores relacionados às Concessões I e II (intangíveis representados pela Concessão I refere-se ao contrato de concessão vigente e pela Concessão II referese a estimativa de renovação do atual contrato de concessão), e respectivo imposto diferido passivo, que na data da incorporação representavam R\$1.201.355, R\$ 4.948.962 e R\$ 2.091.107, respectivamente (conforme quadro acima).

A então controlada Enel Sudeste, na data da aprovação do processo de incorporação, reconheceu provisão para integridade de acordo com os conceitos estabelecidos através das Instruções CVM 319/99 e 349/01, conforme alteradas, do valor total do imposto diferido passivo relacionado as concessões I e II. Dessa forma, os valores de mais valia foram transferidos para a Companhia e somente o benefício fiscal da amortização da mais valia do intangível da concessão foi incorporado pela controlada Enel Distribuição São Paulo.

Dessa forma, ao passo que a incorporação foi concluída, a Enel Sudeste realizou a baixa da totalidade do imposto de renda diferido passivo, uma vez que durante o processo de incorporação as diferenças entre bases fiscais e contábeis existentes à época da aquisição da Enel Distribuição São Paulo foram extintas, tornando o passivo diferido reconhecido anteriormente possível de dedutibilidade fiscal, o que resultou em uma contrapartida no resultado da controlada no montante de R\$ 2.091.107.

ii) Saldos incorporados pela Enel Distribuição São Paulo

Os outros ativos e passivos existentes na data da incorporação (acervo cindido) totalizaram R\$ 546, e foram registrados na controlada Enel Distribuição São Paulo em contrapartida do patrimônio líquido – Reserva de capital.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iii) Benefício fiscal referente a parcela da mais valia dedutível

Conforme mencionado no item (i), a então controlada Enel Sudeste reverteu 100% do saldo do tributo diferido sobre a mais valia da concessão I e II, e no processo de incorporação, somente o benefício fiscal da amortização da mais valia do intangível da concessão poderiam ser incorporados pela controlada Enel Distribuição São Paulo, ou seja 34% da parcela da mais valia dedutível.

Dessa forma, os valores de mais valia foram transferidos para a Companhia e somente o benefício fiscal da amortização da mais valia do intangível da concessão foi incorporado pela controlada Enel Distribuição São Paulo. A parcela da mais valia dedutível é de aproximadamente R\$ 5.533.995, o que corresponde a um benefício fiscal de R\$ 1.881.558 (34%) para a controlada Enel Distribuição São Paulo, o qual foi registrado no patrimônio líquido como reserva de capital, em contra partido da rubrica ativo diferido.

A amortização do benefício fiscal é realizada ao longo do período da concessão da controlada Enel Distribuição São Paulo, essa amortização é explicada em detalhes através da nota 14.

iv) Saldos incorporados - Enel Brasil

Representam os saldos de mais valia, reconhecidos até então controlada na Enel Sudeste quando da aquisição da controlada Enel Distribuição São Paulo, e que foram transferidos e incorporados pela Companhia. Cabe ressaltar que, com relação ao saldo da mais valia das concessões I e II, foi transferido para a Companhia somente o montante de R\$ 4.268.759, dado que do total, já foi incorporado pela controlada Enel Distribuição São Paulo o valor de R\$ 1.881.558, finalizando em 100% do saldo de mais valia de concessão que era de R\$ 6.150.317.

v) Direito de capitalização

A parcela incorporada pela controlada Enel Distribuição São Paulo, que representa o benefício fiscal da amortização da mais valia do intangível da concessão dedutível, detalhada no item (iii), foi reconstituída na Companhia como um direito de capitalização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.2. Oferta Pública de Aquisição de Ações ("OPA"), resgate compulsório e conversão de categoria

No dia 26 de junho de 2019, a então controlada indireta Enel Distribuição São Paulo comunicou ao mercado fato relevante, que a Companhia, então controladora indireta, protocolou junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações ordinárias de emissão da então controlada indireta Enel Distribuição São Paulo e o consequente cancelamento do seu registro companhia aberta perante a CVM sob categoria "A" e conversão para categoria "B" ("conversão de registro").

Em 17 de outubro de 2019, foi aprovado pela CVM o pedido de registro de oferta pública e, dessa forma, no dia 21 de outubro de 2019, a Companhia lançou edital de Oferta Pública de Aquisições de Ações.

A oferta foi destinada às 8.133.352 ações ordinárias em circulação da então controlada indireta Enel Distribuição São Paulo, correspondente a 4,056% do seu atual capital social, isto é, até a totalidade das ações ordinárias, exceto por aquelas detidas indiretamente pela Companhia e as ações em tesouraria.

Em 06 de novembro de 2019, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), foi aprovada a conversão do registro da então controlada indireta Enel Distribuição São Paulo junto à CVM da categoria "A" para "B", condicionada à conclusão da oferta, conforme etapas a seguir:

i) OPA

Em 21 de novembro de 2019, foi realizado o leilão da OPA para conversão de categoria, com o seguinte resultado: (i) a Companhia adquiriu as 2.959.302 ações ordinárias pelo preço unitário de R\$ 49,39 (expresso em reais), totalizando o valor de R\$ 146.160, líquidas financeiramente em 25 de novembro de 2019. O preço ofertado de R\$ 49,39 (expresso em reais) por ação, conforme requerido pela CVM, foi correspondente ao valor de R\$ 45,22 (expresso em reais) por ação praticado na data da liquidação da Oferta Pública Voluntária Concorrente para Aquisição do Controle da Companhia ("OPA para Aquisição de Controle"), ocorrida no dia 07 de junho de 2018, atualizado pela taxa SELIC a data de liquidação da atual Oferta.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii) Resgate compulsório

Em 26 de novembro de 2019, foi aprovado em AGE o resgate compulsório das ações remanescentes ("resgate compulsório") do processo da OPA. Desse modo, conforme previsto no edital de oferta, foram resgatadas pela controlada Enel Distribuição São Paulo todas as 5.174.050 ações ordinárias em circulação, representativas de 2,58% do seu capital social total. O preço por ação foi de R\$ 49,46 (expresso em reais), correspondente ao preço de liquidação da Oferta, atualizado por SELIC até a data do pagamento do resgate compulsório, realizado pela controlada Enel Distribuição São Paulo em 05 de dezembro de 2019 no valor de R\$ 255.909. O montante total referente ao resgate compulsório foi registrado contra a conta de reserva de capital, sem redução do capital social da controlada Enel Distribuição São Paulo.

iii) Conversão de categoria

Em 03 de dezembro de 2019, a CVM aprovou o pedido de conversão do registro de companhia aberta da categoria "A" para "B". Desse modo, as ações da controlada Enel Distribuição São Paulo passaram a não ser mais admitidas à negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários, incluindo B3.

Em decorrência da OPA, do resgate compulsório e conversão de categoria, as ações da controlada Enel Distribuição São Paulo deixaram de ser negociadas no segmento especial de listagem Novo Mercado e na B3.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iv) Aumento de capital social

Em 03 de dezembro de 2019, por meio de Termo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC"), a Companhia antecipou para a controlada Enel Distribuição São Paulo o valor de R\$ 256.039 cujo objetivo principal foi a liquidação do resgate compulsório de ações, ocorrido em 05 de dezembro de 2019. O AFAC ocorreu, tendo em vista o prazo eventualmente necessário à efetivação da transferência para a controlada Enel Distribuição São Paulo dos recursos que seriam obtidos no âmbito de um aumento de capital. A totalidade do recurso foi utilizado para aumento de capital social, mediante emissão de um total de 5.184.015 (cinco milhões, cento e oitenta e quatro mil e quinze ações) novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$ 49,39 (expresso em reais) cada. O AFAC teve natureza irrevogável e irretratável, e entre a data de assinatura do termo até a data da efetiva capitalização, o valor adiantado não estava sujeito a juros remuneratórios, correção monetária ou qualquer outro tipo de remuneração.

Em 20 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração homologou o aumento de capital social da controlada Enel Distribuição São Paulo, conforme os termos do AFAC. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2019 o capital social da controlada Enel Distribuição São Paulo é de R\$ 3.079.525 totalmente subscrito e integralizado, dividido em 197.466.862 unidades de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

v) Cancelamento das ações em tesouraria

As ações em tesouraria foram originadas por 359 acionistas titulares que não compareceram à Assembleia Especial de Acionistas Preferencialistas de 12 de setembro de 2017, se abstiveram de votar ou não aprovaram a migração da controlada Enel Distribuição São Paulo para o Novo Mercado, e optaram pelo exercício do direito de retirada. Em 20 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração da controlada Enel Distribuição São Paulo aprovou o cancelamento das ações mantidas em tesouraria contra a conta de reserva de capital, sem redução do capital social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Contro	oladora	Conso	solidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		
Caixa e contas correntes bancárias	1.865	1.896	131.401	238.644		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	159.868	433.370	2.065.002	1.618.327		
Operações compromissadas	4.992	-	337.535	386.018		
Fundo curto prazo				8.557		
Total de aplicações diretas	166.725	435.266	2.533.938	2.251.546		
Fundos exclusivos		_		_		
Fundos de investimentos aberto	474	-	39.089	18.644		
Operações compromissadas	9.632	22.493	242.170	186.120		
Total de fundos exclusivos	10.106	22.493	281.259	204.764		
Total de caixa e equivalentes de caixa	176.831	457.759	2.815.197	2.456.310		

O excedente de caixa da Companhia e de suas controladas é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia e de suas controladas. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

6. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

	Contro	ladora	Conso	onsolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		
Fundos de investimentos não exclusivos		-	192.681	153.877		
Total de fundos de investimentos	-	-	192.681	153.877		
Fundos exclusivos	0.004	00.004	00.000	055.000		
Títulos públicos Letras financeiras	8.261 5.574	28.601	96.368 50.470	255.096		
Total de fundos exclusivos	13.835	28.601	146.838	255.096		
Total de títulos e valores mobiliários	13.835	28.601	339.519	408.973		

Através de fundos exclusivos, a Companhia e suas controladas aplicam seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Ativos financeiros - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)

Como informado na nota 1.b, a controlada EGP Volta Grande efetuou um pagamento de R\$1.419.784 a título de bonificação pela outorga a ser ressarcido ao longo do contrato de concessão. Em virtude de ser um crédito a receber relacionado ao contrato de concessão composto pelo Retorno da Bonificação pela Outorga, garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, a controlada EGP Volta Grande classificou o montante a receber da Bonificação pela Outorga como ativo financeiro em função do direito incondicional da controlada EGP Volta Grande de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. A amortização corresponde aos valores recebidos mensalmente.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.416.904
Atualização financeira do bônus de concessão	53.868
Amortização do bônus de concessão	(48.365)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.422.407
Atualização financeira do bônus de concessão	57.106
Amortização do bônus de concessão	(50.295)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.429.218
Circulante	51.044
Não circulante	1.378.174

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Consumidores, concessionários e permissionários, líquidos

	Consolidado					
		Vencidos até	To	tal		
	A vencer	90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2019	31/12/2018	
Circulante						
Consumo faturado (a)	2.487.165	1.474.302	2.840.966	6.802.433	5.423.931	
Renda não faturada (b)	1.561.439	-	-	1.561.439	1.414.185	
Consumidores livres	31.711	1.643	31.387	64.741	207.149	
Consumidores baixa renda	18.146	-	-	18.146	51.577	
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	30.499	8.777	208.365	247.641	671.289	
Parcelamento de débitos	298.058	97.123	531.014	926.195	726.027	
Encargo de uso de rede	6.558	2.806	151	9.515	90.832	
Legião Energia -CCEAR	11.641	-	-	11.641	26.360	
Contas a receber de relacionadas (nota 31)	-	-	-	-	11.929	
Contas a receber	23.605	14.922	106.288	144.815	131.300	
Outros	50.361	2.388	4.024	56.773	34.255	
Subtotal	4.519.183	1.601.961	3.722.195	9.843.339	8.788.834	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.966)	(13.423)	(2.583.609)	(2.604.998)	(2.108.549)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - RDS		-	(85.240)	(85.240)	(110.958)	
Total circulante	4.511.217	1.588.538	1.053.346	7.153.101	6.569.327	
N/~						
Não circulante					400.007	
Furnas Centrais Elétricas S.A. (nota 39.a)	-	-	-	-	128.297	
Engie Brasil Energia S.A.	-	-	40.405	40.405	70.574	
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	19.425	19.425	15.289	
Parcelamento de débitos	137.103	-	100.683	237.786	281.695	
Contas a receber de relacionadas (nota 31)	40.196	-	-	40.196	56.864	
Iluminação Pública	-	-	26.114	26.114	26.040	
Encargo de uso de rede		-		-	4.136	
Subtotal	177.299	<u> </u>	146.222	323.521	582.895	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	_	_	(73.882)	(73.882)	(339.070)	
Total não circulante	177.299	-	72.340	249.639	243.825	

(a) Cessão de crédito

Em dezembro de 2019, as controladas CGTF, CDSA e Enel Distribuição São Paulo realizaram operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso, transferindo todos os riscos e benefícios vinculados para a instituição financeira na data da transação com valor de face de R\$ 131.097, R\$ 47.443 e R\$ 11.096, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. Em 31 de dezembro de 2019 o Grupo possui registrado em seu contas a receber o saldo de receita não faturada no montante total de R\$1.561.439 (R\$1.414.185 em 2018).

A movimentação da provisão para perda esperada é a seguinte:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.736.708)
(Adições)	(294.850)
Baixas	246.172
Reclassificação Outros créditos não energia	5.020
Saldo de aquisição da Enel Distribuição São Paulo	(369.761)
Reversão de valores incobráveis (Enel Distribuição São Paulo)	(470.215)
Adoção Inicial CPC 48	61.765
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.558.577)
(Adições)	(512.353)
Baixas	80.843
Baixas incobráveis	225.967
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(2.764.120)
Circulante	(2.690.238)
Não circulante	(73.882)

A provisão para perda esperada (PCLD) é constituída com base nos valores a receber dos consumidores, segregando em grandes clientes (alta tensão), clientes corporativos (baixa tensão) e administração pública. Considera também, uma análise coletiva e/ou individual, quando aplicável, dos títulos a receber ou do saldo da dívida parcelada, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, considerando um novo modelo de avaliação a fim de apurar as perdas esperadas. No que tange à abordagem coletiva, a Companhia e suas controladas utilizaram uma matriz de provisão, conforme previsto na norma, que reflete a experiência de perda de crédito histórica para classe que foi agrupada. A matriz de provisão estabelece percentuais dependendo do *aging* das contas a receber. Na abordagem individual a Companhia e suas controladas consideraram o comportamento específico de determinados clientes em função do histórico de inadimplência e as informações disponíveis sobre as contrapartes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Subvenção CDE - Desconto Tarifário (Consolidado)

Valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

O quadro abaixo demonstra a composição da CDE reconhecida pela Companhia e suas controladas.

	Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	
CDE compensação - liminar (a)	619.511	615.142	
Previsão CDE (mensal) ciclo corrente (b)	-	66.329	
Previsão ajuste CDE ciclo corrente	22.602	65.356	
CDE a receber - diferença ciclo anterior	15.581	41.400	
	657.694	788.227	

a) Compensação da obrigação Encargo CDE x Valores a receber subsidio baixa renda – CDE.

Os valores em aberto de novembro de 2014 até a 2017 (Resoluções homologatórias 1.703/2014, 1.861/2015, 2.023/2016 e 2.207/2017), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à Eletrobras/CCEE relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08 de julho de 2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$ 295.284 (R\$ 290.885 em 2018), correspondente à parcela a repassar a CCEE decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

b) Em dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas, realizaram operações de cessão de recebíveis sem direito de regresso, transferindo todos os riscos e benefícios vinculados para a instituição financeira na data da transação, essa transação foi realizada através das controladas (i) Enel Distribuição São Paulo, com valor de face de R\$ 20.335 com deságio de R\$ 144, (ii) Enel Distribuição Ceará, com valor de face de R\$ 22.007 com deságio de R\$ 156, (iii) Enel Distribuição Rio, com valor de face de R\$ 18.292 com deságio de R\$ 130, e (iv) Enel Distribuição Goiás, com valor de face de R\$ 27.104 com deságio de R\$ 192.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Créditos especiais (Consolidado)

	31/12/2018	Adições (Reversões)	Transferência (depósitos judiciais)	PECLD (Adições) Reversões	Provisão para perda de valor recuperável (FUNAC)	31/12/2019
Fundo de aporte à Enel Distribuição Goiás – FUNAC	1.431.307	(55.731)	9.266	9.225	(436.698)	957.369
Total	1.431.307	(55.731)	9.266	9.225	(436.698)	957.369
Circulante Não circulante	158.572 1.272.735					12.246 945.123

Por meio da Lei nº 17.555 de 20 de janeiro de 2012, o Estado de Goiás criou o Fundo de Aporte à Enel Distribuição Goiás – FUNAC, regulamentado pelo decreto nº 7.732, de 28 de setembro de 2012, com o objetivo de reunir e destinar recursos financeiros para ressarcimento à Enel Distribuição Goiás de pagamentos de contingências de qualquer natureza cujo fato gerador tenha ocorrido até a venda do controle acionário para a Eletrobras, conforme Termos de Acordo de Acionistas e de Gestão, bem como no Termo de Cooperação do FUNAC. Os recursos do referido fundo dependem de aportes a serem realizados pelo Governo do Estado de Goiás e créditos recebido de ações ganhas pela controlada Enel Distribuição Goiás que são repassadas ao Fundo.

Conforme previsto através da Lei Estadual nº 19.473 de 03.11.2016, Decreto nº 8.870/2017 de 19.01.2017 que altera o Anexo IX do RCTE, e no Termo de Acordo de Regime Especial - TARE 032/16-GSF de 14.02.2017, a Enel Distribuição Goiás é autorizada a apropriar crédito outorgado de ICMS até o valor equivalente aos investimentos em manutenção, melhoria e ampliação da infraestrutura de distribuição de energia elétrica, inclusive de natureza tecnológica. O crédito outorgado é limitado aos valores das obrigações de qualquer natureza, provenientes dos passivos contenciosos administrativos e judiciais, ainda que não escriturados, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado e acordos judiciais ou extrajudiciais homologados judicialmente, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 27 de janeiro de 2015 e limitada a 30% da obrigação mensal apurada com ICMS.

Os montantes relacionados a processos que ainda estão ativos no judiciário são mantidos no longo prazo através da rubrica de Créditos Especiais, uma vez que os pagamentos oriundos de tais processos ainda não foram realizados. Dessa forma, assim que ocorrer o encerramento judicial dos processos e em caso de decisão desfavorável à controlada Enel Distribuição Goiás, serão adotados todos os procedimentos legais para que os valores pagos sejam ressarcidos à Companhia, seja através de ressarcimento via FUNAC ou apropriação de crédito outorgado de ICMS. A segregação entre curto e longo prazo dos referidos valores é feita baseada em expectativa de realização do crédito pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 6 de fevereiro de 2019 foi publicada a Lei 20.416 que altera a Lei 17.555/12, que instituiu o Fundo de Aporte à Enel Distribuição Goiás, e a Lei 19.473/16, que instituiu a Política Estadual Energética para manutenção, melhoria e ampliação da rede de distribuição de energia em Goiás e benefício fiscal com prazo certo e sob condição, a nova lei revoga o direito de ressarcimento por meio do FUNAC para processos com fato gerador posterior a abril de 2012. A Companhia ingressou com medida judicial solicitando a revogação da Lei 20.416/19, de forma imediata, preservando as regras previstas no marco jurídico da privatização da Enel Distribuição Goiás.

No dia 26 de abril de 2019 foi publicada a Lei 20.468 que revogou a Lei dos Créditos Outorgados de ICMS. Em 05 de maio de 2019 a Enel ingressou com medida judicial contra o Estado de Goiás, com pedido liminar, para restabelecer a vigência da Lei dos Créditos Outorgados, para continuar realizando a compensação, com créditos de ICMS, dos passivos contingentes pagos.

Em 12 de junho de 2019, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás concedeu a liminar para Companhia desconsiderando as alterações promovidas pela Lei Estadual n. 20.416/19, determinando, assim, o respeito do contrato de compra e venda de ações e outras avenças da Enel Distribuição Goiás e garantindo o direito de serem ressarcidas dos passivos da Enel Distribuição Goiás resultantes de decisões de autoridades administrativas para as quais não haja mais recurso, decisões judiciais transitadas em julgado e/ou acordos judiciais ou extrajudiciais homologados judicialmente de fatos gerados conforme regulamentado anteriormente.

No dia 16 de setembro de 2019, o Juiz indeferiu o pedido liminar da Enel, mantendo a revogação da Lei do Crédito de ICMS por entender que a questão é complexa e requer uma análise processual mais ampla, incompatível com uma análise preliminar no início do processo judicial. A Companhia apresentou recurso perante o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

No dia 01 de outubro de 2019, durante julgamento do recurso interposto pelo Estado de Goiás, o Tribunal de Justiça revogou a liminar que havia desconsiderado as alterações promovidas pela Lei Estadual n. 20.416/19, a qual voltou a vigorar.

Contra a decisão que revogou a liminar, a Companhia interpôs recurso, o qual aguarda julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça, em Brasília.

Em 12 de novembro de 2019 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal requerendo a declaração de inconstitucionalidade da Lei 20.416/19, que alterou a Lei 17.555/12 (FUNAC), e também da Lei 20.468/19 que revogou a Lei Estadual nº 19.473/16 (créditos outorgados de ICMS).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia e sua controlada Enel Distribuição Goiás concluíram, com base nos princípios constitucionais do direito adquirido, inserto no artigo 5º, XXXVI da Constituição Federal, bem como no fato de que os atos garantidores desses direitos são considerados atos jurídicos perfeitos, protegidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, e em razão das medidas judiciais em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, que os valores continuam recuperáveis e se tornarão líquidos a medida em que as obrigações associadas aos créditos sejam reembolsadas.

O direito da Companhia, ademais, sustenta-se pelos contratos celebrados com a Administração Pública, tendo sido assumida, direta e inequivocamente, pelo Estado de Goiás a responsabilidade pelos termos e condições contratuais em relação ao FUNAC.

Especificamente sobre o Crédito Outorgado de ICMS, importante salientar que o Código Tributário Nacional, bem como a Constituição Federal, preveem a impossibilidade de revogação do benefício fiscal, considerando a forma e razão de sua outorga, sendo tal entendimento reforçado por Súmula 544 do Supremo Tribunal Federal, que se enquadra claramente a tese sustentada pela Companhia no processo judicial em andamento no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, e pela ABRADEE na ADI proposta no Supremo Tribunal Federal, que, em resumo, impede a revogação do incentivo fiscal concedido mediante condições e a prazo certo.

A Administração da Companhia e sua controlada Enel Distribuição Goiás estão adotando todas medidas cabíveis para manter os direitos adquiridos à época da compra da controlada Enel Distribuição Goiás garantidos pelo próprio Estado de Goiás conforme contratado de compra e venda firmado em 14 de fevereiro de 2017.

Com base nas alterações realizadas nas leis vigentes à época da aquisição, bem como as incertezas acerca das decisões que serão proferidas pelos juízes das comarcas e instâncias cujos recursos da controlada Enel Distribuição Goiás foram realizados, a Administração registrou provisão para perda de valor recuperável do FUNAC no montante total de R\$ 436.698 relacionado ao período compreendido entre abril de 2012 e janeiro de 2015, período pelo qual a Enel Distribuição Goiás teve o direito de ressarcimento revogado pela alteração das Leis nº17.555/12 e 19.473/16.

A provisão para perdas mencionada acima gerou uma diferença tributária dedutível, logo, a Companhia reconheceu um montante de R\$ 148.477 de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre o total da perda contabilizada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Tributos a compensar

	Contro	ladora	Consolidado			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		
Imposto de renda e contribuição social a compensar (a)	144.275	80.917	403.386	216.401		
Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS (b)	8	9	671.308	664.924		
Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS – parcelamento	-	-	11.056	29.236		
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") Programa de Integração Social ("PIS") e	-	-	94.866	110.901		
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") (c)	-	-	6.580.808	-		
INSS Patronal	-	-	2.329	1.740		
Outros tributos	-	-	33.649	42.710		
Total de tributos a compensar	144.283	80.926	7.797.402	1.065.912		
Circulante	144.283	80.926	1.512.319	633.300		
Não circulante	-	-	6.285.083	432.612		
Total	144.283	80.926	7.797.402	1.065.912		
-			•			

- (a) O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte IRRF sobre aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos (Lei nº 9.430/96) e saldo do imposto de renda pagos antecipadamente.
 - O saldo de contribuição social a compensar refere-se ao valor do saldo da contribuição social sobre o lucro líquido pagos antecipadamente, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei nº 9.430/96.
- (b) Refere-se, basicamente, aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo fixo (conforme conceito estabelecido na legislação fiscal), os quais estão sendo compensados mensalmente, contra o ICMS recolhidos de clientes, à razão de 1/48 avos.
- (c) O Grupo constituiu ativo de PIS e COFINS a compensar com base em decisões favoráveis de ações judiciais transitadas em julgado entre dezembro de 2018 e março de 2019, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001 (vide nota 22).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Cauções e depósitos (Consolidado)

		31/12/2019	31/12/2018
Instituição	Tipo de aplicação	Não circulante	Não circulante
Bradesco	CDB	18	17
BNB	CDB	14.544	29.347
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	9.401	9.200
Total		23.963	38.564

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos de cauções e depósitos registrados pela controlada Enel Distribuição Ceará, no valor R\$23.963 (R\$38.564 em 2018), correspondem, basicamente, a aplicações de valores vinculados aos contratos de aquisição de energia elétrica e às retenções contratuais de fornecedores de serviços, além da garantia de contratos de financiamentos.

Os valores em garantias são aplicados em fundos de investimento de renda fixa, CDBs e outros instrumentos financeiros de baixo risco. Eles incluem, garantias exigidas em contratos de empréstimos e financiamentos, valores retidos de fornecedores e de contratos de aquisição de energia elétrica conforme cláusulas contratuais.

13. Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros (Consolidado)

No exercício de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica – OCPC08 ("OCPC08") que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que eliminou, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Os ativos e passivos relacionados a Parcela A e outros itens financeiros são reconhecidos pela Companhia e suas controladas e são apresentadas como a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Sample S					Consolie	dado				
Compra de energia 1.857.411 343.709 343.705 34			31/12/	2019			31/12/2018			
Compra de energia 1.857.411 343.709 - - 2.749.869 811.026 - (139.923)		Ativo	tivo Ativo não Passivo Passivo não		Ativo	Ativo não	Passivo	Passivo não		
Encargo de serviço do sistema - ESS Conta de desenvolvimento energético - CDE 182.559 17.436 (57.252) (73.142) 139.588 146.861 (4.844) (7.604) Uso da rede básica 113.936 58.485 144.365 32.385 32.385 - 144.365 32.385 - 144.3		circulante	circulante	circulante	circulante	circulante	circulante	Circulante	circulante	
Conta de desenvolvimento energético - CDE Uso da rede básica Uso da rede básica 113.936 113.93	Compra de energia	1.857.411	343.709	_	_	2.749.869	811.026	-	(139.923)	
Conta de desenvolvimento energético - CDE Uso da rede básica Uso da rede básica 113.936 113.93	Encargo de servico do sistema - ESS	-	-	(636.358)	(143,403)	-	17.781	(913.914)	(252.688)	
Uso da rede básica 113.936 58.485 (796) (2.056) 10.706 4.191 (617) (2.373) (24.607) (24.007)		182.559	17.436			139.588	146.861			
Outros 283.429 239.355 (796) (2.056) 10.706 4.191 (617) (2.373) CVA - ativa e passiva (a) 2.437.335 658.985 (694.406) (218.601) 3.044.528 1.012.244 (919.375) (427.195) Diferimentos tarifários (CVAs) - - (194.666) (47.058) - - - - Sobrecontratação de energia 25.085 20.258 (249.623) (99.388) - 12.272 (433.192) (465.893) Recomposição de ICMS - - - - - - - - (47.078) - - (433.192) (465.893) PIS/COFINS aliquota efetiva 58.415 -	Uso da rede básica	113,936	58.485	` -	` -	144.365	32.385	` -		
Diferimentos tarifários (CVAs)	Outros	283.429	239.355	(796)	(2.056)	10.706	4.191	(617)		
Sobrecontratação de energia 25.085 20.258 (249.623) (99.388) - 12.272 (433.192) (465.893) Recomposição de ICMS (12.257) (4.317) (4.317) PIS/COFINS alíquota efeitva 58.415	CVA - ativa e passiva (a)	2.437.335	658.985	(694.406)	(218.601)	3.044.528	1.012.244	(919.375)	(427.195)	
Sobrecontratação de energia 25.085 20.258 (249.623) (99.388) - 12.272 (433.192) (465.893) Recomposição de ICMS (12.257) (4.317) (4.317) PIS/COFINS alíquota efeitva 58.415	Diferimentos tarifários (CVAs)	-	-	(194.666)	(47.058)	-	-	_	-	
Recomposição de ICMS		25.085	20,258			-	12,272	(433,192)	(465,893)	
Risco hidrológico (349,128) (151,233) (344,820) (96,649) Ultrapassagem de demanda e excedentes					-	-				
Ultrapassagem de demanda e excedentes Neutralidade 23.230 19.130 (50.426) (36.093) 108.888 297.362 (638) - Outros passivos Outros valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros 174.208 55.707 (1.001.585) (628.001) 207.512 425.966 (1.164.400) (931.085)	PIS/COFINS alíquota efetiva	58.415	-	-	-	-	-	` -	` -	
Neutralidade 23.230 19.130 (50.426) (36.093) 108.888 297.362 (638) - Outros passivos 67.478 16.319 (84.895) (47.374) 98.624 116.332 (373.493) (364.226) Outros valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros 174.208 55.707 (1.001.585) (628.001) 207.512 425.966 (1.164.400) (931.085) Total dos outros valores a receber (devolver) de Parcela A 70.000	Risco hidrológico	-	-	(349.128)	(151.233)	-	-	(344.820)	(96.649)	
Outros passivos 67.478 16.319 (84.895) (47.374) 98.624 116.332 (373.493) (364.226) Outros valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros 174.208 55.707 (1.001.585) (628.001) 207.512 425.966 (1.164.400) (931.085) Total dos outros valores a receber (devolver) de Parcela A 70.000 7	Ultrapassagem de demanda e excedentes	-	-	(72.847)	(246.855)	-	-	` -	` -	
Outros valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros 174.208 55.707 (1.001.585) (628.001) 207.512 425.966 (1.164.400) (931.085) Total dos outros valores a receber (devolver) de Parcela A	Neutralidade	23.230	19.130	(50.426)	(36.093)	108.888	297.362	(638)	-	
itens financeiros 174.208 55.707 (1.001.585) (628.001) 207.512 425.966 (1.164.400) (931.085) Total dos outros valores a receber (devolver) de Parcela A	Outros passivos	67.478	16.319	(84.895)	(47.374)	98.624	116.332	(373.493)	(364.226)	
Total dos outros valores a receber (devolver) de Parcela A					<u>.</u>				<u>.</u>	
	itens financeiros	174.208	55.707	(1.001.585)	(628.001)	207.512	425.966	(1.164.400)	(931.085)	
e outros itens financeiros 2.611.543 714.692 (1.695.991) (846.602) 3.252.040 1.438.210 (2.083.775) (1.358.280)										
	e outros itens financeiros	2.611.543	714.692	(1.695.991)	(846.602)	3.252.040	1.438.210	(2.083.775)	(1.358.280)	

(a) Maiores detalhes sobre revisões e reajustes tarifários das controladas, vide nota 3, item a.

(b) O diferimento das devoluções tarifárias contém a reclassificação de ultrapassagem de demanda e excedente de reativo proveniente do ativo contratual no montante de R\$ 10.567 (vide nota explicativa 20).

			Consolidado		
		31/12/2019		31/12/	/2018
Enel Distribuição Rio	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Enel Distribuição Rio	138.062	26.458	-	229.300	6.111
Enel Distribuição Ceará	61.272	12.268	-	201.567	7.010
Enel Distribuição Goiás	66.034	-	(93.101)	167.487	32.277
Enel Distribuição São Paulo	650.184	-	(77.535)	579.911	34.532
Total individuais	915.552	38.726	(170.636)	1.178.265	79.930

A Companhia e suas controladas adotam como prática contábil o reconhecimento de ativos e passivos setorias relacionados a Parcela A e outros itens financeiros de forma líquida, desde que os direitos e obrigações oriundos destes ativos e passivos apresentem a mesma natureza, a Companhia e suas controladas, através da política contábil em 31 de dezembro de 2019, de forma consolidada, reconhece ativo circulante de R\$ 915.552 (R\$ 1.178.264 em 2018), e passivo não circulante de R\$ 131.910 (ativo não circulante de R\$ 79.929 em 2018) relacionados à Parcela A e outros itens financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Benefício fiscal das incorporações (Consolidado)

Ágio de incorporação da controladora

Controlada Enel Distribuição Ceará

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999 (alterada pela Instrução nº 349/01), o registro contábil consistiu na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia. O valor representativo do benefício fiscal ficou então registrado em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) para recompor o resultado de cada período, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Controlada Enel Distribuição São Paulo

O benefício fiscal incorporado é oriundo das seguintes incorporações, registradas de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01.

AES Elpa S.A. ("AES Elpa") e Brasiliana Participações S.A. ("Brasiliana Participações") - Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasiliana Participações, oriundo da reorganização societária concluída em 30 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasiliana Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia.

Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A ("Enel Sudeste") - Incorporação do benefício fiscal da amortização da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão no montante de R\$ 1.881.558, oriundo da reorganização societária concluída em 06 de novembro de 2019.

O total do benefício fiscal da amortização da mais valia do intangível da concessão incorporado pela controlada Enel Distribuição São Paulo como resultado do processo de Reorganização, concluído em 06 de novembro de 2019, foi de R\$ 1.881.558 registrado em contrapartida à conta "Reserva de capital", no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A amortização do benefício fiscal da mais valia do intangível da concessão será realizada ao longo do período de concessão da controlada Enel Distribuição São Paulo, da seguinte forma:

- (i) R\$ 413.943 até julho de 2028, representando a mais valia proporcional ao intangível da concessão.
- (ii) R\$ 1.467.615— De agosto de 2028 a julho de 2058, representando a mais valia proporcional ao valor da renovação da concessão. Nesse caso, considerando uma expectativa de renovação da concessão da controlada Enel Distribuição São Paulo junto ao órgão regulador de mais 30 anos.

Vale ressaltar que a amortização do benefício fiscal não impacta o resultado da controlada Enel Distribuição São Paulo, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

A composição do saldo do benefício fiscal gerado por incorporações é como segue:

		31/12/2018		
	Ágio	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
Distriluz				
Saldos oriundos da incorporação	775.960	(429.365)	346.595	346.595
Amortização acumulada	(684.974)	369.064	(315.910)	(310.264)
Subtotal	90.986	(60.301)	30.685	36.331
AES Elpa				
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295	175.295
Amortização acumulada	(134.496)	88.768	(45.728)	(30.486)
Subtotal	381.074	(251.507)	129.567	144.809
Brasiliana Participações				
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739	104.739
Amortização acumulada	(80.363)	53.039	(27.324)	(18.215)
Subtotal	227.695	(150.280)	77.415	86.524
Enel Sudeste				
Saldos oriundos da incorporação	6.150.317	(4.268.759)	1.881.558	-
Amortização acumulada	(22.882)	14.998	(7.884)	
Subtotal	6.127.435	(4.253.761)	1.873.674	<u> </u>
Total do benefício fiscal gerado por incorporações	6.827.190	(4.715.849)	2.111.341	267.664

O saldo acumulado será amortizado conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2019	Percentual
Em 2020	76.824	4%
Em 2021	76.386	4%
Em 2022	75.985	4%
Em 2023	88.123	4%
Em 2024	71.658	3%
Em 2025 em diante	1.722.365	82%
	2.111.341	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Outros créditos

	Contro	oladora	Consolidado			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		
Convênios de arrecadação	-	-	380.889	212.743		
Consumidores - serviços prestados	-	-	28.456	28.040		
Desativações em curso	-	-	5.715	31.450		
Gastos a reembolsar - iluminação pública	-	-	94.427	77.224		
Serviços a terceiros	115	8.065	41.411	22.719		
Adiantamentos a empregados	461	575	14.353	13.308		
Adiantamentos a fornecedores	24	2.083	11.225	46.453		
Despesas de novos negócios	-	29.962	-	29.962		
Consórcio Tapajós	16.921	16.921	16.921	16.921		
Estoque	-	-	37.734	26.578		
Despesas pagas antecipadamente	28	21	69.608	82.162		
Partes Relacionadas (vide nova 31)	85.536	75.536	19.492	14.633		
Projeto Ecoelce/Ecoampla	-	-	3.207	7.464		
Financiamento à CESP (a)	-	-	-	8.390		
Bens destinados à alienação	-	-	25.113	36.089		
Recebíveis por alienação de ativos	-	-	28.420	13.499		
Outros	1.745	925	177.575	206.973		
	104.830	134.088	954.546	874.608		
Provisão para perda na realização de outros créditos	(16.921)	(16.921)	(44.768)	(83.067)		
Total	87.909	117.167	909.778	791.541		
Circulante	87.256	117.167	822.252	690.500		
Não circulante	653	-	87.526	101.041		

(a) Em junho de 2019, a Companhia negociou a antecipação dos valores a receber e a pagar, relacionados ao financiamento CESP, efetuando o encontro de contas com o passivo, e reclassificando o saldo líquido a receber para o curto prazo. A liquidação ocorreu em 15 de julho de 2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	(56.462)
Saldo de aquisição da Enel Distribuição São Paulo	(3.285)
(Adições)	(23.683)
Reclassificação – contas a receber	(5.020)
Adoção Inicial CPC 48	(25.572)
Baixas e reversões	30.955
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	(83.067)
(Adições)	(4.877)
Baixas	40.859
Baixa incobráveis	2.317
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	(44.768)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Investimentos

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia:

				Controlador	а		
	-			31/12/2019			_
	% Participação	Capital	Patrimônio		Receita	Lucro (prejuízo) do	Dividendos a
Controladas	direta	social	líquido	Ativo	líquida	exercício	receber
Enel Distribuição Ceará	74,05%	808.246	3.114.051	8.664.707	5.377.081	404.904	61.219
Enel Distribuição Goiás	99,93%	5.075.679	5.312.505	11.838.813	6.023.343	(99.669)	-
Enel Distribuição Rio	99,73%	2.498.230	3.660.976	10.567.762	5.904.286	279.258	87.918
Enel Distribuição Sao Paulo	100,00%	3.079.525	3.969.215	26.469.545	14.550.356	2.508.593	213.923
CGTF	100,00%	151.936	819.079	1.285.953	1.281.021	304.335	-
EGP Cachoeira Dourada	99,61%	64.340	502.437	1.318.119	1.948.231	185.135	-
EGP Volta Grande	100,00%	565.756	665.766	1.565.058	416.418	121.622	28.885
Enel CIEN	100,00%	285.045	346.992	588.465	285.517	144.835	-
Enel X	100,00%	115.314	76.244	132.675	76.260	(17.698)	-
Nuxer	100,00%	3	(2.972)	782	-	(2.167)	-
Enel Tecnologia	100,00%	1	1	1	-	-	-
Enel Trading	100,00%	991	991	991	-	-	-

				31/12/2018			
Controladas	% Participação direta	Capital social	Patrimônio líquido	Ativo	Receita líquida	Lucro (prejuízo) do exercício	Dividendos a receber
Enel Distribuição Ceará	74,05%	741.046	2.862.640	6.490.161	5.102.244	364.520	53.888
Enel Distribuição Goiás	99,93%	5.075.679	5.447.410	11.364.414	5.425.461	1.551.851	-
Enel Distribuição Rio	99,73%	2.498.230	3.495.551	9.696.399	5.460.889	171.246	62.010
Enel Sudeste	100,00%	3.993.425	3.426.126	8.271.445	-	(172.815)	-
CGTF	100,00%	151.936	564.256	1.281.163	770.394	(54.839)	-
EGP Cachoeira Dourada	99,61%	64.340	677.448	1.673.539	1.971.166	239.881	-
EGP Volta Grande	100,00%	565.756	651.211	1.764.043	298.945	127.292	30.231
Enel CIEN	100,00%	285.045	515.039	779.269	310.381	183.174	43.506
Enel X	100,00%	90.314	68.907	91.442	64.660	(4.332)	-
Nuxer	100,00%	3	(718)	575	-	(722)	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, são apresentadas as movimentações dos investimentos:

			Contro 31/12/							
			OPA e	2013			Ajuste		Resultado	
	Investimentos	Efeito da	resgate		Equivalência		acumulado		abrangente em	Investimentos
Controladas	31/12/2018	incorporação	compulsório	Adição	patrimonial	Dividendos	de conversão	Outros	controladas	31/12/2019
Enel Distribuição Ceará	2.119.815	-	-	-	299.836	(115.129)	-	39	1.426	2.305.987
Enel Distribuição Goiás	5.443.403	-	-	-	(99.596)	` -	-	-	(35.210)	5.308.597
Enel Distribuição Rio	3.486.259	-	-	-	278.515	(66.162)	-	56	(47.425)	3.651.243
Enel Distribuição são Paulo	-	10.961.785	124.888	256.038	146.382	(213.923)	-	-	(1.391.025)	9.884.145
Enel Sudeste	3.426.126	(10.973.772)	-	5.207.778	2.248.577	-	-	-	91.291	-
CGTF	564.256	-	-	-	304.335	(50.000)	-	-	487	819.078
EGP Cachoeira Dourada	674.808	-	-	-	184.412	(359.107)	-	598	(257)	500.454
EGP Volta Grande	651.211	-	-	-	121.622	(119.580)	-	-	12.512	665.765
Enel CIEN	515.039	-	-	-	144.868	(195.511)	(117.437)	-	-	346.959
Enel X	68.907	-	-	25.000	(17.695)	-		-	34	76.246
Nuxer	(719)	-	-	-	(2.168)	-	(86)	1	-	(2.972)
Enel Tecnologia		-	-	1		-		-	-	1
Enel Trading	-	-	-	991	-	-	-	-	-	991
Total	16.949.105	(11.987)	124.888	5.489.808	3.609.088	(1.119.412)	(117.523)	694	(1.368.167)	23.556.494

			31/12/	2018						
			OPA e				Ajuste		Resultado	
	Investimentos	Efeito da	resgate		Equivalência		acumulado		abrangente em	Investimentos
Controladas	31/12/2017	incorporação	compulsório	Adição	patrimonial	Dividendos	de conversão	Outros	controladas	31/12/2018
Enel Distribuição Ceará	1.912.676	-	-	-	269.931	(53.888)	-	-	(8.904)	2.119.815
Enel Distribuição Goiás	3.513.034	-	-	417.000	1.550.710	-	-	(307)	(37.034)	5.443.403
Enel Distribuição Rio	3.349.806	-	-	-	170.791	(40.563)	-	(1.761)	7.986	3.486.259
Enel Sudeste	-	-	-	3.993.425	(172.814)	-	-	(47.893)	(346.592)	3.426.126
CGTF	617.830	-	-	-	(54.839)	-	-	-	1.265	564.256
EGP Cachoeira Dourada	548.716	-	-	-	238.946	(112.854)	-	-	-	674.808
EGP Volta Grande	583.001	-	-	-	127.292	(43.178)	-	-	(15.904)	651.211
Enel CIEN	489.190	-	-	-	183.174	(67.948)	(90.928)	-	1.551	515.039
Enel X	38.678	-	-	37.742	(4.332)	-	-	-	(3.181)	68.907
Nuxer	-	-	-	3	(722)	-	1	-	(1)	(719)
Total	11.052.931	-	-	4.448.170	2.308.137	(318.431)	(90.927)	(49.961)	(400.814)	16.949.105

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Ativo indenizável (concessão)

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão das controladas Enel Distribuição Rio, Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição Goiás e Enel Distribuição São Paulo. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros "valor justo por meio de resultado", pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim demonstrada:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.349.270
Aquisição controlada Enel Distribuição São Paulo	3.205.469
Transferências do ativo intangível	1.367.619
Marcação a mercado - ativo financeiro	269.723
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.192.081
Transferências do ativo intangível	1.048.761
Marcação a mercado - ativo financeiro	427.774
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.668.616
Não circulante	10.668.616

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Imobilizado

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado no exercício:

						Contr	oladora				
						31/12/2019					31/12/2018
	Vida útil / Tempo remanscente de contrato (anos)	Custo histórico	Adoção Incial	Reclassificação	Adição	Depreciação	Remensuração	Baixa	Transferência	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço											
Terrenos		350	-	-	-	-	-	-	-	350	350
Edificações	30,00	1.746	-	-	-	-	-	-	-	1.746	1.771
Máquinas e Equipamentos	6,00	2.007	-	-	-	-	-	-	-	2.007	2.025
Veículos	5,00	1.344	-	-	-	-	-	-	-	1.344	1.344
Móveis e Utensílios	16,00	4.042	-	-	-	-	-	-	-	4.042	3.951
		9.489	-	-	-	-	-	-	-	9.489	9.441
Depreciação acumulada em serviço											
Edificações		(946)	-	-	-	(69)	-	-	-	(1.015)	(946)
Máquinas e Equipamentos		(1.863)	-	-	-	(52)	-	-	-	(1.915)	(1.863)
Veículos		(1.210)	-	-	-	-	-	-	-	(1.210)	(1.210)
Móveis e Utensílios		(3.983)	-	-	-	-	-	-	-	(3.983)	(3.983)
		(8.002)	-	-	-	(121)	-	-	-	(8.123)	(8.002)
Em curso											
Máquinas e equipamentos		15.396	-	-	-	-	-		-	15.396	2.409
		15.396	-	-	-	-	-	-	-	15.396	2.409
Arrendamento - CPC 06 (R2)											
Edificações	2,00	-	1.954	-	378	(873)	(474)	-	-	985	-
Ativos de tecnologia	0,58	-	18	-	-	(16)	-	-	-	2	
		-	1.972	-	378	(888)	(474)	-	-	988	
Total do imobilizado		16.883	1.972	-	378	(1.010)	(474)	-	-	17.749	3.848

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

						Co	nsolidado				
						31/12/2019					31/12/2018
	Vida útil / Tempo remanscente de contrato (anos)	Custo histórico	Adoção Incial	Reclassificação	Adição	Depreciação	Remensuração	Baixa	Transferência	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço		40.447								40 4 47	40.440
Terrenos	24.00	12.147 243.095	-	-	-	-	-	-	-	12.147 243.095	12.148 243.081
Reservatórios Edificações	31,00 31,26	243.095 252.374	-	- 546	-	-	(1.154)	(681)	1.432	243.095 252.517	263.831
Máguinas e Equipamentos	12,89	4.893.106	_	(3.079)	10.929	-	(6.977)	(24.737)	30.383	4.899.625	4.904.828
Veículos	5,00	9.103		(3.079)	10.929	-	(0.977)	(24.737)	30.363	4.699.625 9.170	112.284
Móveis e Utensílios	14,75	175.661	_	10	_	_	_	(75)	9.616	185.212	175.570
Movels e Oterisinos	14,75	5.585.486		(2.456)	10.929		(8.131)	(25.493)	41.431	5.601.766	5.711.742
Depreciação acumulada em serviço	•	3.303.400		(2.430)	10.323		(0.101)	(20.400)	41.401	3.001.700	0.7 11.7 42
Reservatórios		(178.194)	_	_	_	(4.639)	_	_	_	(182.833)	(178.191)
Edificações		(180.990)	_	(23)	-	(5.699)	-	598	-	(186.114)	(186.892)
Máquinas e Equipamentos		(3.508.555)	_	18	-	(169.568)	-	9.875	-	(3.668.230)	(3.515.780)
Veículos		` (6.778)	-	-	-	` (407)	-	-	-	` (7.185)	(53.734)
Móveis e Utensílios		(121.757)	-	5	-	(9.028)	-	9	-	(130.771)	(121.757)
	•	(3.996.274)	-	-	-	(189.341)	-	10.482	-	(4.175.133)	(4.056.354)
Em curso											
Terrenos		(19)	-	19	-	-	-	-	-	-	
Edificações		210	-	-	1.437	-	-	-	-	1.647	-
Máquinas e equipamentos		146.179	-	270	150.740	-	-	-	(32.300)	264.889	151.571
Veículos		964	-	=	-	-	-	(964)	-	-	-
Móveis e utensílios		17.224	-	1.051	9.336	-	-	-	(9.131)	18.480	153
		164.558	-	1.340	161.513	-	-	(964)	(41.431)	285.016	151.724
Arrendamento - CPC 06 (R2)											
Terrenos	4,34	-	8.746	-	1.002	(2.143)	15	-	-	7.620	-
Edificações	1,83	-	153.915	-	11.739	(34.811)	4.038	(296)	-	134.585	-
Ativos de tecnologia	15,49	-	40.960	-	-	(16.512)	(5.699)	-	-	18.749	-
Veículos	1,91	-	28.100	-	20	(13.248)	-	-	-	14.872	-
Outros Ativos	1,75	-	73	-	40.704	(10)	(4.040)	(63)	-	475.000	
A	•	-	231.794	-	12.761	(66.724)	(1.646)	(359)	-	175.826	
Arrendamento – CPC 06 (R1)	4.00	F F40				(4.440)				4.077	
Edificações Ativos de tecnologia	1,83 15,49	5.519 4.648	-	-	-	(1.142) (5.699)	14.820	-	-	4.377 13.769	-
Veículos	1,91	56.164		-	-	(25.923)	79.215	(42)	-	109.414	-
v Giouios	1,51	66.331				(32.764)	94.035	(42)		127.560	
	•	00.331	<u> </u>	<u> </u>		(32.704)	34.033	(+2)		121.300	
Total do imobilizado	· •	1.820.102	231.794	(1.116)	185.203	(288.829)	84.258	(16.376)	-	2.015.035	1.807.112

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O ativo imobilizado do Grupo Enel é composto, substancialmente, pelos saldos das controladas Enel Distribuição Rio, Enel Distribuição Goiás, Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição São Paulo, CGTF, EGP Cachoeira Dourada e Enel CIEN, conforme características abaixo de cada uma das controladas.

Controlada CGTF

O prazo de autorização da controlada CGTF para explorar as atividades que estão descritas em seu estatuto é de trinta anos, conforme citado no artigo 5º da resolução ANEEL 433 de 19 de outubro de 2001. Conforme estabelecido na resolução citada, o prazo de autorização poderá ser prorrogado a critério da ANEEL e a pedido da autorizada. Os bens que compõem o ativo imobilizado da controlada CGTF não estão caracterizados como bens reversíveis, motivo pelo qual não revertem à União no final do período de autorização.

Controlada EGP Cachoeira Dourada

A Administração da Companhia entende que a controlada EGP Cachoeira Dourada sendo uma concessionária de serviço público de geração, ao término da concessão, os ativos não depreciados serão indenizados pelo montante mínimo ao valor residual contábil, por parte do órgão concedente, no caso desta não vir a ser renovada. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

Conforme a segunda e terceira subcláusulas da cláusula décima primeira do Contrato de Concessão nº 11/1997, assinado pela controlada EGP Cachoeira Dourada e ANEEL em 12 de setembro de 1997, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato de Concessão, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados pela ANEEL.

Controlada Enel CIEN

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Distribuidoras

As distribuidoras Enel Distribuição Rio, Enel Distribuição Goiás, Enel Distribuição Ceará e Enel Distribuição São Paulo possuem em 31 de dezembro de 2019 os seguintes saldos: R\$ 106.893, R\$ 93.898, R\$ 51.368 e R\$ 230.806, respectivamente, que se referem a máquinas e equipamentos e veículos, substancialmente.

Os imobilizados das controladas estão registrados ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, em linha com as taxas definidas pela ANEEL.

19. Intangível

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Controladora							
		Em serviço		Em cur	so			
	Custo historico	Amortizacao acumulada	Valor liquido	Custo historico	Total			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	437.859	(300.163)	137.696	1.956	139.652			
Amortização do ágio	-	(18.429)	(18.429)	-	(18.429)			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	437.859	(318.592)	119.267	1.956	121.223			
Adições Amortização do ágio Reclassificação	80 - -	- (17.138) -	80 (17.138) -	- - 52.542	80 (17.138) 52.542			
Saldo em 31 de dezembro de 2019	437.939	(335.730)	102.209	54.498	156.707			

	Consolidado								
		31/1	2/2019		31/12/2018				
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido				
Em Serviço									
Direito de uso da concessão	26.372.210	(12.997.060)	(2.662.821)	10.712.329	10.916.410				
Software	1.213.797	(766.323)	-	447.474	379.688				
Bens de Renda	20.843	(18.651)	-	2.192	2.395				
Ágio aquisição Enel Distribuição Goiás	3.949.029	(305.580)	-	3.643.449	3.784.486				
Intangível reflexo (a)	4.735.839	(218.843)	-	4.516.996	6.533.866				
Goodwill Enel Distribuição São Paulo (b)	2.138.612	-	-	2.138.612	2.138.612				
	38.430.330	(14.306.457)	(2.662.821)	21.461.052	23.755.457				
Em curso									
Direito de uso da concessão	3.842	-	-	3.842	854				
Software	81.830	-	-	81.830	25.290				
	85.672	-	-	85.672	26.144				
	38.516.002	(14.306.457)	(2.662.821)	21.546.724	23.781.601				

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Em 31 de dezembro de 2019 o saldo do intangível reflexo oriundo da incorporação realizada pela controlada Enel Distribuição São Paulo é de R\$ 4.516.996, este intangível foi incorporado de forma reflexa pela Controladora à época da incorporação (vide nota explicativa nº 4.1), sendo o montante total reconhecido de R\$ 4.268.759, que após incorporação, tal montante foi acrescido de R\$ 264.218 relacionado à compra dos acionistas minoritários e deduzido por R\$ 15.981 referente a amortização dos meses posteriores a incorporação
- (b) O goodwill reconhecido originalmente pela Enel Sudeste (incorporada pela Enel Brasil em 2019) como parte da combinação de negócios relacionada à aquisição da Eletropaulo também foi submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com as circunstâncias estabelecidas no CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Nenhum outro evento ou circunstância foram identificados que exigissem reconhecimento de perda de substância econômica do referido goodwill.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado							
		Em ser	viço			Em cu	rso	
		Amortização	Obrigações	Valor		Obrigações	Valor	
_	Custo	acumulada	especiais	líquido	Custo	especiais	líquido	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	20.740.896	(8.546.427)	(1.747.429)	10.447.040	12.622	676	13.298	10.460.338
Adições	2.153.962	-	-	2.153.962	15.606	-	15.606	2.169.568
Baixas	(423.662)	286.777	22	(136.863)	=	-	=	(136.863)
Amortização	-	(1.337.690)	127.384	(1.210.306)	-	-	-	(1.210.306)
Transferências	3.089.287	-	(181.114)	2.908.173	(1.826)	-	(1.826)	2.906.347
Transferências ativo indenizável (*)	(1.354.380)	-	(13.239)	(1.367.619)	-	-	-	(1.367.619)
Reclassificação do imobilizado	16.864	(27.838)	-	(10.974)	(258)	(676)	(934)	(11.908)
Aquisição da controlada Enel Distribuição São	14.858.718	(3.002.347)	(884.327)	10.972.044	_	_	_	10.972.044
Paulo	14.000.710	(0.002.047)	(004.021)	10.07 2.044				10.072.044
Saldo em 31 de dezembro de 2018	39.081.685	(12.627.525)	(2.698.703)	23.755.457	26.144	-	26.144	23.781.601
Adições	5.653	-	(10.812)	(5.159)	25.502	-	25.502	20.343
Baixas	(250.289)	196.706	4	(53.579)	(1.956)	-	(1.956)	(55.535)
Transferência para benefício fiscal após	(1.881.558)	_	_	(1.881.558)	_	_	_	(1.881.558)
incorporação	(1.001.000)			,				,
Amortização	-	(1.875.312)	119.853	(1.755.459)	-	-	-	(1.755.459)
Transferências	2.517.270	(326)	(69.289)	2.447.655	(17.176)	-	(17.176)	2.430.479
Transferências ativo indenizável (*)	(1.044.887)	-	(3.874)	(1.048.761)	-	-	-	(1.048.761)
Reclassificação do imobilizado	2.456	-	-	2.456	-	-	-	2.456
Reclassificação	-	-	-	<u>-</u>	53.158	-	53.158	53.158
Saldo em 31 de dezembro de 2019	38.430.330	(14.306.457)	(2.662.821)	21.461.052	85.672	-	85.672	21.546.724

^(*) O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como ativo indenizável (concessão) nos moldes da Lei nº 12.783. Vide nota 17.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Obrigações especiais representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e participação financeira dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Em conformidade com o ofício nº 1.314/2007-SFF/ANEEL, de 27 de junho de 2007, a companhia registra mensalmente a amortização dos saldos de obrigações especiais, tal registro ocorre nas controladas Enel Distribuição Rio, Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição Goiás e Enel Distribuição São Paulo.

As obrigações vinculadas à concessão estão sendo amortizadas, a partir do 2º ciclo de revisão tarifária, às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura de cada empresa distribuidora, usando-se a taxa de 4,10%, 3,84%, 3,78% e 3,82% a.a. nas controladas Enel Distribuição Rio, Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição Goiás e Enel Distribuição São Paulo, respectivamente.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão foi reclassificado para o ativo indenizável no montante de R\$ 1.048.761 (R\$ 1.367.619 em 2018), nota 17.

Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro (indenização).

Ágio por expectativa de rentabilidade futura

O ágio apurado na aquisição da Enel Distribuição São Paulo em 2018 é alocado ao investimento da Enel Brasil na própria Enel Distribuição São Paulo (unidade geradora de caixa) para fins de teste de *impairment*.

O valor recuperável da unidade geradora de caixa ("UGC") foi determinado com base no valor em uso. A metodologia aplicada para determinar o valor em uso da UGC é o Fluxo de Caixa Descontado. O conceito base dessa metodologia é estimar o valor do negócio com base no seu fluxo de caixa futuro descontado por uma taxa que reflita o risco do fluxo.

O valor em uso no modelo foi determinado por:

- Fluxos de caixa projetados até 2023 com base no orçamento e descontados a valor presente pelo Custo Médio Ponderado de Capitais da Companhia ("WACC"); e
- (ii) Valor residual apurado com base na perpetuação do fluxo no útimo ano de projeção, descontado a valor presente pelo WACC diminuído da expectativa de crescimento na perpetuidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Ativo de contrato

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo de contrato (infraestrutura em construção), ativo financeiro (indenizável) e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público (nota 2.6).

		Consolidado	
		Em curso	
	Custo	Obrigações especiais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.795.953	(516.408)	2.279.545
Adições	3.168.947	(163.371)	3.005.576
Juros capitalizados (a)	37.335	-	37.335
Transferências	(2.581.604)	118.525	(2.463.079)
Reclassificação (b)	•	10.565	10.565
Reclassificação do imobilizado	1.257	-	1.257
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.421.888	(550.689)	2.871.199

- (a) Os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura são registrados mensalmente no ativo de contrato, considerando os seguintes critérios para capitalização: (i) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (ii) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (iii) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (iv) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados a uma taxa média de: (a) Enel Distribuição Rio de 9,23% a.a.; (b) Enel Distribuição Ceará de 9,37% a.a.; (c) Enel Distribuição Goiás de 7,81% a.a.; (iv) e Enel Distribuição São Paulo de 6,94% a.a., no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
- (b) A reclassificação de R\$ 10.565 corresponde ao valor de ultrapassagem de demanda e excedente de reativo constituído no período de novembro de 2014 a abril de 2015 (durante o 4º ciclo de revisão tarifária da controlada Enel Distribuição Ceará), o qual foi reclassificado para passivo de valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros (vide nota 13). Na revisão tarifária da Companhia, a ANEEL homologou o saldo total constituído durante todo o ciclo e o mesmo está sendo subtraído da parcela B para que seja devolvido/amortizado pela Companhia nos próximos 4 anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Fornecedores

	Control	adora
	31/12/2019	31/12/2018
Partes relacionadas (a)	407.204	226.119
Materiais e serviços (b)	30.153	44.491
Total	437.357	270.610
	Consoli	dado
	31/12/2019	31/12/2018
Compra de energia (c)	3.406.712	3.637.223
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	225.573	78.775
Encargo de Uso da Rede	324.224	313.242
Energia livre	60.661	112.681
Partes relacionadas (a)	522.612	383.496
Materiais e serviços (b)	1.587.385	1.310.362
Outros	26.163	8.277
Total	6.153.330	5.844.056
Circulante	5.483.220	5.040.139
Não circulante	670.110	803.917

- (a) Os termos e condições envolvendo partes relacionadas, encontram-se descritos na nota 31.
- (b) Compra de materiais e serviços no curso do serviço de distribuição de energia elétrica.

22. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O STF decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos.

A Companhia possui, através de suas controladas, quatro processos judiciais relacionados ao ICMS compor ou não a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS, sendo dois processos na controlada Enel Distribuição São Paulo, um na controlada Enel Distribuição Ceará e um na controlada CGTF.

⁽c) Em 31 de dezembro de 2019, o valor registrado no passivo não circulante é substancialmente representado pelo Termo de Confissão e Repactuação da Dívida do Repasse de Energia de ITAIPU – ECF 3286/2016, celebrado entre a controlada Enel Distribuição Goiás e a Eletrobras, com um montante total de R\$ 628.466. O acordo foi assinado em 17 de junho de 2016 e referente ao saldo remanescente de Itaipu de US\$ 334.936 na data base 30 de outubro de 2015, ao dólar RS2,6929 do Contrato ECF 3002/2012. A dívida vem sendo corrigida pela taxa Selic calculada pro rata die sobre o saldo devedor desde 30 de outubro de 2015. O mesmo está sendo pago em 120 meses, sendo os primeiros 24 meses apenas os juros remuneratórios e os 96 meses seguintes será pago o principal e juros remuneratórios calculados pela taxa Selic sobre o saldo devedor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada Enel Distribuição São Paulo

Em dezembro de 2018, a controlada Enel Distribuição São Paulo obteve o trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014.

A segunda ação judicial mantida pela controlada Enel Distribuição São Paulo é relacionada ao período de janeiro de 2015 em diante, a ação ainda não transitou em julgado, e dessa forma, a controlada Enel Distribuição São Paulo aguarda o julgamento de recurso da União Federal apresentado em face da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, pelo o que a sistemática de cálculo com a inclusão do ICMS das bases do PIS e da COFINS não será alterada até o advento de trânsito em julgado favorável também neste processo judicial.

Controlada Enel Distribuição Ceará

Em abril de 2019, a controlada Enel Distribuição Ceará obteve o trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5^a Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de maio de 2001.

Controlada CGTF

Em março de 2019, a controlada CGTF obteve o trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS a partir de dezembro de 2003. Dessa forma, a controlada CGTF passou a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

A controlada CGTF foi autuada pela Receita Federal do Brasil por divergências entre os montantes de PIS e COFINS declarados e os montantes escriturados nos períodos de novembro de 2003 a fevereiro a novembro de 2004. O processo administrativo encerrou desfavorável à Controlada. Foi oferecido seguro garantia ao poder público e seguirá com a defesa na esfera judicial. O valor atualizado do auto de infração é de R\$ 93.031 em dezembro de 2019 (R\$ 85.787, em 2018).

Em conformidade com as decisões transitadas em julgado, as controladas mencionadas anteriormente passaram a calcular os valores a recolher de PIS e da COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Amparadas nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa, relativamente ao período abrangido pelas ações mencionadas acima, a Companhia e suas controladas constituíram ativos e passivos de PIS e de COFINS, no total de R\$ 6.580.808 e R\$ 6.394.943, respectivamente. A administração do Grupo entende que os montantes recebidos como créditos fiscais deverão ser repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico regidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em uma expectativa de 52 meses e 45 meses para Enel Distribuição São Paulo e Enel Distribuição Ceará, respectivamente.

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	Enel SP	Enel CE	CGTF	Total
PIS/COFINS - consumidores a restituir (Enel SP e CE) - tributo a compensar				
Ativo circulante	578.763	102.703	41.674	723.140
Ativo não circulante	4.426.554	1.347.161	83.953	5.857.668
Total Ativo	5.005.317	1.449.864	125.627	6.580.808
PIS/COFINS - consumidores a restituir				
Passivo circulante	578.763	102.703	=	681.466
Passivo não circulante	4.395.313	1.318.164	-	5.713.477
Total Passivo	4.974.076	1.420.867	-	6.394.943

O valor do passivo a restituir aos consumidores está liquido dos custos incorridos e a incorrer relativos à referida ação, e será objeto de compensação com os valores a restituir aos consumidores.

Os impactos no resultado são demonstrados como a seguir:

	Enel SP	Enel CE	CGTF	Total
Resultado				
Receita operacional bruta				
PIS/COFINS - consumidores a restituir	(2.532.352)	(894.659)	-	(3.427.011)
PIS/COFINS - tributo a compensar	2.532.352	894.659	69.136	3.496.147
Impacto líquido	-	-	69.136	69.136
Receita financeira				
(+) PIS/COFINS - tributo a compensar	2.472.965	555.205	56.491	3.084.661
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir	(2.472.965)	(555.205)	-	(3.028.170)
Impacto líquido	-	-	56.491	56.491

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Empréstimos e financiamentos

Segue abaixo descritivo a respeito das operações com empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional:

	Controladora					
-	Circul	ante	N	lão circulante		
_	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		
Moeda estrangeira						
Enel Américas – Enel Distribuição Goiás I	11.583	11.135	503.838	484.350		
Enel Américas – Enel Distribuição Goiás II	9.340	8.979	403.070	387.480		
Enel Américas III	1.516	582.678	604.604	-		
Total moeda estrangeira	22.439	602.792	1.511.512	871.830		
Moeda nacional:						
Enel Finance International (a)	-	9.558.568	-	-		
Total de moeda nacional	-	9.558.568	-	-		
Total sem efeito do swap	22.439	10.161.360	-	871.830		
Total de empréstimos e financiamentos	22.439	10.161.360	1.511.512	871.830		

	Consolidado						
	Circu	lante	Não c	irculante			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018			
Moeda estrangeira:							
União Federal - Bônus de Desconto	29	33	4.606	4.422			
União Federal - Bônus ao Par	86	82	6.600	6.337			
Citibank N.A	245.531	146.276	390.508	610.894			
Santander Chile	-	295.048	-	-			
Itaú BBA Internacional PLC	6.380	19.528	304.802	1.232.597			
CITI 4131 Enel Distribuição Goiás I	3.266	-	584.930	-			
BNP Paribas 4131	491.219	-	-	-			
Scotiabank 4131	412.717	-	195.409	-			
BNP Paribas	-	1.035.741	-	-			
Enel Américas – Enel Distribuição Goiás I	11.583	11.135	503.838	484.350			
Enel Américas – Enel Distribuição Goiás II	9.340	8.979	403.070	387.480			
Enel Américas III	1.516	582.678	604.604	-			
Total moeda estrangeira	1.181.667	2.099.500	2.998.367	2.726.080			

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado				
	Cir	culante	Não circulante		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Moeda nacional:					
FINEP	12.498	16.778	43.539	55.713	
BNDES (IPCA)	-	94.948	-	208.724	
BNDES (TJLP)	-	58.099	-	152.855	
BNDES FINEM 2012-2013	13.518	26.995	-	13.428	
BNDES FINAME 2012-2013	4.389	4.392	10.303	14.674	
BNDES (Capex 2011) (Finame)	-	10.222	-	15.209	
BNDES (Capex 2012-2013)	33.270	57.659	19.954	53.025	
BNDES (Capex 2014-2015)	-	113.286	-	238.530	
Banco do Brasil (BB Agropecuário) SUBCRÉDITO A	-	75.670	-	-	
Eletrobrás ECF 0178-07	6.065	7.115	8.233	14.298	
Banco do Nordeste – FNE	-	5.327	-	-	
Eletrobras ECF 232/2008	2.862	2.862	8.725	12.031	
FIDC Séries A e B	69.547	71.921	163.668	245.280	
ITAÚ CCB	-	50.946	-	-	
Nota Promissória Enel CE -9ª emissão	-	157.909	-	-	
Nota Promissória Enel GO -1ª emissão	-	209.557	-	-	
BNDES Enel GO 2018	19.903	648	81.081	100.323	
CCB Alfa Enel GO	-	130.077	-	-	
BNB II	30.754	3.155	311.988	260.908	
Celg de Participações – CELGPAR	11.451	10.745	74.633	85.802	
BNP Paribas 4131	13.720	-	400.000	-	
Nota Promissória Enel SP - 6ª emissão	218.386	-	-	-	
Nota Promissória Enel GO - 3ª emissão – Itaú	875.161	-	-	-	
Enel Finance International (a)	-	10.280.068	-	-	
Total de moeda nacional	1.311.524	11.388.379	1.122.124	1.470.800	
Total de empréstimos e financiamentos	2.493.191	13.487.879	4.120.491	4.196.880	
Resultado de operações de SWAP	(26.555)	(211.262)	(203.480)	(269.004)	
Total de empréstimos e financiamentos com efeito de SWAP	2.466.636	13.276.617	3.917.011	3.927.876	

⁽a) Pagamento integral realizado em 02 de julho de 2019 do mútuo captado com a Enel Finance International N.V. utilizado na aquisição da Eletropaulo (valor de compra, aporte de capital e demais gastos relacionados).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	Início	Vencimento	amortização	Garantias	financeiros
Moeda estrangeira: Enel Américas – Enel Distribuição Goiás I	515.421	21/02/2017	21/02/2022	Ao final		USD + 6,27% a.a.
Enel Américas – Enel Distribuição Goiás II	412.410	08/03/2017	21/02/2022	Ao final	-	USD + 6,32% a.a.
Enel Américas III	606.120	12/12/2017	10/12/2021	Ao final	_	USD + 4,75% a.a.
União Federal - Bônus de Desconto	4.635	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Recebíveis e conta reserva	USD + Libor + 1,0125% a.a.
União Federal - Bônus ao Par	6.686	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Recebíveis e conta reserva	USD + 6,2% a.a.
Citibank N.A	390.539	28/03/2018	29/03/2021	Bullet	-	LIBOR + 0,47%
Citibank N.A	245.500	13/04/2017	13/04/2020	Bullet	-	LIBOR+ 1,47% a.a
Itaú BBA Internacional PLC	311.182	05/07/2017	05/07/2021	Bullet	-	4,21%
CITI 4131 Enel Distribuição Goiás I	588.196	24/01/2019	29/01/2021	Bullet	Avalista: Enel Brasil	USD + Libor + 0,96% a.a.
BNP 4131	287.277	17/12/2019	17/12/2020	Ao Final	-	USD + 2,74% a.a.
BNP PARIBAS 4131 Enel Distribuição Goiás	203.942	07/10/2019	29/06/2020	Bullet	Avalista: Enel Brasil	USD + 2,64% a.a.
Scotiabank	217.446	11/07/2019	15/07/2020	Bullet	-	2,1%
Scotiabank 4131 Enel Distribuição Goiás	196.981	27/08/2019	29/08/2022	Bullet	Avalista: Enel Brasil	USD + 1,95% a.a.
Scotiabank 4131 II Enel Distribuição Goiás	193.699	13/11/2019	18/11/2020	Bullet	Avalista: Enel Brasil	USD + 2,15% a.a.
Moeda nacional:						
FINEP 1	1.018	08/02/2012	15/02/2020	Mensal	Carta Fiança	4%
FINEP 2	55.019	07/04/2014	15/04/2024	Mensal	Carta Fiança	TJLP+5,00%
BNDES FINEM 2012-2013 A	6.758	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,8% a.a.
BNDES FINEM 2012-2013 B	6.760	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,8% a.a.
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	14.441	28/08/2013	15/06/2023	Mensal	Recebíveis	3,00% a.a.
BNDES (Capex 2012-2013) F	251	28/08/2013	15/12/2020	Mensal	Recebíveis e conta reserva	TJLP
BNDES (Capex 2012-2013)	28.246	16/08/2013	15/05/2023	Mensal	Recebíveis	3,00%
BNDES (Capex 2012-2013)	12.223	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,80%
BNDES (Capex 2012-2013)	12.228	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,80%
BNDES (Capex 2012-2013)	527	16/08/2013	15/12/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP
Eletrobras	14.298	03/03/2000	30/09/2023	Mensal	Recebíveis e nota promissória	6,95% a.a.
Eletrobras_ECF - 232/2008	11.587	11/04/2018	30/06/2024	Bullet	N/A	107,5% CDI
FIDC Série A	117.636	22/07/2015	14/07/2023	Mensal	Recebiveis	100% CDI + 3% a.a.
FIDC Série B	115.579	22/07/2015	14/07/2023	Mensal	Recebiveis	100% IPCA + 9,7% a.a.
BNDES CG 2018	100.984	03/05/2018	15/06/2023	Bullet	Avalista: Enel Brasil	100% IPCA + 5,34% a.a.
BNB II	342.742	29/03/2018	15/04/2028	Mensal	Fiança bancária, conta reserva e cessão Fiduciária	IPCA + 2,18% a.a.
Celg de Participações – CELGPAR	86.084	03/05/2018	15/06/2023	Bullet	Avalista: Enel Brasil	100% IPCA + 5,34%
BNP PARIBAS 4131	413.720	04/02/2019	07/02/2022	Bullet	-	7,14%
Nota Promissória 6º Emissão	218.386	09/09/2019	07/03/2020	Ao final	-	104% CDI
Nota Promissória 3º Emissão	875.161	08/11/2019	07/11/2020	Bullet	Avalista: Enel Brasil	100% CDI + 0,70% a.a.
	6.613.682					
Circulante	2.493.191	•				
Não circulante	4.120.491					

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nas operações de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e nas operações de capital de giro as controladas comprometeram-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2019:

Daniadiaidada

			Periodicidade	
Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite	de Apuração dos Índices	Empresa
BNDES	Endividamento financeiro líquido / EBITDA (máximo)	3,50	Anual	Enel Distribuição Ceará
BNDES	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60	Anual	Enel Distribuição Ceará
Eletrobras	Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo)	3,00	Anual	Enel Distribuição Ceará
BNP 4131	Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Financeiro Líquido / EBITDA (máximo)	3,50	Anual	Enel Distribuição Rio
BNDES 2012 e 2013	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Anual	Enel Distribuição Rio
CITIBANK N.A	Endividamento Financeiro Liquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Anual	Enel Distrbiuição Rio
CITIBANK N.A	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Rio
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	Endividamento Financeiro Líquido / EBITDA (máximo)	3,50	Semestral	Enel Distribuição Rio
ITAÚ BBA INTERNATIONAL PLC	Endividamento Financeiro Líquido / (PL + Endividamento Financeiro Líquido) (máximo)	0,60	Semestral	Enel Distribuição Rio
SCOTIABANK	Endividamento Financeiro Líquido / EBITDA (máximo)	3,50	Semestral	Enel Distribuição Rio
Nota Promissória 6º Emissão	Dívida líquida / EBITDA ajustado (vide Nota 25)	1,39	Trimestral	Enel Distribuição São Paulo

O montante de principal dos empréstimos e financiamentos não circulante, excluindo os efeitos das operações de *swap* contratados, tem a amortização distribuída da seguinte forma:

	Control	adora	Consolie	dado
Ano	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
2020	-	-	=	1.509.463
2021	604.605	-	2.085.850	1.225.200
2022	906.907	871.830	1.702.944	1.184.873
Após 2022	=	-	331.697	277.344
Total	1.511.512	871.830	4.120.491	4.196.880

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mutação de empréstimos e financiamentos, sem os efeitos dos custos de transação:

Controladora

	Moeda	Moeda	
	nacional	estrangeira	Total
Em 31 de dezembro de 2017	40.479	1.271.332	1.311.811
Captações	13.400.000	-	13.400.000
Encargos provisionados	267.659	79.293	346.952
Encargos pagos	(109.304)	(79.362)	(188.666)
Variação monetária e cambial	-	215.773	215.773
Resultado swap	-	(12.414)	(12.414)
Amortizações	(4.040.266)	=	(4.040.266)
Em 31 de dezembro de 2018	9.558.568	1.474.622	11.033.190
Captações	9.300.000	-	9.300.000
Encargos provisionados	518.000	85.070	603.070
Encargos pagos	(676.568)	(84.453)	(761.021)
Variação monetária e cambial	-	58.712	58.712
Amortizações	(18.700.000)		(18.700.000)
Em 31 de dezembro de 2019		1.533.951	1.533.951
Circulante			22.439
Não Circulante			1.511.512
		Consolidado	
	Moeda	Moeda	
	nacional	estrangeira	Total
Em 31 de dezembro de 2017	2.192.394	3.570.693	5.763.087
Aquisição da controlada Enel Distribuição São Paulo	1.986.889	-	1.986.889
Captações	15.711.025	720.000	16.431.025
Encargos provisionados	480.485	166.797	647.282
Encargos pagos			
2a.goo pagoo	(345.392)	(159.018)	(504.410)
Variação monetária e cambial	(345.392) 80.488	(159.018) 728.661	(504.410) 809.149
	,	,	,
Variação monetária e cambial	,	728.661	809.149
Variação monetária e cambial Marcação a mercado	,	728.661 (4.069)	809.149 (4.069)
Variação monetária e cambial Marcação a mercado Resultado swap	80.488 - -	728.661 (4.069) (22.408)	809.149 (4.069) (22.408)
Variação monetária e cambial Marcação a mercado Resultado swap Amortizações	80.488 - - (7.232.424)	728.661 (4.069) (22.408) (176.090)	809.149 (4.069) (22.408) (7.408.514)
Variação monetária e cambial Marcação a mercado Resultado swap Amortizações Juros incorporados ao principal	80.488 - (7.232.424) (14.282)	728.661 (4.069) (22.408) (176.090) 1.010	809.149 (4.069) (22.408) (7.408.514) (13.272)
Variação monetária e cambial Marcação a mercado Resultado swap Amortizações Juros incorporados ao principal Em 31 de dezembro de 2018	(7.232.424) (14.282) 12.859.183	728.661 (4.069) (22.408) (176.090) 1.010 4.825.576	809.149 (4.069) (22.408) (7.408.514) (13.272) 17.684.759
Variação monetária e cambial Marcação a mercado Resultado swap Amortizações Juros incorporados ao principal Em 31 de dezembro de 2018 Captações	(7.232.424) (14.282) 12.859.183 12.128.259	728.661 (4.069) (22.408) (176.090) 1.010 4.825.576 1.653.250	809.149 (4.069) (22.408) (7.408.514) (13.272) 17.684.759 13.781.509
Variação monetária e cambial Marcação a mercado Resultado swap Amortizações Juros incorporados ao principal Em 31 de dezembro de 2018 Captações Encargos provisionados	(7.232.424) (14.282) 12.859.183 12.128.259 760.482	728.661 (4.069) (22.408) (176.090) 1.010 4.825.576 1.653.250 218.104	809.149 (4.069) (22.408) (7.408.514) (13.272) 17.684.759 13.781.509 978.586
Variação monetária e cambial Marcação a mercado Resultado swap Amortizações Juros incorporados ao principal Em 31 de dezembro de 2018 Captações Encargos provisionados Encargos pagos	(7.232.424) (14.282) 12.859.183 12.128.259 760.482 (927.916)	728.661 (4.069) (22.408) (176.090) 1.010 4.825.576 1.653.250 218.104 (234.395)	809.149 (4.069) (22.408) (7.408.514) (13.272) 17.684.759 13.781.509 978.586 (1.162.311)
Variação monetária e cambial Marcação a mercado Resultado swap Amortizações Juros incorporados ao principal Em 31 de dezembro de 2018 Captações Encargos provisionados Encargos pagos Variação monetária e cambial	(7.232.424) (14.282) 12.859.183 12.128.259 760.482 (927.916)	728.661 (4.069) (22.408) (176.090) 1.010 4.825.576 1.653.250 218.104 (234.395) 203.031	809.149 (4.069) (22.408) (7.408.514) (13.272) 17.684.759 978.586 (1.162.311) 231.959
Variação monetária e cambial Marcação a mercado Resultado swap Amortizações Juros incorporados ao principal Em 31 de dezembro de 2018 Captações Encargos provisionados Encargos pagos Variação monetária e cambial Marcação a mercado	(7.232.424) (14.282) 12.859.183 12.128.259 760.482 (927.916) 28.928	728.661 (4.069) (22.408) (176.090) 1.010 4.825.576 1.653.250 218.104 (234.395) 203.031 (1.502)	809.149 (4.069) (22.408) (7.408.514) (13.272) 17.684.759 978.586 (1.162.311) 231.959 (1.502)
Variação monetária e cambial Marcação a mercado Resultado swap Amortizações Juros incorporados ao principal Em 31 de dezembro de 2018 Captações Encargos provisionados Encargos pagos Variação monetária e cambial Marcação a mercado Amortizações Em 31 de dezembro de 2019	(7.232.424) (14.282) 12.859.183 12.128.259 760.482 (927.916) 28.928 (22.415.288) 2.433.648	728.661 (4.069) (22.408) (176.090) 1.010 4.825.576 1.653.250 218.104 (234.395) 203.031 (1.502) (2.484.030) 4.180.034	809.149 (4.069) (22.408) (7.408.514) (13.272) 17.684.759 978.586 (1.162.311) 231.959 (1.502) (24.899.318) 6.613.682
Variação monetária e cambial Marcação a mercado Resultado swap Amortizações Juros incorporados ao principal Em 31 de dezembro de 2018 Captações Encargos provisionados Encargos pagos Variação monetária e cambial Marcação a mercado Amortizações	(7.232.424) (14.282) 12.859.183 12.128.259 760.482 (927.916) 28.928	728.661 (4.069) (22.408) (176.090) 1.010 4.825.576 1.653.250 218.104 (234.395) 203.031 (1.502) (2.484.030)	809.149 (4.069) (22.408) (7.408.514) (13.272) 17.684.759 978.586 (1.162.311) 231.959 (1.502) (24.899.318)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Obrigações por arrendamentos

Conforme detalhado na nota explicativa nº 2.10, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) - Arrendamentos em uma abordagem de transição simplificada que consiste em não apresentar os saldos comparativos para o ano anterior. Para todos os contratos de arrendamento, a Companhia e suas controladas reconheceram ativos representando o direito de uso e passivos de arrendamento. Os contratos com prazo inferiores a doze meses ou com valor do ativo subjacente não significativo não foram analisados dentro do escopo CPC 06 (R2) conforme expediente prático determinado pela norma em questão.

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: (i) Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos – IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar – Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento – Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação – Nota Explicativa.

A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2), a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao oficio, o quadro abaixo proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

Os saldos em 31 de dezembro de 2019 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como seque:

		Controladora				
	31/12/2019	Valor Nominal	Média de anos remanescentes	Tipo de amortização	Encargos financeiros	
Obrigações por arrendamento	:					
Imóveis	1.551	1.623	2,10	Mensal	de 6,30% até 9,35 a.a.	
Equipamentos de TI	21	21	0,58	Mensal	0,10% a.a.	
Total	1.572	1.644				
Circulante	1.070	1.116				
Não circulante	502	528				

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado				
	31/12/2019	Valor Nominal	Média de anos remanescentes	Tipo de amortização	Encargos financeiros
Obrigações por arrendamento:				-	
Terrenos	8.271	10.399	4,34	Mensal	de 4.01% até 12,71% a.a.
Imóveis	151.804	194.984	1,83	Mensal	de 4.01% até 13,39% a.a.
Veículos (outros transportes)	145.559	182.894	1,91	Mensal	de 4.65% até 9,45% a.a.
Equipamentos de TI	37.040	39.272	15,49	Mensal	de 0.10% até 8,97% a.a.
Outros	148	156	1,75	Mensal	de 3.79% até 6,50% a.a.
Total	342.822	427.705	· •		
Circulante	106.288	131.737			
Não circulante	236.534	295.968			

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

Controladora Não circulante			Consolidado			
			Não circulante			
Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total	
333	(22)	311	75.973	(19.158)	56.815	
195	(4)	191	60.747	(14.821)	45.926	
-	-	-	46.003	(11.161)	34.842	
-	-	-	38.256	(8.196)	30.060	
-	-	-	74.989	(6.098)	68.891	
528	(26)	502	295.968	(59.434)	236.534	
	Não o Principal 333 195 - -	Não circulante Principal Juros 333 (22) 195 (4) - - - - - - - -	Não circulante Principal Juros Total 333 (22) 311 195 (4) 191 - - - - - - - - - - - -	Não circulante Não Principal Juros Total Principal 333 (22) 311 75.973 195 (4) 191 60.747 - - - 46.003 - - - 38.256 - - - 74.989	Não circulante Principal Juros Total Principal Juros 333 (22) 311 75.973 (19.158) 195 (4) 191 60.747 (14.821) - - - 46.003 (11.161) - - - 38.256 (8.196) - - - 74.989 (6.098)	

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

	Con	troladora	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	
Adoção inicial - CPC 06 (R2)	713	1.259	134.385	176.394	
Adições	62	378	64	12.652	
Remensuração	(536)	-	(2.696)	94.035	
Amortizações	(447)	-	(103.525)	-	
Transferências	1.135	(1.135)	46.547	(46.547)	
Encargos provisionados	143	-	31.513	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.070	502	106.288	236.534	

A controlada Enel Distribuição São Paulo remensurou os contratos de arrendamento financeiro contabilizados de acordo com o CPC 06 (R2), gerando um efeito de remensuração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 94.035 de ativo de direito de uso (imobilizado arrendado) e passivo de arrendamento, utilizando os critérios já estabelecidos para os demais contratos regidos pelo CPC 06 (R2).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tal montante está apresentado na linha de remensuração e foram provenientes de: (i) atualização dos valores de pagamentos futuros estabelecidos em cláusulas contratuais; (ii) alterações nos fluxos de pagamentos futuros decorrentes de correção monetária, utilizando-se índices pré-determinados em contrato; e (iii) atualização das taxas de desconto utilizando-se das premissas já estabelecidas para os contratos de arrendamento financeiro regidos pelo CPC 06 (R2).

25. Debêntures (Consolidado)

		Consolidado					
			31/12/2019			31/12/2018	
			Pr	incipal		Pr	incipal
Descrição	Companhia	Encargos	Circulante	Não circulante	Encargos	Circulante	Não circulante
1ª Série 5ª Emissão	Enel Distribuição Ceará	712	-	350.000	876	-	350.000
1ª Série 6ª emissão	Enel Distribuição Ceará	84	-	40.000	102	-	40.000
1ª Série 7ª Emissão	Enel Distribuição Ceará	5.632	-	350.000	-	-	-
1ª série - 9ª emissão	Enel Distribuição Rio	1.170	600.000	-	1.511	-	600.000
1ª série - 10ª emissão	Enel Distribuição Rio	15.782	-	1.000.000	-	-	-
2ª Série 5ª emissão	Enel Distribuição Ceará	393	-	161.588	138	-	155.697
2ª Série 6ª emissão	Enel Distribuição Ceará	718	-	286.188	645	-	276.771
2ª Série 7ª emissão	Enel Distribuição Ceará	11.071	-	308.257	-	-	-
1ª Série 14ª emissão	Enel Distribuição São Paulo	-	-	-	3.640	180.000	360.000
1ª Série 23ª Emissão	Enel Distribuição São Paulo	11.313	-	704.052	13.826	-	704.052
2ª Série 23ª Emissão	Enel Distribuição São Paulo	23.006	-	1.395.948	28.117	-	1.395.948
1ª Série 24ª Emissão	Enel Distribuição São Paulo	4.506	-	700.000	-	-	-
2ª Série 24ª Emissão	Enel Distribuição São Paulo	3.799	-	809.081	-	-	-
3ª Série 23ª Emissão	Enel Distribuição São Paulo	-	-	-	19.587	-	900.000
1ª Série - 1ª emissão	EGP Volta Grande	2.868	52.214	469.923	-	-	-
2ª Série - 1ª emissão	EGP Volta Grande	1.553	28.270	254.429	-	-	-
Aquisição Enel Distribuição São Paulo)	-	-	-	-	-	2.138
(-) Custo de transação		-	(2.618)	(68.122)	-	(5.217)	(40.152)
Total de debêntures		82.607	677.866	6.761.344	68.442	174.783	4.744.454

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mutação de debêntures:

		Consolidado	
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	148.751	1.092.680	1.241.431
Aquisição da controlada Enel Distribuição São Paulo	838.554	1.837.245	2.675.799
Encargos provisionados	236.902	-	236.902
Encargos pagos	(223.021)	-	(223.021)
Transferências de prazos	1.484.158	(1.484.158)	-
Captações	-	3.310.000	3.310.000
Amortização do principal	(2.271.984)	-	(2.271.984)
Apropriação do custo de transação	29.643	1.984	31.627
Cosntituição cisto de transação	(5.271)	(25.358)	(30.629)
Atualização monetária	5.493	12.061	17.554
Saldo em 31 de dezembro de 2018	243.225	4.744.454	4.987.679
Encargos Provisionados	401.022	-	401.022
Encargos Pagos	(386.857)	-	(386.857)
Transferências de prazos	1.860.791	(1.860.791)	-
Captação	80.000	3.870.000	3.950.000
Variação monetária	-	23.564	23.564
Amortizações	(1.440.000)	-	(1.440.000)
Apropriação custo de transação	13.460	2.832	16.292
Constituição custo de transação	(20.249)	(21.413)	(41.662)
Atualização monetária	9.081	2.698	11.779
Saldo em 31 de dezembro de 2019	760.473	6.761.344	7.521.817

Características das emissões:

Controlada Enel Distribuição Ceará

Características	5ª emissão - 1ª série	5ª emissão - 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
	Nominativas e escriturais, sem emissão	o Nominativas e escriturais, sem emissão
Tipo e forma	de cautelas ou certificados	de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	350.000 debêntures simples	150.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$1.000	R\$1.000
Data de emissão	15 de dezembro de 2017	15 de dezembro de 2017
Vencimento inicial	22 de dezembro de 2017	22 de dezembro de 2017
Vencimento final	15 de dezembro de 2022	15 de dezembro de 2024
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 0,80% a.a.	6,0013% a.a.
Exigibilidade de juros	Anual	Anual
Amortizações	Em parcelas anuais	Em parcelas anuais
Data das amortizações	2017 a 2022	2017 a 2024

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Características	6ª emissão - 1ª série	6ª emissão - 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	o Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	40.000 debêntures simples	270.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$1.000	R\$1.000
Data de emissão	06 de junho de 2018	06 de junho de 2018
Vencimento inicial	22 de dezembro de 2017	22 de dezembro de 2017
Vencimento final	06 de junho de 2023	06 de junho de 2025
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 0,95% a.a.	6,20% a.a.
Exigibilidade de juros	Anual	Anual
Amortizações	Uma única parcela	Em duas parcelas anuais
Data das amortizações	2023	2024 e 2025
Caractaríaticas	78 aminoão 48 aária	78 omino 5 o 28 oório
Características	7ª emissão - 1ª série	7ª emissão - 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma		o Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	350.000 debêntures simples	300.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$1.000	R\$1.000
Data de emissão	07 de março de 2019	07 de março de 2019
Vencimento inicial	15 de março de 2022	15 de março de 2024
Vencimento final	15 de março de 2023	15 de março de 2024
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 0,5% a.a.	4,50% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	Em duas parcelas anuais	Uma única parcela
Data das amortizações		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada Enel Distribuição Rio

No. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1. 1.	69 ~ 49 . / 1.
Característica	9 ^a emissão - 1 ^a série

Conversibilidade Debêntures simples, não conversíveis em ações

Espécie Quirografária

Tipo e forma Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados

Quantidade de títulos 600.000 debêntures simples

Valor nominal R\$1.000

Data de emissão11 de dezembro de 2017Vencimento inicial15 de dezembro de 2017Vencimento final15 de dezembro de 2020

Atualização monetáriaSem atualizaçãoRepactuaçãoNão haveráRemuneração114% do CDIExigibilidade de jurosSemestral

Amortização programada Em quatro parcelas anuais Data de amortização 2017, 2018, 2019 e 2020

Característica 10^a emissão - 1^a série

Conversibilidade Debêntures simples, não conversíveis em ações

Espécie Quirografária

Tipo e forma Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados

Quantidade de títulos 1.000.000 debêntures simples

Valor nominal R\$1.000

Data de emissão
Vencimento inicial
Vencimento final
Vencimento final
Vencimento final
Atualização monetária
Repactuação
Remuneração
Remuneração
Exigibilidade de juros

15 de março de 2023
Sem atualização
Não haverá
108% do CDI
Exigibilidade de juros
Semestral

Amortização programada Em três parcelas semestrais

15 de março de 2023, 15 de setembro de 2023 e 15 de março de

Data de amortização 2024

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada Enel Distribuição São Paulo

Características 23ª emissão – 1ª serie

Conversibilidade Debêntures simples, não conversíveis em ações Espécie Quirografária, com garantia adicional fideiussória

Tipo e forma Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados

Quantidade de títulos 704.052 debêntures simples

Valor nominal R\$1.000

Data de emissão

Vencimento inicial

Vencimento final

Atualização monetária

Repactuação

Repurperação

13 de setembro de 2021

13 de setembro de 2021

Sem atualização

Não haverá

Remuneração

108 25% do CDI

Repactuação Não haverá
Remuneração 108,25% do CDI
Exigibilidade de juros Semestral
Amortizações Parcela única

Data das amortizações 2021

Características 23ª emissão – 2ª serie

Conversibilidade Debêntures simples, não conversíveis em ações Espécie Quirografária, com garantia adicional fidejussória

Tipo e forma Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados

Quantidade de títulos 1.395.948 debêntures simples

Valor nominal R\$1.000

Data de emissão 13 de setembro de 2018 Vencimento inicial 13 de setembro de 2023 Vencimento final 13 de setembro de 2023

Atualização monetária Sem atualização Repactuação Não haverá Remuneração 111,00% do CDI Exigibilidade de juros Semestral

Amortizações Em duas parcelas anuais

Data das amortizações 2022 e 2023

Características 24ª emissão – 1ª serie

Conversibilidade Debêntures simples, não conversíveis em ações

Espécie Quirografária

Tipo e forma Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados

Quantidade de títulos 700.000 debêntures simples

Valor nominal R\$1.000

Data de emissão
Vencimento inicial
Vencimento final
Vencimento final
Atualização monetária
Repactuação
Remuneração
CDI + 0,80% a.a.

Exigibilidade de juros Semestral

Amortizações Em duas parcelas anuais

Data das amortizações 2024 e 2025

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Características	24 ^a emissão – 2 ^a serie

Conversibilidade Debêntures simples, não conversíveis em ações

Espécie Quirografária

Tipo e forma Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados

Quantidade de títulos 800.000 debêntures simples

Valor nominal R\$1.000

Data de emissão

Vencimento inicial

Vencimento final

28 de junho de 2019

28 de maio de 2026

Vencimento final

28 de maio de 2026

Atualização monetária IPCA
Repactuação Não haverá
Remuneração 4,0134% a.a.
Exigibilidade de juros Semestral
Amortizações Parcela Única

Data das amortizações 2026

Controlada EGP Volta Grande

Características 1ª emissão – 1ª serie

Conversibilidade Debêntures simples, não conversíveis em ações

Espécie Quirografária

Tipo e forma Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados

Quantidade de títulos 519.000 debêntures simples

Valor nominal R\$1.000

Data de emissão 15 de outubro de 2019 Vencimento inicial 15 de outubro de 2020 Vencimento final 15 de outubro de 2029

Atualização monetária IPCA
Repactuação Não haverá
Remuneração 3,70% a.a.
Exigibilidade de juros Semestral

Amortizações Em parcelas anuais

Data das amortizações 2020 a 2029

Características 1ª emissão – 2ª serie

Conversibilidade Debêntures simples, não conversíveis em ações

Espécie Quirografária

Tipo e forma Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados

Quantidade de títulos 281.000 debêntures simples

Valor nominal R\$1.000

Data de emissão 15 de outubro de 2019 Vencimento inicial 15 de novembro de 2020 Vencimento final 15 de outubro de 2029

Atualização monetária IPCA
Repactuação Não haverá
Remuneração 3,70% a.a.
Exigibilidade de juros Semestral

Amortizações Em parcela anuais Data das amortizações 2020 a 2029

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As controladas Enel Distribuição Rio, Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição São Paulo e EGP Volta Grande estão sujeitas à manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2019:

Emissão	Obrigações especiais financeiras	Índice
5º emissão - Enel Distribuição Ceará	Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo)	3,50
6º emissão - Enel Distribuição Ceará	Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo)	3,50
7ª emissão - Enel Distribuição Ceará	Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo)	3,50
9ª Emissão - Enel Distribuição Rio	Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo)	3,50
9ª Emissão – Enel Distribuição Rio	Dívida financeira líquida / Dívida financeira líquida + PL	0,60
10ª Emissão - Enel Distribuição Rio	Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo) Dívida financeira líquida / Dívida financeira	3,50
10ª Emissão – Enel Distribuição Rio	líquida + PL	0,60
23ª Emissão - Enel Distribuição São Paulo	Dívida financeira líquida / EBITDA (ajustado) (a)	1,44
24ª Emissão - Enel Distribuição São Paulo	Dívida financeira líquida / EBITDA (ajustado) (a)	1,39
1ª Emissão - EGP Volta Grande	Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo)	4,00

(a) EBITDA ajustado – significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Companhia na linha "Resultado Operacional" (excluindo as receitas e despesas financeiras), (ii) de todos os montantes de depreciação e amortização, (iii) de todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de "custo de operação", (iv) dos ajustes dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado) conforme as regras regulatórias determinadas pela ANEEL, desde que não incluídos no resultado operacional acima, (v) atualização do ativo financeiro da concessão (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídos no resultado operacional acima; (vi) provisão para contingências; (vii) provisão para créditos de liquidação duvidosa e (viii) baixas de títulos incobráveis. Em relação a 24ª Debênture, o EBITDA também é ajustado pela perda na desativação de bens e direitos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Amortização contratual do longo prazo das debêntures, é como segue:

	2021	2022	Após 2022	Total
1ª Série 5ª emissão - Enel Distribuição Ceará	175.000	175.000	-	350.000
2ª Série 5ª emissão - Enel Distribuição Ceará	-	-	161.588	161.588
1ª Série 6ª emissão - Enel Distribuição Ceará	-	-	40.000	40.000
2ª Série 6ª emissão - Enel Distribuição Ceará	-	-	286.188	286.188
1ª Série 7ª emissão - Enel Distribuição Ceará	-	175.000	175.000	350.000
2ª Série 7ª emissão - Enel Distribuição Ceará	-	-	308.257	308.257
1ª série - 10ª emissão - Enel Distribuição Rio	-	-	1.000.000	1.000.000
1ª Série 23ª emissão - Enel Distribuição São Paulo	704.052	-	-	704.052
2ª Série 23ª Emissão - Enel Distribuição São Paulo	-	697.974	697.974	1.395.948
1ª Série 24ª emissão - Enel Distribuição São Paulo	-	-	700.000	700.000
2ª Série 24ª Emissão - Enel Distribuição São Paulo	-	-	809.081	809.081
1ª série - 1ª emissão - EGP Volta Grande	52.241	52.249	365.433	469.923
2ª série - 1ª emissão - EGP Volta Grande	28.285	28.289	197.855	254.429
(-) Custo de transação	(16.661)	(13.741)	(37.720)	(68.122)
Total a amortizar	942.917	1.114.771	4.703.656	6.761.344

26. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

O Grupo Enel possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

a) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade do Grupo Enel vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado.

Os passivos em moeda estrangeira estão substancialmente protegidos por instrumentos de *swap* cambial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo Enel vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para minimizar esse risco, o Grupo Enel prioriza a contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas (BNB e Eletrobras) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (BNDES).

Com a finalidade de evitar riscos com variações nos índices de mercado, os empréstimos indexados a taxas variáveis, tiveram suas taxas fixadas através de contrato de swap, para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. O ajuste a débito e a crédito dessa operação está registrado na demonstração do resultado.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado do Grupo caso as variações nas taxas de juros de 2019 fossem iguais as esperadas para 2020, segundo projeções baseadas na curva futura da B3:

Consolidado						
		Cen	ário + 25%	Cen	nário + 50%	
Indexador do			Efeito líquido no		Efeito líquido no	
contrato	31/12/2019	Cenário	resultado	Cenário	resultado	
CDI	10.090.608	12.613.260	2.522.652	15.135.912	5.045.304	
FIXO	1.138.776	1.423.470	284.694	1.708.164	569.388	
IPCA	2.060.664	2.575.830	515.166	3.090.996	1.030.332	
LIBOR	308.531	385.664	77.133	462.797	154.266	
TJLP	93.764	117.205	23.441	140.646	46.882	
Total	13.692.343	17.115.429	3.423.086	20.538.515	6.846.172	

c) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado pelas controladas como baixo, considerando a pulverização do número de clientes, além da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração do Grupo, para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Risco de vencimento antecipado

Algumas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico financeiros em determinados níveis (*covenant*s financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente, e não limitam a capacidade de condução normal das operações.

e) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições das companhias do Grupo, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia poderá justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

f) Gestão do risco de capital

O Grupo Enel administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados nas notas 23 e 25, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados na notas 5 e 6) e pelo patrimônio líquido do Grupo.

	Consolidado
	31/12/2019
Dívida financeira	13.905.464
Caixa e equivalente de caixa + títulos e valores mobiliários	(3.154.716)
Dívida líquida (a)	10.750.748
Patrimônio líquido (b)	23.920.601
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	31%

⁽a) A dívida líquida é representada pelo saldo total dos empréstimos e financiamentos, SWAPs relacionados à empréstimos e financiamentos e debêntures, incluindo as parcelas do passivo circulante e não circulante, deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Vide maiores detalhes nas notas 5, 6, 23 e 25.

⁽b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas constituídas pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Risco hidrológico

De acordo com os dados do ONS, a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional ("SIN") é gerado por Usinas Hidrelétricas ("UHE"). A controlada EGP Cachoeira Dourada está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da Energia Assegurada, a controlada EGP Cachoeira Dourada ficaria exposta ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os resultados financeiros futuros da controlada EGP Cachoeira Dourada.

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada EGP Cachoeira Dourada mantém registrado no passivo circulante, o montante de R\$ 499.838 (R\$ 486.787 em 2018) recebidos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, correspondente ao período de junho de 2015 até dezembro de 2019, dos quais R\$ 71.628 referem-se as despesas financeiras com juros de mora e atualização monetária (IGP-M). Atualmente encontra-se no Senado para aprovação final, o Projeto de Lei 3.975/19, já aprovado na Câmara dos Deputados, que permitirá a extensão das concessões hidrelétricas, em troca do abandono de ações judiciais iniciadas pelas gerações hidrelétricas e pagamento de recursos financeiros retidos. A expectativa é que o projeto de lei seja aprovado em 2020.

h) Risco de liquidez

A liquidez do Grupo Enel é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetados do Grupo Enel (inclui juros e principal):

			Consoli	dado		
-	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2018						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	20.027	32.948	97.509	2.384.354	65.292	2.600.130
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	169.402	586.148	881.846	1.928.918	156.750	3.723.064
Debêntures	(86)	104.960	430.957	4.820.248	1.040.642	6.396.721
	189.343	724.056	1.410.312	9.133.520	1.262.684	12.719.915
31 de dezembro de 2019						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	22.617	46.269	1.169.498	1.164.960	41.058	2.444.402
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	33.886	270.959	1.355.410	1.555.650	86.798	3.302.703
Debêntures	(132)	101.889	930.498	5.844.492	1.137.196	8.013.943
Empréstimos e Financiamentos Partes Relacionadas	-	29.166	58.206	1.627.335	-	1.714.707
_	56.371	448.283	3.513.612	10.192.437	1.265.052	15.475.755

Em seguida, as tabelas apresentam os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de *hedge* que também estão contemplados nos fluxos de caixa das controladoras Enel Distribuição Rio, Enel Distribuição Ceará, CGTF, CDSA, Enel Distribuição São Paulo e Enel Distribuição Goiás:

			Consolidado			
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2018 NDF BRL x USD	-	(5.059)	-	-	-	(5.059)
Swaps de taxa de juros	4.078	2.265	(98.543)	(115.868)	-	(208.068)
	4.078	(2.794)	(98.543)	(115.868)	-	(213.127)
31 de dezembro de 2019 NDF BRL x USD	337	7.930	-	-	-	8.267
Swaps de taxa de juros	6.731	8.855	18.648	(344.301)	(3.234)	(313.301)
	7.068	16.785	18.648	(344.301)	(3.234)	(305.034)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, o Grupo utiliza como opção de curto prazo as contas garantidas que tem contratada. Abaixo segue tabela referente à posição final dos exercícios de 2019 e 2018 quanto à utilização das contas:

Conta garantida	31/12/2019	31/12/2018		
Contratada	540.000	470.000		

Valorização dos instrumentos financeiros

Na determinação do valor justo dos empréstimos e financiamentos, a Administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas consideradas adequadas para realização de novas operações no mercado. Com relação ao valor justo das debêntures foram consideradas as cotações negociadas no mercado secundário.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros

Os saldos contábeis e valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia (individual e consolidado) em 31 de dezembro de 2019 são demonstrados abaixo:

Controladora

			31/1	31/12/2019	
	Categoria	Nível	Contábil	Valor Justo	
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	176.831	176.831	
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	2	13.835	13.835	
Empréstimos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	1.106.310	1.106.310	
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	2	437.357	437.357	
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	1.572	1.572	
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	1.533.951	1.533.951	
	Consolidado				
			31/12/2	019	
	Categoria	Nível	Contábil	Valor Justo	
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	2.815.197	2.815.197	
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	339.519	339.519	
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	23.963	23.963	
Consumidores, concessionários e permissionários, líquido	Custo amortizado	2	7.402.740	7.402.740	
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	Custo amortizado	2	915.552	915.552	
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	2	284.836	284.836	
Ativo indenizável (concessão)	Valor justo por meio de resultado	3	10.668.616	10.668.616	
Ativos financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	Custo amortizado	3	1.429.218	1.429.218	
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	6.613.682	6.613.682	
Debêntures	Custo amortizado	2	7.521.817	7.521.817	
Instrumentos Financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	2	47.316	47.316	
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	342.822	342.822	
Fornecedores	Custo amortizado	2	6.153.330	6.153.330	
Outras obrigações	Custo amortizado	2	909.252	909.252	
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	809.150	809.150	

A estimativa do valor de mercado das operações de swaps foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2019.

Custo amortizado

131.910

131.910

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores da curva e de mercado dos instrumentos derivativos (swap) de 31 de dezembro de 2019 são como segue:

Controlada	Contraparte	Data do contrato	Data do vencimento	Posição	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Diferença
Enel Distribuição Ceará	BNP Paribas	17/12/2019	17/12/2020	CDI + 0,26% aa	(13.213)	(13.730)	517
Enel Distribuição Ceará	Scotiabank	07/01/2020	07/01/2021	CDI + 0,19% aa	-	(1.669)	1.669
Enel Distribuição Rio	Itaú	05/07/2017	05/07/2021	USD + 4,210%aa 115,65% CDI	53.415	56.439	(3.024)
Enel Distribuição Rio	Citibank	28/03/2018	29/03/2021	Libor + 0,55%aa CDI + 0,93%aa	70.418	66.249	4.169
Enel Distribuição Rio	Scotiabank	15/07/2019	15/07/2020	USD + 2,47%aa FIXO 6,05% aa	11.821	9.852	1.969
Enel Distribuição Goiás	Citibank	24/01/2019	29/01/2021	Libor-03 + 0,96% aa CDI + 1,40% aa	32.623	32.586	37
Enel Distribuição Goiás	Scotiabank	27/08/2019	29/08/2022	USD 2,30% aa 100% CDI + 0,79% aa	(7.148)	(7.961)	813
Enel Distribuição Goiás	BNP Paribas	07/10/2019	29/06/2020	USD 2,64% aa 100% CDI + 0,31% aa	(2.325)	(4.515)	2.190
Enel Distribuição Goiás	Scotiabank	13/11/2019	18/11/2020	USD 2,15% aa 100% CDI + 0,25% aa	(7.457)	(7.967)	510
Enel Distribuição São Paulo	Bradesco	26/06/2019	15/05/2026	IPCA + 4,0134% a.a. 100% CDI + 0,720% a.a.	7.958	48.608	(40.650)
CGTF	Citibank	13/04/2017	13/04/2020	Libor + 1,471% a.a. CDI + 1,450% a.a.	52.997	52.143	853
CGTF	NDF Itaú	10/12/2019	22/04/2020	USD x BRL	3.090	2.990	100
CGTF	NDF Santander	10/12/2019	01/04/2020	USD x BRL	1.672	1.654	18
CGTF	NDF Itaú	12/12/2019	01/04/2020	USD x BRL	1.179	1.138	41
CGTF	NDF Santander	12/12/2019	22/04/2020	USD x BRL	2.188	2.094	94
EGP Cachoeira Dourada	Bradesco	03/12/2019	15/01/2020	USD x BRL	(267)	(270)	3
EGP Cachoeira Dourada	Bradesco	10/12/2019	15/01/2020	USD x BRL	(66)	(67)	1
EGP Cachoeira Dourada	Bradesco	10/12/2019	13/02/2020	USD x BRL	(46)	(48)	2
EGP Cachoeira Dourada	Bradesco	17/12/2019	13/02/2020	USD x BRL	(5)	(6)	1
				Total	206.834	237.520	(30.687)

Análise de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia:

			Cenári	o + 25%	Cenári	o + 50%
				Efeito		Efeito
0				líquido no		líquido no
Controlada	Contrato	Provável	Cenário	resultado	Cenário	resultado
Enel Distribuição São Paulo	Swap Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	(69.065)	(78.197)	(9.132)	(87.328)	(18.263)
Enel Distribuição São Paulo	Swap Derivativo (swap) - PA	72.532	82.122	9.590	91.711	19.179
Enel Distribuição São Paulo	Swap Derivativo (swap) - PP	(41.475)	(50.394)	(8.919)	(59.314)	(17.839)
Enel Distribuição Rio	ITAÚ 4131	20.014	90.478	70.464	149.031	129.017
Enel Distribuição Rio	ITAÚ 4131 SWAP PA	(20.856)	(87.947)	(67.091)	(143.697)	(122.841)
Enel Distribuição Rio	ITAÚ 4131 SWAP PP	11.919	14.816	2.897	17.681	5.762
Enel Distribuição Rio	CITIBANK 4131 II	20.526	110.646	90.120	185.880	165.354
Enel Distribuição Rio	CITIBANK 4131 II - SWAP PA	(19.296)	(104.016)	(84.720)	(174.741)	(155.445)
Enel Distribuição Rio	CITIBANK 4131 II - SWAP PP	15.772	18.940	3.168	22.078	6.306
Enel Distribuição Rio	SCOTIABANK 4131	8.292	32.936	24.644	53.414	45.122
Enel Distribuição Rio	SCOTIABANK 4131 - SWAP PA	(8.239)	(32.723)	(24.484)	(53.068)	(44.829)
Enel Distribuição Rio	SCOTIABANK 4131 - SWAP PP	6.071	6.071	-	6.071	-
Enel Distribuição Ceará	BNP 4131	15.091	74.686	59.595	124.207	109.116
Enel Distribuição Ceará	SWAP BNP 4131 PA	(15.064)	(74.552)	(59.488)	(123.985)	(108.921)
Enel Distribuição Ceará	SWAP BNP 4131 PP	12.559	15.449	2.890	18.311	5.752
Enel Distribuição Ceará	Scotiabank 4131	7.618	41.923	34.305	70.429	62.811
Enel Distribuição Ceará	SWAP Scotiabank 4131 PA	(7.534)	(41.461)	(33.927)	(69.654)	(62.120)
Enel Distribuição Ceará	SWAP Scotiabank 4131 PP	6.909	8.523	1.614	10.122	3.213
Enel Distribuição Goiás	CITI 4131 Enel Distribuição Goiás I	32.454	168.207	135.753	281.536	249.082
Enel Distribuição Goiás	CITI 4131 Enel Distribuição Goiás I SWAP PA	(31.306)	(158.995)	(127.689)	(265.591)	(234.285)
Enel Distribuição Goiás	CITI 4131 Enel Distribuição Goiás I SWAP PP	29.721	35.204	5.483	40.636	10.915
Enel Distribuição Goiás	SCOTIABANK 4131 Enel Distribuição Goiás	9.539	54.085	44.546	91.101	81.562
Enel Distribuição Goiás	SCOTIABANK Enel Distribuição Goiás SWAP PA	(9.850)	(52.850)	(43.000)	(88.582)	(78.732)
Enel Distribuição Goiás	SCOTIABANK Enel Distribuição Goiás SWAP PP	10.106	12.191	2.085	14.256	4.150
Enel Distribuição Goiás	BNP 4131	6.227	25.483	19.256	41.485	35.258
Enel Distribuição Goiás	BNP 4131 SWAP PA	(6.445)	(25.377)	(18.932)	(41.109)	(34.664)
Enel Distribuição Goiás	BNP 4131 SWAP PP	3.918	4.810	892	5.693	1.775
Enel Distribuição Goiás	SCOTIABANK 4131 Enel Distribuição Goiás II	8.816	45.337	36.521	75.686	66.870
Enel Distribuição Goiás	SCOTIABANK Enel Distribuição Goiás II SWAP PA	(9.016)	(44.322)	(35.306)	(73.660)	(64.644)
Enel Distribuição Goiás	SCOTIABANK Enel Distribuição Goiás II SWAP PP	7.382	9.084	` 1.702	10.769	3.387
CGTF	CITI 4131	6.100	20.320	14.220	32.191	26.091
CGTF	CITI 4131 SWAP PA	(6.139)	(20.149)	(14.010)	(31.844)	(25.705)
CGTF	CITI 4131 SWAP PP	2.721	3.219	498	3.711	990
CGTF	NDF	(7.799)	72.188	79.987	152.175	159.974
CGTF	SWAP	(3.418)	(16.930)	(13.512)	(28.133)	(24.715)
EGP Cacheira Dourada	NDF	400	(1.938)	(2.338)	(4.277)	(4.677)
		.50	()	(2.000)	(,	()

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Obrigações fiscais

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (a)	17	7	753.634	649.410	
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL (b)	-	-	88.340	95.549	
Refis IV (c)	-	-	7.311	9.893	
Imposto sobre serviços – ISS	14.734	10.826	32.495	24.392	
PIS (d)	5.638	4.152	47.378	46.097	
COFINS (d)	26.043	19.245	218.315	213.338	
Contribuições sociais	1.449	492	18.113	18.401	
Contribuição de intervenção no dominio econômico	29.287	-	29.287	=	
Outros tributos e Contribuições (e)	15.106	37.769	84.814	99.658	
Total	92.274	72.491	1.279.687	1.156.738	
Circulante	92.274	72.491	1.271.749	1.148.541	
Não Circulante	-	-	7.938	8.197	

- (a) O ICMS da Companhia e suas controladas é apurado conforme legislação de cada Estado (Ceará, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro). Na apuração são considerados todos os créditos devidos e o valor líquido é recolhido nos seus respectivos vencimentos.
- (b) O saldo em 31 de dezembro de 2019 é composto por provisões para imposto de renda e contribuição social a pagar, líquidas das antecipações efetuadas no montante total de R\$ 510.936.
- (c) A controlada Enel Distribuição Ceará aderiu em 30 de setembro de 2009 o REFIS IV (Lei nº 11.941/2009) nos montantes de RS 25.075 e R\$ 20.692 sem redução e com redução respectivamente referentes a débitos federais previdenciários e tem como saldo a pagar no curto prazo em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 1.513 (saldo de R\$1.696 em 31 de dezembro de 2018) e no longo prazo o montante de R\$ 5.798 (Saldo de R\$ 8.197 em 31 de dezembro de 2018), tendo sua última parcela a ser paga será em dezembro de 2022 atualizada pela SELIC.
- (d) O saldo em 31 de dezembro é composto por provisões do Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a venda de energia elétrica e prestação de serviços, com alíquotas de 1,65% e 7,60% respectivamente.
- (e) O valor de Outros é composto principalmente por IRRF sobre novação de contratos de mútuos celebrados entre controladas e Controladora.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Taxas regulamentares

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Reserva global de reversão - RGR	9.770	8.288
Conta de desenvolvimento energético - CDE (a)	607.114	813.517
Encargos emergenciais	2.467	2.467
P&D e Eficiência Energética	941.028	858.951
Conta centralizadora de recursos de banceira tarifária - CCRBT	72.245	25.598
Encargos Do Consumidor - Proinfa	-	34.576
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica ("TFSEE")	1.643	4.481
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos ("CFURH")	4.290	1.680
Outros	23.371	33.518
Total	1.661.928	1.783.076
Circulante	1.248.549	1.390.441
Não Circulante	413.379	392.635

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE): Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Conforme previsto na Resolução Homologatória nº 2.521, de 20 de março de 2019, o período de vigência da cobrança do encargo CDE-ACR se encerrou no mês de agosto de 2019. O saldo apresentado refere-se ao montante não compensado contabilmente proveniente de decisão liminar conforme comentado na nota 9.

29. Contas a pagar – acordo Eletrobras

Em 9 de março de 2018, a controlada Enel Distribuição São Paulo celebrou acordo com a Eletrobras e seus advogados visando encerrar disputa judicial que envolve a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP") e a controlada Enel Distribuição São Paulo, relativa ao saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal (ECF-1.046/1986), que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Enel Distribuição São Paulo e a CTEEP atuais.

Em 25 de abril e 10 de junho de 2019 foi certificado o transito em julgado do acordo com a Eletrobras e com os advogados, restando atendidas todas as condições para início dos pagamentos, a Enel Distribuição São Paulo realizou os pagamentos no dia 10 de junho de 2019, referente a primeira parcela dos referidos acordos, devidamente atualizados. Dessa forma, a controlada Enel Distribuição São Paulo reclassificou os valores envolvidos de "Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias e ambientais" para "Contas a pagar - acordo Eletrobras".

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O pagamento da 1ª parcela do acordo, ocorreu no 2º trimestre de 2019, no valor atualizado de R\$ 274.477 para a Eletrobras, e R\$ 55.086 aos advogados que assinaram o acordo original, com antecipação de R\$ 8.347 a serem descontados da segunda parcela, referentes aos novos advogados que na forma do acordo, comprovadamente atuaram no processo, aderiram ao acordo e deram quitação.

Diante de tais fatos, os montantes envolvidos no acordo foram reclassificados de "provisões para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias e ambientais" no montante de R\$ 1.639.225 para "Contas a pagar - acordo Eletrobras".

Os valores a serem pagos à Eletrobras e aos advogados estão sendo atualizados desde 31 de janeiro de 2018, por CDI + 1% a.a. até a data efetiva de pagamento de cada parcela. O impacto da atualização das parcelas do acordo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 99.914, vide nota 39.

O cronograma de realização das parcelas relativas ao acordo, têm os seguintes vencimentos:

Parcela	Principal	Principal Atualizado
2ª - Eletrobras	300.000	342.811
3ª - Eletrobras	300.000	342.811
4a - Eletrobras	300.000	342.811
5 ^a - Eletrobras	250.000	285.675
2 ^a - Advogados	50.000	48.478
		1.362.586
	3 ^a - Eletrobras 4 ^a - Eletrobras 5 ^a - Eletrobras	2a - Eletrobras 300.000 3a - Eletrobras 300.000 4a - Eletrobras 300.000 5a - Eletrobras 250.000

Não existem compromissos financeiros contratuais (covenants) relacionados ao acordo firmado.

30. Outras obrigações

-	Controladora		Conso	lidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	
Contribuições de iluminação Pública Arrecadada	-	-	310.826	251.981	
Devolução para consumidores (obras vinculadas a concessão)	-	-	117.242	207.655	
Salarios e beneficios	-	-	15.665	40.244	
Devolução a consumidores	-	-	73.791	80.659	
Repasse a terceiros	-	-	10.176	13.788	
Cauções em Garantia	-	-	38.769	16.956	
Receita Antecipada	-	-	28.427	35.976	
Arrendamento financeiro	-	-	-	78.856	
Subvenções governamentais	-	-	8.488	12.571	
Reserva global de reversão	-	-	51.398	58.741	
Contas a pagar com partes relacionadas	23.468	-	-	-	
Adiantamento de clientes	-	-	133.491	-	
Penalidades contratuais e regulatórias	-	-	16.807	-	
Outras Obrigações	258	947	104.172	96.617	
Total	23.726	947	909.252	894.044	
Circulante	23.726	947	709.166	543.982	
Não Circulante	-	-	200.086	350.062	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas mantêm operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes dos saldos, natureza e totais das transações e efeitos nas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

							Contr	oladora				
					31/12/2019					31/12/2018		
Empresas	Ref.	Natureza da operação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)
Enel Sudeste	(j)	Aporte para futuro aumento de capital	-				-	4.785.000			-	
Enel Tecnologia	07	Capital a integralizar			9	-		-				
Enel Trading		Capital a integralizar	-	-	9	-		-			-	
Enel SPA		Conta corrente	-	-		-		633	-	104,777	-	(11.315)
Enel Distribuição Rio		Dividendos	21.756	-		-		21.758	-		-	
Enel Américas S.A.		Garantias	-	-		-		-		24.564	-	
Enel Distribuição Ceará		Garantias	491			-	491	-				
Enel Distribuição Goiás		Garantias				-	2,773	-				
Enel Distribuição Rio		Garantias	1.888	-		-	1.937	-	-		-	
Enel Distribuição São Paulo		Garantias				-	1.993	-				
CGTF		Garantias	_				398	_				
Enel Distribuição Goiás		Gastos de Integralização	715	_		_		715	_		_	
Enel Global Thermal Generation		Management Fee			3.037		(694)			2,343		(2.343)
Enel Green Power		Management Fee			5,464		(3.121)			2.343		(2.344)
Enel Produzione SPA		Management Fee	_		5.729		(5.253)	_		477		(435)
CTM	(b)	Mútuo	12.128	43.738			4.891	30.610	20.364			9.574
TESA	(b)	Mútuo	18.143	39.398		_	5.261	28.480	23.800			9.953
Enel Américas S.A.	(0)	Mútuo	10.143	33.336	22,439	1.511.512	(143.783)	20.400	23.000	602,792	871.830	(325.692)
Enel Distribuição Rio	(e) (f)	Mútuo	989.956		22.433	1.511.512	77.505	914.662		002.732	671.630	80.822
Enel Finance International N.V.	(h)	Mútuo	363.530	_	_	_	(448.177)	314.002		9.558.568		(158.569)
Enel Sudeste	(i)	Mútuo		-		-	282.546	-	•	5.336.306	•	(130.303)
Nuxer	(i)	Mútuo	2.947				250	779				4
Chilectra Chile (Enel Distribuição Chile)	(1)	Prestação de serviço	2.547	-	3.480	-	(2.671)	779	•	809	•	(289)
Codensa S.A. ESP					5.460		(2.071)			003		(203)
		Prestação de serviço		-	93	-	(93)		•		•	
Edistribución Redes Digitales, S.L. E-Distribucione SPA		Prestação de serviço	-	-		-	(477)	-	-		-	(2.215)
		Prestação de serviço	972		852 12	-	(477)	2 106		376	-	
EGP Cachoeira Dourada Endesa Américas S.A.		Prestação de serviço	972	-	535	-	23	2.106	-	558	-	912
Endesa Americas S.A. Enel CIEN S.A.		Prestação de serviço	2.228		535	-	23	4,738		558		(20) 1.849
		Prestação de serviço		-		-			-		-	
Enel Distribuição Ceará		Prestação de serviço	19.926		50	-		22.774			-	12.148
Enel Distribuição Goiás		Prestação de serviço	22.111 18.959	-	530	-		10.034 15.324	-	1.130	-	6.375
Enel Distribuição Rio		Prestação de serviço		-	584	-	-	15.324	-		-	10.411
Enel Distribuição São Paulo		Prestação de serviço	8.779	-		-		-	-		-	
Enel Generación Chile		Prestação de serviço		-	597	-	(379)			218	-	(1.997)
CGTF		Prestação de serviço	1.291	-		-		1.857	-		-	814
Enel Global Infrastructure and Network		Prestação de serviço	123	-	119.254	-	(57.796)			61.335	-	(61.335)
Enel Green Power		Prestação de serviço	2.763	-		-		1.250	-		-	
EGP Volta Grande S.A.		Prestação de serviço	929	-		-	721	973			-	210
Enel Iberoamérica		Prestação de serviço	-	-	943	-		-	-	3.152	-	
Enel Itália Servizi		Prestação de serviço	-		100.572	-	(45.733)	-		65.748	-	(40.499)
Enel Produzione SPA		Prestação de serviço	-		4.627	-	(21)	-		4.303	-	(919)
Enel SPA		Prestação de serviço	963	-	149.839		(44.764)		-		-	
Enel Trading Brasil S.A.		Prestação de serviço	-		9.413		330	-		9.742	-	(6.002)
Enel Chile		Prestação de serviço	3.398	-	1.588	-	2.012	-		203		(7)
Gás Atacama		Prestação de serviço	-			-		418			-	
Enel Distribuição Rio		Reembolso de gastos	-		23.654						-	
Enel Sudeste S.A.		Reembolso de Gastos						14.714			<u> </u>	
			1.130.466	83.136	453.315	1.511.512	(371.836)	5.856.825	44.164	10.443.438	871.830	(480.909)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

					31/12/2	2019		CONSC	,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,		31/12/	2018		
_			Ativo	Ativo não	Passivo	Passivo não	Receita		Ativo	Ativo não	Passivo	Passivo não	Receita	
Empresas	Ref.	Natureza da operação	circulante	circulante	circulante	circulante	(despesa)	Intangível	circulante	circulante	circulante	circulante	(despesa)	Intangível
Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	(a.1)	Fundo de pensão	-	-	2.284	94.773	(4.735)	1.647	-	-	114.479	-	(10.239)	1.251
Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS	(a.2)	Fundo de pensão	-	-	-	463.222	(29.817)	-	-	-	-	429.975	(35.217)	-
CEMSA - Comercializadora del Mercosulr S.A.	(c)	Transmissão de energia	-	29.334	-	30.782	13.759	-	-	41.454	-	41.454	29.525	-
Eletra	(a.3)	Fundo de pensão	-	-	21.440	195.539	(12.018)		-	-	131.052	-	(21.777)	
Endesa Costanera S.A.	(c)	Transmissão de energia		10.862	-	10.862	5.123	-	-	15.410	-	15.410	11.028	-
Enel Américas	(e)	Mútuo	-	-	22.439	1.511.512	(143.783)	-	-	-	602.792	871.830	(296.793)	-
Enel Américas	(e)	Serviços	-	-	535	-	23	-	-	-	-	-	-	-
Enel Américas	(e)	Dividendos	-	-	24.479	-	-	-	-	-	24.479	-	-	-
Enel Américas	(e)	Garantias	-	-	-	-	(503)	-	-	-	24.564	-	-	-
Enel Chile		Serviços	3.582	-	1.588	-	2.196	-	-	-	203	-	-	-
Chilectra Chile (Enel Distribuição Chile)		Serviços	-	-	3.480	-	(2.671)	-	-	-	809	-	(267)	-
Enel Generación Chile		Serviços	-	-	640	-	(379)	-	-	-	261	-	268	-
Enel SPA	(d)	Serviços	1.694	-	3.007	-	389	-	927	-	2.737	-	747	-
Enel Distribuizone SPA		Serviços	-	-	852	-	(477)	-	-	-	3.628	2.616	(1.727)	-
Enel Iberoamérica		Serviços	-	-	3.636	-	-	-	-	-	3.330	-	-	-
Enel Green Power Joana Eólica	(g)	Compra/Venda de energia	318	314	1.393	-	(14.409)	-	766	599	817	-	(8.014)	-
Enel Green Power Joana Eólica	(g)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	387	-	(1.444)	-
Enel Green Power Modelo I Eólica	(g)	Compra/Venda de energia	563	665	1.564	-	(18.981)	-	459	1.269	1.276	-	(17.727)	-
Enel Green Power Modelo II Eólica	(g)	Compra/Venda de energia	641	445	1.495	-	(14.793)	-	783	850	1.140	-	(10.839)	-
Enel Green Power Emiliana Eólica	(g)	Compra/Venda de energia	471	433	2.198	-	(14.690)	-	1.303	826	2.908	-	(12.570)	-
Enel Green Power Pau Ferro Eólica	(g)	Compra/Venda de energia	568	552	1.138	-	(16.742)	-	561	1.053	951	-	(15.104)	-
Enel Green Power Pedra de Gerônimo Eólica	(g)	Compra/Venda de energia	557	521	2.603	-	(22.416)	-	765	995	1.189	-	(14.316)	-
Enel Green Power Pedra de Gerônimo Eólica	(g)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	260	-	(995)	-
Enel Green Power Tacaicó Eólica	(g)	Compra/Venda de energia	213	207	825	-	(9.899)	-	286	395	459	-	(7.577)	-
Enel Green Power Cabeça de Boi	(g)	Compra/Venda de energia	-	-	1.108	-	(10.965)	-	847	-	3.320	-	(27.988)	-
Enel Green Power Cristalândia I	(g)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	(4.647)	-	-	-	1.942	-	(20.942)	-
Enel Green Power Cristalândia II	(g)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	(10.682)	-	-	-	4.104	-	(44.661)	-
Enel Green Power Delfina B	(g)	Compra/Venda de energia	4	-	1.452	-	(22.067)	-	745	-	2.770	-	(17.621)	-
Enel Green Power Delfina C	(g)	Compra/Venda de energia	-	-	554	-	(5.178)	-	397	-	536	-	(5.119)	-
Enel Green Power Delfina D	(g)	Compra/Venda de energia	-	-	1.964	-	(25.042)	-	1.005	-	2.544	-	(20.573)	-
Enel Green Power Delfina E	(g)	Compra/Venda de energia	-	-	1.778	-	(23.101)	-	1.005	-	2.562	-	(20.597)	-
Enel Green Power Desenvolvimento	(g)	Serviços	-	-	1.597	-	-	-	-	-	1.597	-	-	-
Enel Green Power Dois Riachos	(g)	Compra/Venda de energia	-	-	776	-	(5.591)	-	953	-	1.073	-	206	-
Enel Green Power Dois Riachos	(g)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-		-	-	-	264	-	(987)	-
Enel Green Power Fazenda	(g)	Compra/Venda de energia	-	-	903	-	(9.170)	-	794	-	2.822	-	(22.070)	-
Enel Green Power Mourão		0	_	_	150	-	(1.744)	-	-	-	102	-	(836)	-
Enel Green Power Paranapanema	(a)	Compra/Venda de energia												
Enel Green Power Salto Apiacas	(g) (g)	Compra/venda de energia Compra/Venda de energia	-	-	542	-	(6.159)	-	-	-	543	-	(3.591)	-
	(g) (g)		-	-	542 840	=	(6.159) (5.952)	-	-	-	543 3.403	-	(3.591) (40.073)	-
Quatiara Energia	(g)	Compra/Venda de energia	-	- - -		-		-	-	-		- - -		- - -
Quatiara Energia Socibe Energia	(g)	Compra/Venda de energia Compra/Venda de energia	- - -	- - -	840	- - -	(5.952)	- - -	- - - 529	- - -	3.403	- - -	(40.073)	- - -

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

					31/12/201	9					31/12/2018	3		
Empresas	Ref.	Natureza da operação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intangível	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intangível
Enel Green Power Participações	(g)	Transmissão de energia	62				643		69				717	
Enel Green Power Participações	(g)	Servicos	6.527		578		2.363		1.367		446	213		
Enel Green Power Participações	(g)	Mangement Fee			5,464		(3.121)				2.343		(2.224)	
Enel Green Power Participações	(g)	Outros Servicos	2.816		171		,		2.611				` -	
Enel Green Power Participações	(a)	Compra de energia	1.177				4.458	-			97	85	(2.197)	
Gás Atacama	(3)	Serviços	_						418		-			
Enel Itália Servizi		Serviços	-		107.107		(45.718)	-			20.892	3.546	(14.092)	-
Enel Prodizione SPA		Serviços			4.627		(21)	-			4.303		(597)	
Enel Trade		Servicos						-			3.851		(1.834)	
Enel Green Power Brasil Participações Ltda.	(g)	Servicos	1.445		5				1.108					
Enel Green Power Boa Vista Eólica S.A.	(g)	Compra/Venda de energia			2.385		(26.147)	-	503		1.601		(8.296)	
Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	(g)	Compra/Venda de energia			2.276		(18.335)	-			1.912		(23.698)	
Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	(g)	Compra/Venda de energia			2.249		(17.655)	-			2.713		(16.308)	
Enel Green Power São Abraão Eólica S.A.	(g)	Compra/Venda de energia	_		2.232		(26.203)		159		1.913		(11.375)	
Emgesa	(9)	Serviços	1.117				227		891				891	
Enel X S.r.I		Serviços	582		9.746		(7.929)		582		1.817		(1.194)	
Enel Global Infrastricture and Network	(k)	Serviços	123		123,749		(62,290)				61.335		(57.308)	
Enel SPA	(d)	Management fee	963		149.839		(44,764)		633		104.777		(2.490)	
Enel SPA	(-)	Serviços Expatriados	155				155		109		-		106	
Enel Itália Servizi		Expatriados	-		5.075		(517)				950		(950)	
Enel Itália Servizi		Serviços tecnologia ICT			640		()				680		()	
Enel Prodizione SPA		Management fee			5.729		(5,253)				477		(445)	
Endesa Costanera S.A.		Servicos					(0.200)				163		()	
Enel Green Power Paranapanema	(g)	Compra/Venda de energia			164						164			
Enel Global Infrastricture and Network	(9)	Expatriados	59		2.824		(2.419)				335		(335)	
Enel Finance International N.V.	(h)	Mútuo					(504.512)				10.280.068		(160.069)	
Enel Global Thermal Generation	(,	Management fee			3.037		(694)				2.343		(2.189)	
Enel Américas		Expatriados	_		53		(53)						(=)	
Codensa S.A. ESP		Serviços			5		(5)				_			
Codensa S.A. ESP		Expatriados			71		(71)				_			
Enel MAP		Expatriados			319		(7)				-			
Isamu Ikeda Energia S.A		Compra/Venda de energia					13				_			
Enel Green Power Zeus II - Delfina 8 S.A.		Compra/Venda de energia			16.723		(16,723)				_			
Edistribución Redes Digitales, S.L.		Serviços			93		(93)				_			
Enel Iberia SRL		Serviços			43		(/				_			
Endesa S.A.		Serviços			655		(372)							
Endesa S.A.		Expatriados			596		(596)							
Enel Global Thermal Generation		Expatriados	269		330		269							
Total partes relacionadas			23.906	43.333	556.995	2.306.690	(1.210.510)	1.647	20.575	62.851	11.439.753	1.365.129	(947,777)	1.251
Total plano de pensão		Plano de pensão	20.300		(2.284)	(557.995)	34.552	(1.647)		02.031		(432.352)	(24.977)	(1.251)
Total		pro	23.906	43.333	554.711	1.748.695	(1.175.958)	-	20.575	62.851	11.439.753	932.777	(972.754)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Obrigações com plano de pensão

a.1) Plano de Pensão - FAELCE

A controlada Enel Distribuição Ceará, como mantenedora da FAELCE, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira da FAELCE e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como "Benefício Definido" e "Contribuição Definida". Para maiores detalhes, vide nota 35.

a.2) Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS

A controlada Enel Distribuição Rio, como mantenedora da Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira dessa entidade e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da controlada Enel Distribuição Rio, classificados como PCA (Plano de Complementação de Aposentadoria) e PACV (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável). Para maiores detalhes, vide nota 35.

a.3) ELETRA

Plano de previdência Eletra refere-se ao saldo de instrumentos particulares de consolidação e parcelamento de débito referente à dotação especial para o plano misto de aposentadorias e pensão da ELETRA e refinanciamento de saldo devedor de outros débitos. Ocorreu um aditivo ao termo de parcelamento, o qual será amortizado em 181 parcelas mensais a partir de 25 de agosto de 2005 e as atualizações com base nas variações acumuladas do INPC e juros de 6% a.a.

b) CTM e TESA

Os mútuos com a CTM e TESA são em dólares norte-americanos e possuem encargos financeiros indexados à taxa Libor, com spread médio de 4,00% a.a..

c) <u>CEMSA - Comercializadora del Mercosur S.A. e Enel Costan</u>era S.A.

O saldo a pagar à CEMSA e Costanera no montante de R\$ 41.644 em 31 de dezembro de 2019 (R\$56.939 em 2018) originou-se em virtude da compra de energia para revenda no mercado brasileiro em anos anteriores. Os saldos são atualizados, em uma base mensal, incluindo as variações cambiais, uma vez que o contrato foi firmado em dólares norte-americanos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Enel S.p.A.

A Companhia mantém contrato com a Enel S.p.A. referente a prestações de serviços relativos à tecnologia, serviços estruturais e de disponibilização de recursos humanos.

e) Enel Américas

Mútuos captados com a investidora Enel Américas objetivando a captação de recursos para alavancagem financeira das investidas no Brasil, bem como para aquisição da controlada Enel Distribuição Goiás.

f) Enel Distribuição Rio:

A Companhia possui empréstimos com a sua controlada Enel Distribuição Rio devido à necessidade de capital de giro da controlada Enel Distribuição Rio. Esses empréstimos foram renovados em 2019 e são indexados pela variação do CDI, acrescidos de juros de 0,57% a.a. e 0,7% a.a..

g) Grupo Enel Green Power ("EGPs"):

Os saldos incorridos estão substancialmente relacionados com as receitas/despesas de Energia Incentivada entre as empresas do Grupo Enel Green Power e as controladas CGTF e EGP Cachoeira Dourada.

h) Enel Finance International N.V.:

Mútuo captado com a Enel Finance International N.V. devido à necessidade de capital de giro.

i) Nuxer:

Mútuo captado pela Nuxer Trading S.A. devido à necessidade de capital de giro da controlada.

i) Enel Sudeste:

Recurso concedido para então controlada direta Enel Sudeste com a finalidade de honrar seus compromissos de curto prazo devido a necessidade de capital.

k) Enel Global Infrastructure and Network:

A Companhia mantém contrato com a Enel Global Infrastructure and Network referente a prestações de serviços relativos à tecnologia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 15.256 (R\$ 14.272 em 2018). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho. A remuneração do Conselho de Administração e dos administradores somada às remunerações pelas controladas, no exercício de 2019 foi de R\$ 50.678 (R\$ 57.786 em 2018).

32. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias e ambientais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, regulatórias, ambientais e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

<u>Uso de estimativas</u>: A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas pelo menos trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisões com risco provável

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como provável, sendo dessa forma constituída provisão. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

A controladora apresenta a seguinte composição e movimentação dos processos judiciais nas esferas trabalhistas, cíveis e fiscais:

_	Controladora							
	Saldo em 31/12/2018	Adições (reversões)	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2019			
Trabalhistas (i)	367	670	92	(54)	1.075			
Cíveis (ii)	7	-	1	-	8			
Fiscais	1.054	(1.054)	-	-	-			
Total	1.428	(384)	93	(54)	1.083			

Enquanto que o Grupo, apresenta a seguinte composição e movimentação dos processos judiciais nas esferas trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórias, ambientais e outras:

Consolidado							
Saldo em	Adições	Atualização			Saldo em		
31/12/2018	(reversões)	monetária	Pagamentos	Reclassificações	31/12/2019		
964.428	(2.898)	61.677	(95.148)	1.268	929.327		
980.005	156.255	73.977	(181.770)	-	1.028.467		
610.463	7.919	9.321	(320)	(1.268)	626.115		
399.163	73.091	14.054	(21.052)	-	465.256		
8.811	859	2.239	(2.349)	-	9.560		
1.600.581	-	38.644	-	(1.639.225)	-		
1.140.154	(127.187)	71.909	(160.831)	-	924.045		
10.701	2.067	-	(1.951)	-	10.817		
5.714.306	110.106	271.821	(463.421)	(1.639.225)	3.993.587		
	964.428 980.005 610.463 399.163 8.811 1.600.581 1.140.154 10.701	31/12/2018 (reversões) 964.428 (2.898) 980.005 156.255 610.463 7.919 399.163 73.091 8.811 859 1.600.581 - 1.140.154 (127.187) 10.701 2.067	Saldo em Adições (reversões) Atualização monetária 964.428 (2.898) 61.677 980.005 156.255 73.977 610.463 7.919 9.321 399.163 73.091 14.054 8.811 859 2.239 1.600.581 - 38.644 1.140.154 (127.187) 71.909 10.701 2.067 -	Saldo em 31/12/2018 Adições (reversões) Atualização monetária Pagamentos 964.428 (2.898) 61.677 (95.148) 980.005 156.255 73.977 (181.770) 610.463 7.919 9.321 (320) 399.163 73.091 14.054 (21.052) 8.811 859 2.239 (2.349) 1.600.581 - 38.644 - 1.140.154 (127.187) 71.909 (160.831) 10.701 2.067 - (1.951)	Saldo em 31/12/2018 Adições (reversões) Atualização monetária Pagamentos Reclassificações 964.428 (2.898) 61.677 (95.148) 1.268 980.005 156.255 73.977 (181.770) - 610.463 7.919 9.321 (320) (1.268) 399.163 73.091 14.054 (21.052) - 8.811 859 2.239 (2.349) - 1.600.581 - 38.644 - (1.639.225) 1.140.154 (127.187) 71.909 (160.831) - 10.701 2.067 - (1.951) -		

Abaixo, é detalhado os processos que compõem cada esfera judicial na qual a Companhia e suas controladas têm processos judiciais cuja probabilidade de perda é provável.

i) Riscos trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros: danos morais, reintegração ao trabalho, equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii) Riscos cíveis

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis relacionados a (i) autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.

iii) Riscos fiscais

A seguir apresentamos os principais riscos fiscais relacionados as controladas:

Controlada Enel Distribuição Rio

Os principais riscos fiscais os quais a Companhia está exposta são:

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 14.150 (R\$13.846 em 31 de dezembro de 2018).

Auto de Infração e Execução Fiscal apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro para cobrança de ICMS, relativos ao período de dezembro de 1996 a março de 1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. Provisões equivalentes a 40% e 20% das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 6.255, valor total do auto de R\$ 15.636, (R\$ 6.136 e R\$ 15.340 em 31 de dezembro de 2018) e de R\$ 548, valor total do auto R\$ 2.738 (R\$536 e R\$2.678 em 31 de dezembro de 2018, respectivamente).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada Enel Distribuição Goiás

Manifestação de Inconformidade em face do Despacho Decisório que não homologou pedido de compensação de crédito a maior de COFINS, referente ao período de março de 2003. A Companhia aguarda decisão da Câmara Superior de Recursos Fiscais. O valor atualizado e provisionado do débito é de R\$ 1.594 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.182 em 31 de dezembro de 2018).

As ações classificadas como risco provável e passíveis de mensuração são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica "Provisões para demandas Judiciais" em contrapartida no resultado. Em ato contínuo, considerando a criação do FUNAC, caso a contingência seja decorrente de fato gerador anterior à data de aquisição do controle acionário da Companhia pela Eletrobras, considerando que o desembolso será ressarcido pelo Fundo, é reconhecido o mesmo valor como créditos especiais.

Controlada Enel Distribuição São Paulo

Os principais riscos fiscais os quais a controlada está exposta são:

<u>PIS/COFINS</u> sobre receitas financeiras: A Companhia discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras. Foram proferidas decisões desfavoráveis em 1ª e 2ª instâncias e a Companhia interpôs recursos especial e extraordinário, que permanecem sobrestados até o julgamento de recurso representativo da controvérsia pelo Supremo Tribunal Federal – STF. A decisão proferida pelo STF, será replicada em todos os processos de mesma matéria, no território nacional. Baseado na opinião de seus assessores jurídicos, estima-se que esse processo será concluído até 2022. Para obter a suspensão da exigibilidade do débito, a Companhia deposita mensalmente, em juízo, o valor em discussão.

IRPJ e CSLL sobre juros moratórios: A Companhia discute judicialmente a incidência de IRPJ e CSLL sobre receitas auferidas a título de juros moratórios, em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros. Em março de 2012 foi proferida decisão favorável em 1ª instância e aguarda-se julgamento em 2ª instância do recurso apresentado pela Fazenda Nacional. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima-se que esse processo será concluído nos próximos 5 anos. Os débitos em discussão estão suspenso, em razão de liminar concedida pelo Juiz de 1ª instância.

<u>Outros processos fiscais</u>: Processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destacam os casos de IPTU e taxas, principalmente de fiscalização e funcionamento de estabelecimentos. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

iv) Riscos regulatórios

Controladas Enel Distribuição Rio

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão.

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

A ANEEL enviou no dia 21 de junho de 2019 o Certificado de Descumprimento Parcial do Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta – TAC n° 028/2016. O compromisso solicitado pela Companhia foi emitido em substituição à penalidade de multa aplicada por meio do Auto de Infração nº 101/2014-SFE, oriunda de Fiscalização de Qualidade Técnica realizada em 2014 de valor nominal de R\$ 17.884. Pelo TAC assinado, a Companhia se comprometia a investir o valor de R\$ 21.461 visando, dentre outros compromissos, a melhoria dos indicadores de qualidade de determinados conjuntos elétricos.

Para verificação do cumprimento do TAC, a ANEEL fiscalizou in loco no período entre 4 e 8 de junho de 2018, tendo como resultado o registro de 5 Não Conformidades. Após manifestação da Companhia, foi mantida pela ANEEL apenas uma não conformidade, que gerou multa de R\$ 7.388.

Destaca-se que, pela natureza do acordo firmado, não cabe recurso administrativo para o certificado de descumprimento. Desta forma o pagamento ocorreu, conforme prazo determinado, em 03 de julho de 2019.

Controlada Enel Distribuição Ceará

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa nº 846/2019 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão e tem como base de cálculo para aplicação da multa o valor da receita Operacional Líquida – Rol correspondente aos 12 (doze) meses anteriores à lavratura do Auto de infração – Al.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada Enel Distribuição São Paulo

A Companhia possui 08 autos de infração (06 em 31 de dezembro de 2018) relacionados a supostas não conformidades, sendo 4 em relação a apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos, 1 em relação ao cumprimento de determinações no processo nível de tensão, 1 em relação a qualidade de atendimento ao consumidor, 1 relacionado a uma ocorrência na linha de transmissão existente entre a Subestação Sul e Subestação Bandeirantes e 1 relacionado a crédito de liquidação duvidosa (PCLD) contra o poder público. Desses, 05 estão sendo discutidos no âmbito administrativo junto à ANEEL, e 03 no âmbito judicial.

v) Contingências ambientais

Controlada Enel Distribuição São Paulo

Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Dentre esses processos, destacam-se as demandas relacionadas a solo e água subterrânea as quais, em sua maioria, encontram-se em fase de monitoramento para encerramento perante os órgãos ambientais, tais como as Estações transformadoras de distribuição e alguns imóveis, bem como o processo judicial Represa de Guarapiranga descrito a seguir:

Represa Guarapiranga: Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as rés, solidariamente, ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer: (i) regularização de construções em áreas denominadas de "segunda categoria" e, (ii) demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com o plantio de árvores em lugares determinados em perícia. A decisão determina ainda o pagamento de indenização ou, alternativamente, a implantação de um projeto ambiental. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à 1ª instância e teve início a execução. A Companhia segue em tratativas com o Ministério Público, a Secretaria do Meio Ambiente – SMA e o Departamento de Parques e Áreas Verdes para a implementação de um projeto ambiental (restauração ecológica) nos Parques Municipais Jaceguava e Itaim.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Acordo Eletrobras

Controlada Enel Distribuição São Paulo

Em 9 de março de 2018, a controlada celebrou acordo com a Eletrobras e seus advogados visando encerrar disputa judicial que envolve a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP") e a Companhia, relativa ao saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal (ECF-1.046/1986), que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Companhia e a CTEEP atuais. Em 25 de abril e 10 de junho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado do acordo com a Eletrobras e com os advogados, restando atendidas todas as condições para início dos pagamentos.

a.1) Controlada Enel Distribuição São Paulo - Aplicação CPC 15

Com a aquisição da controlada Enel Distribuição São Paulo no exercício de 2018 e consequente aplicação do CPC 15 — Combinação de Negócios, foram avaliadas e identificados passivos contingentes que cumpriam com os requisitos da norma para registro no balanço, uma vez que uma contingencia adquirida em uma combinação de negócios é reconhecida na contabilidade se for uma obrigação presente e seu valor justo puder ser mensurado de maneira confiável, isto porque cumpre a definição de um passivo. Dessa forma apresentaremos a seguir os casos e andamento dos processos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Riscos trabalhistas

Ação civil pública – Terceirização: Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho - MPT em 25 de novembro de 2016, pleiteando ordem liminar para que a controlada Enel Distribuição São Paulo, no prazo de 180 dias, sob pena de multa diária de R\$ 50 para cada obrigação não cumprida: (i) se abstenha de efetuar terceirização de atividade-fim e/ou de qualquer atividade em que exerça subordinação direta aos seus terceirizados, (ii) internalize os terceirizados que atuem na atividade-fim e/ou em qualquer atividade que a Companhia exerça subordinação, (iii) garanta tratamento isonômico aos terceirizados em relação aos colaboradores da controlada Enel Distribuição São Paulo (enquadramento sindical, remuneração e benefícios) e, ao final da ação, também seja condenada (iv) a indenizar no valor de R\$ 120.000 (R\$ 20.000 de dumping social e R\$ 100.000 de danos morais coletivos).

Em 05 de abril de 2019 foi publicada sentença de mérito, julgando a ação procedente em parte em 1ª. Instância. A decisão validou os procedimentos da terceirização aplicados pela controlada Enel Distribuição São Paulo diante da ausência de subordinação e pessoalidade em face dos terceiros bem como fiscalização relacionada à segurança do trabalho, afastando com isso a existência de fraude à terceirização ou vínculo direto com a controlada Enel Distribuição São Paulo. No entanto, reconheceu a equiparação de direitos quanto a remuneração e benefícios entre os empregados das contratadas e os empregados da controlada Enel Distribuição São Paulo, no prazo de 120 dias, sob pena de multa mensal de R\$ 1.000, bem como condenou a Companhia ao pagamento de R\$ 5.000 por danos morais coletivos. A controlada Enel Distribuição São Paulo ingressou com 1º recurso e definiu-se o início da obrigação de fazer, bem como alterou o prazo para a legalização dos benefícios para 180 dias após o trânsito em julgado. Em 15 de outubro de 2019 foi publicada decisão mantendo os termos da sentença. A controlada Enel Distribuição São Paulo interporá recurso no Tribunal Regional do Trabalho.

Os advogados que patrocinam a controlada Enel Distribuição São Paulo na ação mantêm a avaliação de risco do processo como possível para o desembolso do montante de R\$ 5.000 por danos morais coletivos e no tocante aos valores da equiparação de direitos entre os empregados das contratadas e os empregados da controlada Enel Distribuição São Paulo o montante é considerado inestimável em razão da fundamentação fornecida na referida sentença.

Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) – execuções fiscais: Três execuções fiscais promovidas pelo INSS contra a controlada Enel Distribuição São Paulo que versam sobre incidência de contribuição previdenciária sobre diferentes verbas de cunho não remuneratório. As três ações tiveram decisão desfavorável para Companhia, estando pendentes de julgamento de recursos no Tribunal, e estão garantidas por depósito judicial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Riscos fiscais

PIS – Estatuto da decadência: Trata-se de Execução Fiscal ajuizada em maio de 2008, a fim de cobrar supostos débitos de PIS, decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP nº 1.407/1996. Em junho de 2008, a controlada Enel Distribuição São Paulo opôs Embargos à Execução, no qual se discute: (i) a necessidade de lançamento, que não foi realizado pelo Fisco; (ii) que apenas tributos declarados em DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) como devidos são passíveis de inscrição direta em dívida ativa; e (iii) a decadência do direito da União Federal. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à controlada Enel Distribuição São Paulo e aguarda-se os julgamentos dos recursos por ela apresentados pelo STJ e STF. Após decisão desfavorável em 2ª instâncias, em junho de 2019, a Companhia teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro.

Autos de infração de ICMS – estornos de débitos: A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a controlada Enel Distribuição São Paulo em razão de supostas irregularidades cometidas em estornos de débitos de ICMS, oriundos, por exemplo, de revisões de faturas emitidas aos clientes. Para os diversos processos dessa natureza, nas esferas - judicial e administrativa-, a controlada Enel Distribuição São Paulo baseia sua defesa nos seguintes argumentos: (i) decadência parcial (período de janeiro a março de 2010); (ii) direito ao crédito de ICMS decorrente do estorno de débito nas notas de energia elétrica emitidas aos consumidores; (iii) cobrança em duplicidade do imposto – mesmo estorno glosado mais de uma vez pelo Fisco; (iv) apropriação do crédito fora do mês de competência não autoriza a glosa dos estornos apropriados; (v) juntada das notas fiscais substitutas que comprovam a correção do procedimento adotado. Em relação aos processos que já estão no judiciário, a Companhia obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia.

PIS Compensações Decretos (Créditos Remanescentes): Em agosto de 2014, a controlada Enel Distribuição São Paulo foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas realizadas entre créditos remanescentes de PIS recolhidos a maior com base nos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e 2.449/1988, e débitos de PIS e COFINS relativos ao período compreendido entre abril e maio de 2013. Em setembro de 2014 foi apresentada defesa administrativa. Em janeiro de 2019 foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável à controlada Enel Distribuição São Paulo. Com relação a referida decisão de 1ª instancia e no que se refere a parte desfavorável, em fevereiro de 2019, a controlada Enel Distribuição São Paulo apresentou recurso, e aguarda julgamento em 2ª instância administrativa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado: A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a controlada Enel Distribuição São Paulo questionando a apropriação de créditos de ICMS incidente na aquisição de bens destinados ao seu ativo imobilizado. Existem diversos processos dessa natureza nas esferas judicial e administrativa, e a defesa da controlada Enel Distribuição São Paulo está baseada em: (i) decadência parcial do crédito tributário e (ii) legitimidade dos créditos de ICMS apropriados em relação aos bens adquiridos pela companhia para a instalação, ampliação e substituição das redes de distribuição de energia elétrica, pois integram o seu ativo imobilizado, são intrinsecamente vinculados à atividade de fornecimento de energia elétrica, sujeita à incidência do ICMS e, submetem-se a rígido controle contábil apto a segregar com segurança as mercadorias destinadas à instalação, ampliação e substituição das linhas de distribuição de energia (alegação de legitimidade é suportada por laudos técnicos elaborados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - "IPT"). Em relação ao processo que já está no judiciário, a Companhia obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia.

Riscos cíveis

Riscos cíveis diversos: A controlada Enel Distribuição São Paulo está envolvida em processos cíveis relacionados a (i) autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Riscos Regulatórios

Ação Anulatória – Al 122/2012 – Base de Remuneração Regulatória (BRR): Em agosto de 2015 foi ajuizada pela controlada Enel Distribuição São Paulo, ação anulatória contra a ANEEL, requerendo provimento judicial que declare a ilegalidade do despacho ANEEL que manteve certas não conformidades e, por conseguinte, a anulação da multa imposta. Decisão de primeira instancia desfavorável à controlada Enel Distribuição São Paulo em julho de 2017. Atualmente aguarda-se julgamento do recurso de apelação apresentado em junho de 2018.

Autos de Infração - Indicadores de continuidade: A controlada Enel Distribuição São Paulo possui autos de infração emitidos em virtude de supostas não conformidades em relação à apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos, conforme demonstrado a seguir:

Auto de infração	Data do recebimento	Natureza	Última decisão
Nº 014/2015	Setembro de 2015	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2014)	Outubro de 2019 - Desfavorável - 1ª Instância
Nº 001/2016	Janeiro de 2016	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2013)	Aguardando decisão
Nº 063/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2012)	Outubro de 2018 - Favorável (parcialmente) - 1ª Instância
Nº 064/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2015)	Novembro de 2018 - Favorável (parcialmente) - 1ª Instância

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contingências com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de aproximadamente R\$13.587.948 em 31 de dezembro de 2019 (R\$12.767.691 em 31 de dezembro de 2018).

Riscos trabalhistas

As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de danos morais, reintegração ao trabalho, equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros. Destacamos a seguir os principais riscos das controladas:

Controlada Enel Distribuição São Paulo

Recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço: Em novembro de 1998 foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações relativas à suposta falta de recolhimento de FGTS durante o período de janeiro de 1993 a setembro de 1998. A exigência fiscal integralmente foi mantida na esfera administrativa, e nesse caso a Companhia mantém contratado seguro garantia.

Ações de periculosidade – Sede Barueri: Foram ajuizadas, no dia 5 de dezembro de 2016, 5 ações coletivas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo visando o pagamento de adicional de periculosidade para colaboradores da Companhia lotados na Sede Administrativa de Barueri no período em que um moto-gerador esteve instalado no topo do edifício (entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2016). Caso sobrevenham eventuais decisões finais desfavoráveis nas ações acima mencionadas, a Companhia poderá ter que desembolsar o valor estimado atualizado para 31 de dezembro de 2019 de R\$ 119.652 (R\$ 109.611 em 31 de dezembro de 2018), o qual, dado o atual andamento dos processos, representa o cálculo da estimativa de liquidação dos pedidos formulados nas ações.

Contribuição Previdenciária – SAT: Trata-se de processo administrativo decorrente de despacho decisório lavrado pela Receita Federal do Brasil não homologando compensações declaradas no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011 com créditos de contribuição previdenciária apurados entre setembro de 2006 e agosto de 2011. Tais créditos são oriundos da revisão do enquadramento da controlada Enel Distribuição São Paulo nos graus de risco destinados ao antigo Seguro Acidente do Trabalho (SAT), atual Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa e Riscos de Acidente do Trabalho (GIIL-RAT), considerando a atividade preponderante realizada, amparada em Laudos Técnicos de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante a fase administrativa houve decisão final desfavorável. Atualmente, a Companhia discute o assunto em ação judicial específica (Ação Anulatória), tendo sido determinada a suspensão da exigibilidade do débito, visto a apresentação de seguro garantia.

Riscos cíveis

Destacamos a seguir os principais riscos das controladas:

Controlada Enel Distribuição São Paulo

Enquadramento de Consumidores - Ação civil pública: O Ministério Público Federal e a PROTESTE – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor ingressaram em 1º de junho de 2005 com uma Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL requerendo o enquadramento na subclasse baixa renda das unidades consumidoras incluídas nos empreendimentos habitacionais de interesse social. Os autores apresentaram recursos ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, os quais foram julgados improcedentes em 25 de fevereiro de 2019, mantendo os termos da decisão favorável a Companhia em 1º instância, ocorrida em outubro de 2018. O valor envolvido nesta ação não pode ser estimado, uma vez que se trata de Ação Civil Pública e em sendo alterado o teor da decisão que foi favorável à Companhia, os usuários deverão requerer individualmente o cumprimento e os benefícios decorrentes da decisão.

Ação civil pública – contas vencidas – 90 dias: Em 15 de abril de 2005, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou Ação Civil Pública contra a Companhia visando: (i) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias; (ii) à restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram Termos de Confissão de Dívida (TCD's) que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (antigos proprietários, inquilinos ou ocupantes) e; (iii) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela Companhia.

Em setembro de 2015 ocorreu decisão de 2ª instância desfavorável, mantendo a decisão de 1ª instância e determinando a devolução em dobro dos TCDs, tendo a Companhia recorrido contra essa decisão aos Tribunais Superiores em janeiro de 2016. Atualmente a Companhia aguarda o julgamento dos recursos em Brasília.

Execução provisória: Em maio de 2010, o Ministério Público Federal iniciou execução provisória para identificar os clientes abrangidos na discussão. Em outubro de 2018 o Tribunal acolheu recurso do MPF e determinou que a Companhia apresente todos os TCDs, sob pena de multa, sem fixar prazo para cumprimento, determinando que a ANEEL fiscalize. A Companhia recorreu da decisão em julho de 2019.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável nos recursos apresentados, a Companhia poderá desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Revisão tarifária — exclusão de valores — contratos bilaterais: O Ministério Público Federal ingressou em 5 de dezembro de 2003 com Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre a Companhia e a AES Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso em dobro aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. A demanda foi julgada favorável a Companhia em 1ª instância em novembro de 2007. Em março de 2012, foi acolhido o recurso apresentado pelo MPF para determinar que o processo passe por uma perícia, para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da Companhia. A Companhia apresentou recursos em julho de 2012 aos Tribunais Superiores. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da Companhia deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.

Revisão tarifária — inclusão benefício fiscal: O Ministério Público ingressou em 16 de novembro de 2004 com Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando ao reconhecimento e consequente extinção do benefício indevidamente gerado pela contabilização dos benefícios decorrentes do pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária, bem como pretendendo compelir a Companhia a devolver em dobro os valores supostamente cobrados de forma indevida após a revisão tarifária de 2003. Em maio de 2010 a demanda foi julgada favorável em 1ª instância para a Companhia. Aguarda-se julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região do recurso de apelação apresentado pelo Ministério Público Federal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

<u>Uso da faixa de domínio de rodovias</u>: A Companhia é parte em ações judiciais que discutem a onerosidade de sua atuação para a instalação e manutenção de infraestrutura de distribuição de energia em faixas intermediárias e laterais das rodovias. Existem decisões favoráveis e desfavoráveis julgadas em diferentes instâncias, com repercussão geral reconhecida no Recurso Extraordinário nº 581.947 (tema 261), o qual aguarda-se julgamento. Caso sobrevenham decisões finais desfavoráveis, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento dos processos não são passíveis de quantificação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ação civil pública – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC: Em março de 2017, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) ajuizou ação civil pública contra a Companhia, objetivando a (i) devolução em dobro, juros e correção monetária a todos os consumidores que pagaram por serviços atípicos cobrados na fatura de energia elétrica nos últimos 5 anos, sem que houvesse sua respectiva solicitação expressa; e (ii) danos morais coletivos em valor não inferior a R\$ 1.000.

Em março de 2018 a Companhia apresentou recurso ao TJSP contra a decisão desfavorável de primeira instância de janeiro de 2018. Caso sobrevenha decisão final desfavorável não é possível assegurar que a Companhia não tenha que restituir valores adicionais aos já restituídos aos consumidores que, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

<u>Arbitragem Neoenergia</u>: Trata-se de arbitragem proposta pela Neoenergia em face da Companhia perante a Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM com base no Acordo de Investimento celebrado entre a Companhia e a Neoenergia em 16 de abril de 2018. Esse caso é tratado sob confidencialidade, razão pela qual a Companhia limitou-se em divulgar as informações acima descritas.

Controlada Enel CIEN

<u>Engie:</u> A Engie ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento, pela controlada Enel CIEN, do Contrato de Compra e Venda de 300MW de Potência firme e energia associada proveniente da Argentina.

O valor envolvido relaciona-se a multa rescisória de R\$ 117.667, além de penalidades por indisponibilidade de potência cujos valores não podem ser estimados pela Companhia no momento.

Referindo-se a sua última atualização, o processo foi retomado, sendo iniciada a fase de instrução com a realização de perícia, ainda não concluída.

<u>Furnas</u>: Furnas ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento pela controlada Enel CIEN do "Contrato de Potência Firme com Energia Associada", celebrado em 5 de maio de 1998, para aquisição de 700 MW provenientes da Argentina.

O valor envolvido relaciona-se a multa rescisória de R\$ 520.801 e pagamento de ressarcimento e penalidades cujos valores não podem ser estimados pela Companhia no momento.

Referindo-se a sua última atualização o processo foi julgado improcedente em relação a todos os pedidos feitos por Furnas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Riscos fiscais

Controlada Enel Distribuição Ceará

No âmbito fiscal estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda; (vi) imposto em determinadas operações; e (vii) energia adquirida para consumo próprio e (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. Os montantes envolvidos totalizam R\$ 528.164 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 488.364 em 31 de dezembro de 2018).

No âmbito fiscal municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os Municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 46.358 e R\$ 4.519 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 44.657 e R\$ 4.328 em 31 de dezembro de 2018). Há ainda alguns autos de infração lavrados pelos Municípios de Sobral e Caucaia envolvendo a Contribuição de Iluminação Pública. O valor atualizado desses autos em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 7.580.

Em relação aos tributos federais, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL e COFINS que totalizam o valor de R\$ 35.623 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 34.338 em 31 de dezembro de 2018).

Controlada Enel Distribuição Rio

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de *Fixed Rate Notes* (FRN): Auto de infração de 2005 lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Companhia em 1998. Na presente data a Companhia segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 1.300.168 (R\$ 1.271.519 em 31 de dezembro 2018).

<u>COFINS:</u> Execução fiscal originada de auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O STF inadmitiu o recurso da Companhia, a qual apresentou embargos de declaração e posteriormente agravo interno que aguardam julgamento. Valor envolvido neste processo atualizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 169.437 (R\$ 166.068 em 31 de dezembro de 2018).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Temas estaduais: No âmbito estadual, a Companhia discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 335.843 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 270.604 em 31 de dezembro de 2018), que tratam de: (i) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; (ii) compensação de créditos; (iii) saída de bens para reparação; saídas de bens sem a tributação; (iv) comparação entre informes gerenciais, livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores; (v) quebra de diferimento de isentos; (vi) cobranças de ICMS originadas da discussão dos consumidores com o Estado sobre a alíquota aplicável e sobre a incidência do ICMS na demanda contratada de energia; e (vii) multa formal por erro no preenchimento da Declaração Anual para o Índice de Participação dos Municípios ("DECLAN").

<u>Temas municipais:</u> No âmbito municipal, a Companhia discute com os Municípios de Niterói e Rio das Ostras temas referentes à Taxa de Uso de Solo que juntos somam o valor de R\$ 19.147 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 38.709 em 31 de dezembro de 2018). Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, nos montantes de R\$ 12.367 e R\$ 2.314 respectivamente, em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 12.112 e R\$ 2.243 em 31 de dezembro de 2018, respectivamente).

A Companhia discute com o Município de Rio Bonito em execução fiscal cobrança de Contribuição de Iluminação Pública no valor atualizado em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 41.096 (R\$ 39.399 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2019 de R\$ 20.409 (R\$ 15.944 em 31 de dezembro de 2018).

Controlada Enel Distribuição São Paulo

<u>CSLL – base negativa</u>: A Companhia discute judicialmente a aplicação da MP nº 2.158/2001, que determinou que as empresas decorrentes de cisão parcial somente poderiam aproveitar os créditos de base negativa de CSLL na exata proporção do patrimônio líquido da empresa cindida. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões favoráveis à Companhia. Atualmente a Companhia aguarda o julgamento do recurso especial interposto pela Fazenda Nacional no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

<u>Execuções fiscais municipais – diversas</u>: A Companhia possui diversas execuções fiscais ajuizadas pelas municipalidades na área de concessão, em diferentes estágios processuais, em que são exigidos supostos débitos de IPTU, ISS e taxas. A variação dos valores de 2018 para 2019 se deve, principalmente, ao ingresso de novas execuções fiscais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>COFINS – anistia</u>: A Companhia discute judicialmente a adesão ao programa de parcelamento previsto na Lei nº 9.779/1999, para quitar débitos de COFINS, com as reduções de multa e juros. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões favoráveis à Companhia, em relação a possibilidade de adesão ao programa de parcelamento. No que se referem aos encargos legais de 20% sobre os valores dos débitos, em 2ª instância foi proferida decisão pela sua manutenção. A Companhia interpôs recursos especial e extraordinário aos tribunais Superiores, contra a manutenção dos encargos legais, que aguardam julgamento.

<u>COFINS – Multa de ofício</u>: Trata-se de Execução Fiscal visando à cobrança de multa de ofício, relativa à COFINS, no período de abril de 1992 a março de 1993, quitada por meio de programa de parcelamento (anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999). Em junho de 2018, a Companhia opôs Embargos à Execução, julgados improcedentes em 1ª instância, uma vez que o Juiz entendeu que a anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999 não previa descontos para multas de ofício, apenas juros e multa de mora. Em abril de 2019, a Companhia interpôs recurso de apelação, que aguarda julgamento. A multa de ofício não sofre atualização.

<u>Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão</u>: Em 14 de fevereiro de 2005, a Receita Federal do Brasil (RFB) lavrou auto de infração contra a Companhia exigindo o recolhimento de débitos de IRPJ e de CSLL relativo aos anos de 2001 e 2002, em face da dedução de valores pagos a título de previdência suplementar acima da limitação de 20% imposta pela Lei nº 9.532/97. Em abril de 2019, foi proferida sentença favorável em 1ª instância, determinando ao CARF a realização de novo julgamento do recurso administrativo da Companhia. Contra esta decisão, em março de 2019 a Procuradoria da Fazenda interpôs recurso de apelação, o qual aguarda julgamento em 2ª instância.

<u>PIS – Decretos-Lei nº 2.445/1988 e 2.449/1988</u>: Tratam-se de Execuções Fiscais visando à cobrança de débitos federais, decorrentes de compensações feitas pela Companhia, em 2002, em razão de o STF declarar a inconstitucionalidade dos decretos acima. A Fazenda Nacional sustenta que a Companhia aproveitou os créditos antes do trânsito em julgado da decisão favorável e, também, que foram compensados créditos de PIS, com débitos de outros impostos federais. Em Embargos às Execuções, a Companhia sustenta que procedeu às compensações conforme a decisão judicial favorável e que o procedimento adotado foi correto. Essas Execuções Fiscais se encontram em diversos estágios processuais.

<u>Finsocial</u>: Em julho de 2012, a Companhia foi intimada de dois despachos decisórios que homologaram parcialmente as compensações realizadas com créditos de FINSOCIAL. Apesar de tais créditos terem sido reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado, o Fisco questionou o montante compensado em razão dos critérios de atualização utilizados pela Companhia. Em abril de 2013, houve decisão de 1ª instância desfavorável, e a Companhia em maio de 2013, apresentou recurso voluntário, que aguarda julgamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contribuição para o custeio da iluminação pública - COSIP - São Paulo/SP - 2011 a 2015: A Companhia discute judicialmente Autos de Infração lavrados pelo Município de São Paulo. para exigir o recolhimento da contribuição para o custeio da iluminação pública - COSIP, relativa ao período de março de 2011 a dezembro de 2015. Os referidos autos de infração estão baseados em fatos e motivos distintos que, em resumo, são os seguintes: (i) classificação incorreta de unidades consumidoras, (ii) aplicação indevida de isenção e (iii) ausência de pagamento de multa no recolhimento da contribuição em atraso. Em 17 de julho de 2018, foi publicada decisão de primeira instância parcialmente favorável, afastando a cobrança de juros pelo Município de São Paulo/SP em patamar superior à variação da taxa SELIC e mantendo a exigência remanescente. No que se refere à parte mantida da exigência, a Companhia apresentou recurso contra esta decisão em 1º de agosto de 2018. Em 02 de julho de 2019 foi proferida decisão parcialmente favorável à Companhia, confirmando a decisão de 1ª instância. Considerando o reconhecimento da necessidade de produção de provas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo com relação ao valor principal da COSIP, a Companhia entendeu por bem não recorrer da referida decisão na via do Mandado de Segurança e continuar a discussão em uma nova ação judicial que possibilite a produção de provas. A nova ação judicial será proposta tão logo o STF homologue a desistência do Mandado de Segurança.

<u>Multa isolada – PIS Compensações – Créditos remanescentes</u>: Trata-se de processo administrativo oriundo da imposição de multa isolada pela Receita Federal do Brasil (RFB) à Companhia em face da não homologação de compensações efetuadas com créditos de Contribuição ao PIS, decorrentes de recolhimentos indevidos realizados com base nos Decretos-Leis 2445 e 2449/88. Tal multa compreende 50% do valor histórico das compensações que, apesar de não homologadas, encontram-se em discussão na esfera administrativa (caso "PIS Compensações – Créditos remanescentes"). Em 5 de dezembro de 2018, a Companhia foi notificada da imposição da multa e, em 28 de dezembro de 2018, apresentou sua defesa, aguardando desde então o julgamento em primeira instância administrativa.

<u>Autos de infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos</u>: Tratam-se de autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia, visando à cobrança de débitos de contribuição ao PIS e à COFINS, por suposto recolhimento a menor, nos exercícios de 2013 a 2015, decorrentes da glosa de créditos tomados na aquisição de bens e de serviços. Desde julho de 2017, a Companhia contesta administrativamente os lançamentos, que se encontram em diferentes estágios processuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Processos Regulatórios

Controlada Enel Distribuição São Paulo

Devolução tarifária – Base blindada: Em agosto de 2014, a Companhia ingressou com Ação Anulatória objetivando a obtenção de liminar para suspender os efeitos da (i) decisão da diretoria da ANEEL, no processo do Cabo 1271 MVM, que determinou que a Companhia efetuasse a restituição aos seus consumidores da quantia total de R\$ 626.052 (atualizada até novembro de 2013), anulando os efeitos da incorporação das parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (i.e., Cabo), e (ii) das decisões administrativas subsequentes da ANEEL que negaram pedido subsidiário relativo à inclusão de determinados ativos subavaliados em sua base de remuneração para o Reajuste Tarifário Anual de 2014, com a anulação das decisões da ANEEL ao final do processo. Em 9 de setembro de 2014, a Companhia obteve decisão liminar no agravo para que a ANEEL efetuasse o recálculo das tarifas sem o componente financeiro negativo constante nos Despachos ANEEL nº 4.259/2013 e 2.176/2014, a qual encontra-se vigente a despeito dos recursos interpostos pela ANEEL. Em relação ao mérito ainda não houve decisão de 1ª instância. A Companhia ingressou com Ação Anulatória.

Al nº 008/2012 – Ativo imobilizado em serviço: Ação Anulatória ajuizada pela Companhia em agosto de 2016, contra a ANEEL, pretendendo a anulação do Auto de Infração nº 008/2012, no qual a ANEEL penalizou a Companhia em razão de supostas inadequações formais de certos registros contábeis que, na visão da Companhia, não geraram nenhuma consequência prática negativa para as tarifas nem para o serviço prestado pela Companhia. Em maio de 2019 ocorreu decisão em 1ª instância desfavorável, da qual a Companhia irá recorrer.

<u>Autuações PCLD – Provisão para créditos de liquidação duvidosa</u>: Em 5 de abril de 2001 foi lavrado o auto de infração AI 027/TN0336/1 pela ANEEL em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD – provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em agosto de 2013 a Companhia obteve decisão favorável, revertendo a decisão desfavorável em 1º instância ocorrida em fevereiro de 2002. Atualmente a Companhia aguarda a decisão dos recursos apresentados pela ANEEL nas instâncias superiores. Em abril de 2001 foi lavrado o auto de infração AI 027/TN0336/1 pela ANEEL em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD – provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Depósitos judiciais

O Grupo possui alguns depósitos vinculados às ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	Control	ladora	Consolidado			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		
Trabalhistas	1.637	396	605.720	502.641		
Cíveis	9	3	138.905	145.208		
Físcais	-	-	575.139	365.327		
Total	1.646	399	1.319.764	1.013.176		

O aumento observado nos depósitos judiciais no exercício de 2019 refere-se, principalmente, a execução fiscal ajuizada em maio de 2008, a fim de cobrar supostos débitos de PIS, decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP nº 1.407/1996. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à controlada Enel Distribuição São Paulo e aguardase os julgamentos dos recursos por ela apresentados pelo Supremo Tribunal de Justiça – STJ e pelo Supremo Tribunal Federal – STF. Após decisão desfavorável em 2ª instância, em junho de 2019, a Companhia teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro, no montante de R\$ 240.227. As demais variações do exercício referem-se a depósitos vinculados às ações judiciais trabalhistas, cíveis e fiscais de R\$ 1.247 na Controladora e R\$ 65.615 nas demais controladas, sendo: R\$ 29.284 na Enel Distribuição São Paulo, R\$ 17.378 na Enel Distribuição Goiás, R\$ 11.697 na Enel Distribuição Rio, R\$ 6.191 na Enel Distribuição Ceará, R\$ 544 na EGP Cachoeira Dourada, R\$ 11 na CGTF e R\$ 10 na Enel CIEN.

33. Patrimônio líquido

a) Capital social

As ações subscritas e integralizadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está sendo representada por 549.197.650 unidades de ações ordinárias sem valor nominal.

A distribuição da participação dos acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

_	31/12/2019								
Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	% de participação no capital							
Enel Américas	544.579.352	99,16%							
Ações em Tesouraria	4.618.298	0,84%							
Total	549.197.650	100,00%							

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

c) Reforço de capital de giro

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o lucro remanescente após distribuição de dividendos será destinado a formação da reserva de reforço para capital de giro, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, conforme proposta do Conselho de Administração. O montante total de reforço de capital de giro não poderá exceder o valor do capital social subscrito.

Conforme apresentado no tópico abaixo, em 31 de dezembro de 2019 a Companhia destinou o valor de R\$ 817.041 (R\$ 1.232.233 em 2018) para constituição da reserva de reforço de capital de giro.

d) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo para os dividendos relativos ao exercício de 2019 está assim composta:

31/12/2019
3.181.550
24.867
423
(160.321)
3.046.519
(761.630)
2.284.889
(1.467.848)
817.041

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Reserva de capital

Em 2005, os acionistas aumentaram o capital da Companhia através do aporte dos investimentos nas atuais controladas. Esses aumentos de capital foram segregados em capital integralizado e reserva de capital - Ágio pelo valor que excedia o valor atribuído ao capital.

f) Outros resultados abrangentes

f.1) Outros resultados abrangentes - ganhos e perdas atuariais

Em conformidade com o CPC 33 (R1) que determina que os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu o saldo líquido de perdas atuariais na rubrica de outros resultados abrangentes no valor de R\$ 1.467.848 (R\$ 383.600 em 2018).

f.2) Outros resultados abrangentes - efeitos de variação cambial sobre controladas no exterior

Em conformidade como CPC 02 (R2) que determina que os efeitos de variações cambiais sobre investimentos no exterior sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes, a Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a perda de R\$ 117.523 (R\$ 90.934 em 2018) decorrente da conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior (vide nota 2.3), Compañia de Transmisión Del Mercosul S.A. - CTM e Transportadora de Energía S.A. - TESA.

f.3) Outros resultados abrangentes - ganho e perdas sobre hedge de fluxo de caixa

Em conformidade com o CPC 48 que determina que a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa devem ser reconhecidas diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes, a Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro 2019 o ganho de R\$ 70.109 (perda de R\$ 4.177 em 2018) na rubrica de outros resultados abrangentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

34. Compromissos

Os principais compromissos do Grupo relacionados a contratos de longo prazo, são demonstrados a seguir:

	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
Enel Distribuição Ceará	3.073.484	3.233.649	3.365.821	3.556.924	50.141.391	63.371.269
Enel Distribuição Rio	2.414.839	2.537.620	2.574.990	2.807.737	51.113.294	61.448.480
Enel Distribuição Goiás	2.955.454	3.163.417	3.338.625	3.504.460	69.061.333	82.023.289
Enel Distribuição São Paulo	7.538.078	7.711.129	7.941.194	8.515.154	128.598.198	160.303.753
EGP Cachoeira Dourada	1.476.854	1.808.454	1.615.391	1.389.691	1.093.342	7.383.732
CGTF	1.207.821	1.198.011	1.211.461	1.256.120	111.497	4.984.910
Total	18.666.530	19.652.280	20.047.482	21.030.086	300.119.055	379.515.433

35. Obrigações com benefícios pós-emprego (Consolidado)

Controlada Enel Distribuição Rio

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 463.222 (R\$ 429.975 em 31 de dezembro de 2018), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*Funding*). Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão inclusos os contratos de dívida atuariais que a controlada Enel Distribuição Rio assinou junto a Brasiletros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente.

A controlada Enel Distribuição Rio é patrocinadora de dois planos de previdência privada (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA e Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV) que são administrados pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros, entidade fechada de previdência complementar constituída na forma da legislação pertinente, de caráter não econômico e sem fins lucrativos. O PCA, estruturado na modalidade de benefício definido, consiste em complementar aos seus participantes o benefício pago pela previdência oficial. O PACV, estruturado na modalidade de contribuição variável, tem por objetivo conceder benefícios com base no saldo acumulado pelo participante e patrocinadora.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características dos planos administrados pela controlada Enel Distribuição Rio seguem relacionadas:

a) Plano de complementação de aposentadoria - PCA (Benefício Definido)

O custeio do plano é revisado anualmente em razão do resultado da avaliação atuarial preparados pela Brasiletros a fim de estabelecer o nível de contribuição necessário à constituição das reservas, fundos e provisões para garantia das obrigações do plano.

<u>Patrocinadora</u> - contribui com 3,02% da folha de salários para cobertura dos benefícios acrescido de parcela mensal correspondente a R\$ 206 para cobertura das despesas administrativas;

<u>Participantes ativos</u> - contribuição com base em percentuais cumulativos, que variam de 1,75% a 10%, em função da faixa salarial e teto da previdência social, acrescido de contribuição fixa de 1,10% sobre o salário;

<u>Participantes assistidos</u> - contribuição com base em percentuais cumulativos, variando de 1,75% a 10%, em função do valor complemento de aposentados da faixa salarial e teto da previdência social.

Em 31 de dezembro de 2001, a controlada Enel Distribuição Rio reconheceu o déficit atuarial no montante de R\$ 118.221 de acordo com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002 junto à Brasiletros, onde ficou estabelecido o prazo de 20 anos para amortização, com carência de 2 anos e meio e reajuste do saldo devedor em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais anuais. Para a posição de 31 de dezembro de 2019, o valor atualizado desse compromisso é de R\$ 79.393 de acordo avaliação atuarial preparada pela Brasiletros.

b) Plano de aposentadoria de contribuição variável - PACV (Contribuição Definida)

<u>Patrocinadora</u> - contribuição média de 6,55% da folha de salários dos participantes ativos não elegíveis ao recebimento do benefício pleno oferecido pelo plano, dos quais 4,88% são destinados à cobertura dos benefícios e 1,67% destinados à cobertura das despesas administrativas.

<u>Participantes ativos</u> - contribuição a partir de 2% do salário, conforme previsão regulamentar, sendo o percentual médio de contribuição observado a partir da população ativa equivalente a 5,10% da folha de salários dos participantes ativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A controlada Enel Distribuição Rio firmou dois contratos de dívida junto à Brasiletros nos anos de 2012 e 2013, nos montantes de R\$ 3.498 e R\$ 9.861, respectivamente, para compensar o acréscimo das provisões matemáticas dos participantes que se encontravam na condição de ativo no plano em 31 de dezembro de 2006 em função da alteração da hipótese de crescimento real dos benefícios de -1,5% para 0% a.a. que refletiu na redução da expectativa de recebimento do benefício vitalício.

Em função da situação deficitária registrada no plano em 2014 e a necessidade de restabelecer seu equilíbrio, a controlada Enel Distribuição Rio assumiu integralmente as obrigações decorrentes do resultado apurado no montante de R\$ 47.684 que foi objeto de contrato de confissão de dívida assinado em 30 de janeiro de 2015, com prazo de amortização de 15 anos e cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor será revisto ao final de cada ano, em função dos ganhos e perdas observados nas avaliações atuariais.

Atualmente, os saldos dos contratos de confissão de dívida assumidos pela a controlada Enel Distribuição Rio com o PACV totaliza a quantia de R\$ 64.401, de acordo com avaliação atuarial preparada pela Brasiletros.

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)

A controlada Enel Distribuição Rio tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da controlada Enel Distribuição Rio até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela controlada Enel Distribuição Rio e pelo usuário.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

A controlada Enel Distribuição Rio mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Terão direito ao benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na controlada Enel Distribuição Rio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada Enel Distribuição Ceará

A controlada Enel Distribuição Ceará é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela controlada Enel Distribuição Ceará têm as seguintes principais características:

a) Plano de Contribuição Definida (CD)

A controlada Enel Distribuição Ceará contribui mensalmente na mesma proporção do participante. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas "em cascata".

b) Plano de Benefício Definido (BD)

Tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a controlada Enel Distribuição Ceará contribui mensalmente com a taxa de 4,40% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdenciária da referida entidade.

Os benefícios do plano compreendem:

• Complementação de aposentadoria por invalidez, tempo de contribuição, idade, aposentadoria especial, auxilio reclusão, pensão por morte e abono anual.

c) Plano de assistência médica

O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade da controlada Enel Distribuição Ceará. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agencia Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:

- Ativos o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano é parcialmente coberto pela controlada Enel Distribuição Ceará, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei no 9.656/1998;
- Aposentados Lei no 9.656/1998 grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei no 9.656/1998. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano;
- Aposentados Especiais grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela controlada Enel Distribuição Ceará (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Atualmente os planos BD e CD apresentaram um superávit atuarial total de R\$ 200.251 em 31 de dezembro de 2019.

Os planos de assistência médica e FGTS para dezembro de 2019 apresentaram um passivo total de R\$ 97.057 (R\$ 114.479 em 31 de dezembro de 2018) atestado por avaliação independente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada Enel Distribuição Goiás

A controlada Enel Distribuição Goiás é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela FUNDAÇÃO CELG DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA - ELETRA, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela controlada Enel Distribuição Goiás têm as seguintes principais características:

a) Definição dos tipos de benefícios

A controlada Enel Distribuição Goiás, através da ELETRA, oferece aos seus empregados dois planos de benefícios, sendo o primeiro instituído originalmente na modalidade de Benefício Definido - BD (em fase de extinção) e outro, denominado Plano Misto de Benefícios, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de Contribuição Definida - CD, durante o período de acumulação e de Benefício Definido na fase de pagamento.

A controlada Enel Distribuição Goiás tem responsabilidade no plano original de Benefício Definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No Plano Misto, a responsabilidade da controlada Enel Distribuição Goiás, na fase de acumulação, é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a controlada Enel Distribuição Goiás assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência.

b) Cobertura do déficit técnico

Para cobertura do déficit técnico relativo ao Plano de Benefício Definido, apurado até 31 de agosto de 2000, a controlada Enel Distribuição Goiás celebrou instrumento de consolidação e parcelamento de débitos, sendo o saldo a pagar registrado no exigível da controlada Enel Distribuição Goiás.

c) Descrição do plano de benefício definido

Os benefícios deste plano, são concedidos a partir do SRB – Salário Real de Benefício, regulamentado e calculado com limites sobre a remuneração vigente do empregado na data da concessão e estão relacionados essencialmente à suplementação de aposentadoria.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Descrição do Plano Misto de Benefícios

O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos e pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários.

Os benefícios do plano estão relacionados essencialmente à suplementação de aposentadoria.

e) Custo do Patrocinador

Política adotada para reconhecimento de perdas e ganhos atuariais:

De acordo com a divulgação dos resultados atuariais, efetuado por consultoria especializada, com base no CPC 33 (R1), o déficit atuarial apurado encontra-se suportado pelo contrato de confissão de dívidas firmado junto à ELETRA.

Plano de assistência saúde

A controlada Enel Distribuição Goiás é uma das mantenedoras da caixa de assistência à saúde dos empregados da Enel Distribuição Goiás – Vivacom, fundada em 1986, que opera plano privado de assistência à saúde classificada como autogestão, conforme art. 4º c/c art. 12, II da RN nº 137/2006, registrado junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o número 361461, como plano coletivo empresarial.

O Plano Básico de Assistência à Saúde dos Empregados da controlada Enel Distribuição Goiás, destina-se aos empregados ativos, inativos (aposentados) e pensionistas, bem como seus dependentes. A manutenção dos ex-empregados (aposentados) e pensionistas no Plano Básico de Assistência à Saúde é mediante ao pagamento da mensalidade integral, sem a participação da controlada Enel Distribuição Goiás, ou seja, são auto patrocinados.

De acordo com o laudo atuarial, o valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e custo do serviço passado, foram medidos utilizando o método de crédito unitário projetado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controlada Enel Distribuição São Paulo

A controlada Enel Distribuição São Paulo patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. Está previsto em seu acordo coletivo o programa de incentivo à aposentadoria (PIA), cujo benefício é o pagamento da multa do FGTS na aposentadoria para os colaboradores elegíveis que aderirem ao programa.

As principais premissas utilizadas pela controlada Enel Distribuição São Paulo estão descritas a seguir:

Taxa de desconto

A taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego considera os títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com vencimento correspondente a duração da obrigação dos benefícios pós-emprego.

Tábua de mortalidade

A tábua de mortalidade se baseia em estudos de expectativa de vida da população de acordo com cada faixa etária e as condições sócio-econômicas do grupo analisado. A FUNCESP testa, anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

Aumento salarial, benefícios e inflação

Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a controlada Enel Distribuição São Paulo faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Taxa esperada de retorno de ativos

A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

Ao final do exercício de 2019, a controlada Enel Distribuição São Paulo procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. A avaliação atuarial adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão

A FUNCESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela controlada Enel Distribuição São Paulo. A controlada Enel Distribuição São Paulo, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

O custeio do plano reformulado para as parcelas de benefício definido é paritário entre a controlada Enel Distribuição São Paulo e os empregados. As taxas de custeio variam de 1,45% a 4,22%, conforme a faixa salarial, e são reavaliadas anualmente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da controlada Enel Distribuição São Paulo até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração de contribuição.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao novo modelo implantado na privatização da controlada Enel Distribuição São Paulo. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano misto de suplementação. O benefício é pago a partir da data em que o participante completa as carências mínimas previstas no regulamento do plano em vigor.

Em 2 de maio de 2019 (com vigência a partir de 1ª de junho de 2019) foi aprovado o fechamento do plano Benefício Definido e Contribuição Variável para entrada de novos participantes, porém os que já são participantes continuam com as mesmas condições anteriores. Em contrapartida, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC) abertura de novo plano de Contribuição Definida para adesão dos novos colaboradores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contratos com a FUNCESP

A controlada Enel Distribuição São Paulo com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a FUNCESP a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes.

O contrato de confissão de dívida, assinado em 30 de setembro de 1997, e aditado pela quinta vez em 14 de maio de 2019, para alongamento do prazo do contrato, prevendo vencimento em abril de 2031 (antes vencimento em abril de 2028), além de alterar a periodicidade do pagamento das parcelas mensais para trimestrais, essa condição se mantendo até março de 2021, em contraparte dessas dilações foi negociado um encargo adicional de 1,1%. Porém, foi negociado entre as partes que a qualquer momento a controlada Enel Distribuição São Paulo poderá exercer o direito de retornar as condições anteriores ao que foi negociada nesse aditivo. A parcela IIb refere-se ao valor de mercado dos imóveis da Enel Distribuição São Paulo devolvidos pela FUNCESP à controlada Enel Distribuição São Paulo. Os pagamentos relativos a esse contrato são realizados em parcelas mensais e consecutivas, baseados na tabela Price, que incluem juros anuais de IGP-DI + 5,22%% a.a. + 1,1% adicionais referente a negociação feita no quinto aditivo (sendo esta taxa revista anualmente pela FUNCESP de acordo com a legislação em vigor estabelecida pela PREVIC) ou ajuste mensal das parcelas por TR + 8,0% a.a., prevalecendo o maior entre os dois indexadores. Esse contrato tem como garantia os recebíveis da controlada Enel Distribuição São Paulo e seu prazo de vencimento se dará em maio de 2031. Esse contrato não apresenta cláusulas restritivas impostas à controlada Enel Distribuição São Paulo.

O contrato de ajuste de reservas matemáticas, assinado em 30 de setembro de 1997, quinta vez em 14 de maio de 2019, para alongamento do prazo do contrato, prevendo vencimento em abril de 2031 (antes vencimento em abril de 2028), além de alterar a periodicidade do pagamento das parcelas mensais para trimestrais, essa condição se mantendo até março de 2021, em contraparte dessas dilações foi negociado um encargo adicional de 1,1%. Porém, foi negociado entre as partes que a qualquer momento a controlada Enel Distribuição São Paulo poderá exercer o direito de retornar as condições anteriores ao que foi negociada nesse aditivo. O saldo desse contrato é ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da FUNCESP. Os pagamentos relativos a este contrato são realizados em parcelas mensais e consecutivas, baseados na tabela Price, que incluem juros anuais de IGP-DI + 5,22%% a.a. + 1,1% adicionais referente a negociação feita no quinto aditivo (sendo essa taxa revista anualmente pela FUNCESP de acordo com a legislação em vigor estabelecida pela PREVIC). Esse contrato tem como garantia os recebíveis da controlada Enel Distribuição São Paulo e seu prazo de vencimento se dará em abril de 2031. Esse contrato não apresenta cláusulas restritivas impostas à controlada Enel Distribuição São Paulo.

Atualmente, os saldos dos contratos de confissão de dívida totalizam R\$ 3.586.772 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 3.327.881 em 31 de dezembro de 2018).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A parcela do déficit no montante de R\$ 2.281.866 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 471.444 em 31 de dezembro de 2018) é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela controlada Enel Distribuição São Paulo para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012 e aquelas utilizadas pela FUNCESP administradora do plano de benefícios para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar e tende a ser eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano. A taxa de desconto real aplicada pela FUNCESP é de 5,22% a.a. em 31 de dezembro de 2019 (5,64% a.a. em 31 de dezembro de 2018), enquanto a utilizada pela controlada Enel Distribuição São Paulo é de 3,20% a.a. (4,80% a.a. em 31 de dezembro de 2018).

Benefício de pagamento de multa do FGTS - Programa de incentivo a aposentadoria (PIA)

A controlada Enel Distribuição São Paulo mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do fundo de garantia por tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao aviso prévio do empregado e demais benefícios, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

O programa de incentivo à aposentadoria (PIA) está previsto no acordo coletivo de trabalho vigente (até 2021), e vem sendo praticado pela controlada Enel Distribuição São Paulo desde 2010. Cabe destacar que o oferecimento do programa aos colaboradores ocorre anualmente (conforme previsto em acordo coletivo vigente) e as regras de elegibilidade, benefícios e pagamento da multa de 40% do FGTS na aposentadoria aos elegíveis estão previstos em acordo coletivo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Valor presente da obrigação atuarial no início do ano	1.340.378	1.262.343	1.195.169	1.133.948	700.832	590.645	12.615.448	-	15.851.827	2.986.936
Aquisição da controlada Enel Distribuição São Paulo	-	=	-	-	-	-	-	11.637.252	-	11.637.252
Custo dos serviços correntes	1.830	1.806	1.525	2.044	1.457	1.761	29.187	10.523	33.999	16.134
Custo dos serviços passados	(3.980)	-	(5.751)	-	(4.740)	-	(17.027)	-	(31.498)	-
Contribuições de participantes do plano	113.757	116.224	102.978	105.387	60.460	54.708	1.085.114	660.676	1.362.309	936.995
Custo dos juros	26	27	1.913	1.972	-	-	7.109	4.497	9.048	6.496
Benefícios pagos pelo Plano	(118.263)	(115.585)	(89.683)	(93.665)	(58.121)	(52.901)	(1.152.050)	(685.783)	(1.418.117)	(947.934)
Ganhos (perdas) atuariais sobre a obrigação atuarial	232.443	75.563	158.488	45.483	151.122	106.619	2.653.851	988.282	3.195.904	1.215.947
Valor presente da obrigação atuarial total	1.566.191	1.340.378	1.364.639	1.195.169	851.010	700.832	15.221.632	12.615.447	19.003.472	15.851.826

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	Enel Distri	buição Rio	Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	933.966	866.404	1.163.874	1.191.046	508.716	432593	8.708.781	-	11.315.337	2.490.043
Aquisição da controlada Enel Distribuição São Paulo	-	-	-	-	-	-	-	8.285.652	-	8.285.652
Retorno esperado dos ativos do plano	81.790	82.813	101.965	113.146	45.159	41.726	760.963	456.543	989.877	694.228
Contribuições do participante do plano	26	27	1.913	1.972	-	-	7.109	4.497	9.048	6.496
Contribuições do empregador	73.926	75.237	18.385	20.970	39.578	41.743	345.467	207.291	477.356	345.241
Benefícios pagos pelo Plano	(118.263)	(115.585)	(89.683)	(93.665)	(58.121)	(52.901)	(1.152.050)	(685.783)	(1.418.117)	(947.934)
Ganhos (perdas) atuariais sobre a obrigação atuarial	133.471	25.070	271.379	(69.595)	98.699	45.555	556.581	440.582	1.060.130	441.612
	1.104.916	933.966	1.467.833	1.163.874	634.031	508.716	9.226.851	8.708.782	12.433.631	11.315.338

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial

	Enel Distri	buição Rio	Rio Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Valor presente das obrigações atuariais	1.566.191	1.340.378	1.364.639	1.195.169	851.010	700.832	15.221.632	12.615.447	19.003.472	15.851.826
Valor justo dos ativos	(1.104.916)	(933.966)	(1.467.833)	(1.163.874)	(634.031)	(508.716)	(9.226.851)	(8.708.781)	(12.433.631)	(11.315.337)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	461.275	406.412	(103.194)	31.295	216.979	192.116	5.994.781	3.906.666	6.569.841	4.536.489
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	-	-	200.251	83.184	_	-	-	-	200.251	83.184
Ativo/(passivo atuarial líquido) (*)	461.275	406.412	97.057	114.479	216.979	192.116	5.994.781	3.906.666	6.770.092	4.619.673
Dívida contratada	1.947	23.563	-	=	-	745	-	-	1.947	24.308
Ativo/(passivo atuarial líquido apurado)	463.222	429.975	97.057	114.479	216.979	192.861	5.994.781	3.906.666	6.772.039	4.643.981
Circulante Não Circulante	463.222	- 429.975	2.284 94.773	2.377 112.102	21.440 195.539	37.179 155.682	12.358 5.982.423	11.160 3.895.506	36.082 6.735.957	50.716 4.593.265

^(*) O valor referente a controlada Enel Distribuição Rio contempla o saldo da dívida contratado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Custo do serviço corrente	1.830	1.806	1.525	2.044	1.457	1.761	29.187	10.523	33.999	16.134
Custo do serviço passado	(3.980)		(5.751)		(4.740)		(17.027)		(31.498)	-
Outras contribuições - Contribuição definida	-	-	-	-	-	-	4.468	1.665	4.468	1.665
Custo do serviço líquido	(2.150)	1.806	(4.226)	2.044	(3.283)	1.761	16.628	12.188	6.969	17.799
Juros sobre a obrigação atuarial	113.757	116.224	102.979	105.387	60.460	54.708	1.085.114	660.676	1.362.310	936.995
Rendimento esperado dos ativos no ano	(81.790)	(82.813)	(101.965)	(113.146)	(45.159)	(41.726)	(760.963)	(456.543)	(989.877)	(694.228)
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	-	-	7.947	15.955	-	-	-	=	7.947	15.955
Juros líquidos sobre o passivo	31.967	33.411	8.961	8.196	15.301	12.982	324.151	204.133	380.380	258.722
Juros líquidos sobre beníficio definido passivo/(ativo)	29.817	35.217	4.735	10.240	12.018	14.743	340.779	216.321	387.349	276.521

Valor que cada categoria principal de ativos do plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

	Enel Distri	buição Rio	Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuiç	ão São Paulo	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Renda fixa	857.168	633.640	1.219.811	965.069	508.849	317.537	7.704.421	7.196.937	10.290.249	9.113.183
Renda variável	126.892	90.092	80.714	57.054	61.319	41.614	1.023.258	921.824	1.292.183	1.110.584
Investimentos imobiliários	107.250	116.550	127.434	99.397	18.572	69.024	234.362	315.258	487.618	600.229
Outros	13.606	93.684	39.874	42.354	45.291	80.541	264.810	274.762	363.581	491.341
Total do valor justo dos ativos do plano	1.104.916	933.966	1.467.833	1.163.874	634.031	508.716	9.226.851	8.708.781	12.433.631	11.315.337

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ganho/ (Perda) atuarial	232.443	75.563	158.488	45.483	151.122	106.619	2.653.851	988.282	3.195.904	1.215.947
Ganho/ (Perda) sobre os ativos	(133.470)	(25.070)	(271.379)	69.595	(98.699)	(45.555)	(556.581)	(440.582)	(1.060.129)	(441.612)
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	-	-	109.119	(91.507)	-	-	-	-	109.119	(91.507)
Variação no ajuste para reconhecimento de dívida	(21.617)	(72.940)		-				-	(21.617)	(72.940)
Total de outros resultados abrangentes no exercício	77.356	(22.447)	(3.772)	23.571	52.423	61.064	2.097.270	547.700	2.223.277	609.888

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do efeito de teto de ativo de benefício definido

	Enel Distribuição Rio		Enel Distrib	uição Ceará	Consolidado		
	31/12/2019 31/12/2018		31/12/2019 31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018	
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	23.563	96.503	83.184	158.736	106.747	255.239	
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	-	-	7.947	15.955	7.947	15.955	
Variação no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	(21.617)	(72.940)	109.120	(91.507)	87.503	(164.447)	
Efeito do teto de ativo não reconhecido ao final do exercício	1.946	23.563	200.251	83.184	202.197	106.747	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Premissas biométricas adotadas

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo estão demonstradas a seguir, em valores nominais:

Controlada Enel Distribuição Rio

Principais premissas atuariais	Planos BD	Planos CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	7,28%	7,33%	6,81%	7,07%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,28%	7,33%	N/A	N/A
Taxa do crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média

Controlada Enel Distribuição Ceará

Principais premissas atuariais	Planos BD	Planos CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	7,38%	6,44%	7,38%	6,34%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,38%	6,44%	N/A	N/A
Taxa do crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	N/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para avaliação atuarial dos planos de saúde do exercício de 2019, adotou-se como premissa para estimar o aumento dos custos médicos a taxa (inflação médica) de 7,38% a.a. (3% a.a. em termos reais). No exercício anterior a taxa assumida foi de 9,18 a.a. (3% a.a. em termos reais).

Controlada Enel Distribuição Goiás

			Plano	
Principais premissas atuariais	Planos BD	Planos CD	Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	7,22%	7,22%	7,59%	6,96%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	8,99%	8,99%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	-	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light - Média	Light - Média	Light - Média	Light - Média

Para os saldos acumulados no FGTS foi adotada a premissa de rentabilidade real nula.

Controlada Enel Distribuição São Paulo

Principais premissas atuariais	FUNCESP	FGTS
Taxa de desconto	6,91%	7,22%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	6,91%	N/A
Taxa do crescimento salarial	5,04%	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,00%	N/A
Tábua de mortalidade geral (despesa)	AT-2000 masculina agravada em 10%	AT-2000 masculina agravada em 10%
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Experiência 2012 agravada em 40%	Experiência 2012 agravada em 40%
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos	18,66%	18,66%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

36. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculados pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada como segue:

	Contro	ladora	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.119.749	1.682.868	2.153.155	1.146.209
Reversão dos juros sobre capital próprio	63.855	-	15.655	-
Alíquota nominal dos tributos (*)	34%	34%	34%	34%
	(1.082.425)	(572.175)	(737.395)	(389.711)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	1.226.467	784.766	(77.058)	-
Incentivos fiscais	-	-	77.593	215.729
Ativo fiscal não constituído	-	-	(164.651)	-
Diferido constituído s/ prejuízo	-	-	(738)	955.476
Outros	(82.241)	(42.742)	(28.718)	25.444
Reversão de tributos diferidos passivos	-	-	2.180.943	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	61.801	169.849	1.249.976	806.938
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(6.501)	(561.715)	(492.122)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	61.801	176.350	1.811.691	1.299.060
Total	61.801	169.849	1.249.976	806.938

^(*) O imposto de renda foi apurado à alíquota de 15%,mais adicional de 10% sobre a parcela excedente ao lucro de R\$ 240, e a contribuição social a 9%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir a composição dos tributos diferidos:

Controladora:

	Balanços patrimoniais		DRE e DRA	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
IR e CS sobre diferenças temporárias	304.151	242.350	61.801	176.350
Provisão para processos judiciais e outros	6.121	6.239	(118)	298
Provisão ganho/perda com instrumentos financeiros			• • •	
derivativos	-	(6.212)	6.212	(9.123)
Prejuízo fiscal	174.825	122.629	52.196	122.630
Provisão materiais e serviços	16	1.436	(1.420)	9.525
Variação cambial não realizadas	107.636	89.182	18.454	54.828
Outras	15.553	29.076	(13.523)	(1.808)
Efeito no resultado do exercício	304.151	242.350	61.801	176.350
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs – Reconhecidos				
no patrimônio	-	(15.163)	-	
Custo atribuído (Patrimonio Líquido)	-	(15.163)	-	-
Total	304.151	227.187	61.801	176.350

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado:

	Balanços patrimoniais		DRE e DRA	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
			,	
IR e CS sobre diferenças temporárias	4.740.632	3.628.984	(274.257)	1.323.603
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	337.295	455.865	(133.443)	170.177
Provisão para processos judiciais e outros	680.575	1.160.414	(485.592)	200.567
Provisão para perdas de estoque	-	1.648	(3.574)	1.580
Provisão ganho/perda com instrumentos financeiros derivativos	(35.759)	(17.530)	5.277	(25.657)
Prejuízo fiscal	1.789.313	1.743.305	297.879	890.294
Provisão materiais e serviços	17.372	40.386	(2.696)	12.455
Remuneração das imobilizações em curso	5.781	6.578	(797)	(797)
Diferença de taxa de depreciação/amortização	70.763	66.737	(2.235)	(7.025)
Baixa FUNAC	148.477	-	148.477	(7.023)
Beneficio fiscal do ágio incorporado	165.545	_	(115.008)	_
Variação cambial não realizadas	1.649	25.958	7.453	11.870
Provisão transporte de energia	36.618	5.170	7.433	1.758
Provisão PDV	43.443	59.222	(15.779)	59.222
Ajuste avaliação atuarial	1.576.768	863.696	(13.779)	39.222
Mais valia	(420.717)	(461.103)	40.386	41.774
Provisão de benefício a empregados	266.093	282.077	(15.984)	(1.918)
Outras	57.416	(603.439)	1.379	(30.697)
Outras	37.410	(003.433)	1.575	(50.057)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	(874.304)	(3.430.446)	2.085.948	(24.212)
Ativo indenizável	(769.373)	(623.929)	(145.444)	(109.508)
Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC)	(43.732)	(47.318)	3.586	17.412
PPA Enel Distribuição Goiás (Purchase Price Allocation) PPA Enel Distribuição São Paulo (Purchase Price	(407.223)	(422.986)	15.762	15.764
Allocation)	381.560	(1.836.970)	2.206.779	9.198
Diferido perdas de bens	1.805	1.805	-	-
Custo atribuído	(21.071)	(492.373)	12.860	54.634
Atualização monetária de depósitos judiciais	(53.989)	(50.597)	(3.392)	2.541
Estorno de variação cambial sobre ativo imobilizado	37.719	41.922	(4.203)	(14.253)
Efeito no resultado do exercicio	3.866.328	198.538	1.811.691	1.299.391
_				
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado				,
abrangente	300.015	1.404.077	719.797	(331)
Plano de pensão	305.900	1.408.831	755.914	(1.536)
Swap (DRA)	1.392	309	(21.320)	6.268
CPC 48	(801)	(5.063)	-	(5.063)
Variação cambial	(6.476)	-	518	-
Outros	-	-	(15.315)	-
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs – Resultado no				
patrimônio _	-	(2.661)	-	
Custo atribuído (Patrimonio Líquido)	-	(2.661)	-	-
Total =	4.166.343	1.599.954	2.531.488	1.299.060
Ativo diferido	4.237.021	3.852.206		
Passivo diferido	(70.678)	(2.252.252)		
	. ,			

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com base no estudo técnico e geração de lucros tributários futuros e estimativas de Administração, para o exercício findo de 31 de dezembro de 2019, a realização dos tributos diferidos ativos será distribuída nos seguintes exercícios:

Controla	dora	Consolidado Realização de Ativo Diferido	
Realização de A	tivo Diferido		
2020	41.031	2020	640.933
2021	60.550	2021	448.144
2022	37.516	2022	458.095
2023 a 2025	73.338	2023	799.732
2026 a 2028	61.162	2024 a 2029	1.819.439
2029	30.554		4.166.343
	304.151		

37. Receita líquida (Consolidado)

A composição do fornecimento de energia elétrica é como segue:

	Consol	idado
	31/12/2019	31/12/2018
Fornecimento faturado (a)	33.550.418	27.319.571
Fornecimento não faturado (a) e (b)	691.345	636.139
Consumidores, concessionários e permissionários	34.241.763	27.955.710
Suprimento de energia elétrica	1.694.757	2.089.048
Subvenção Baixa Renda	264.124	287.020
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	235.744	279.722
Subvenção CDE - desconto tarifário (c)	1.192.653	1.040.871
Disponibilidade da rede elétrica (b)	11.400.914	5.754.791
Disponibilização da rede de transmissão (RAP)	299.837	324.327
Disponibilização da rede de transmissão com partes relacionadas (nota 31)	643	5.689
Receita de construção (d)	3.036.917	3.006.052
Valores a receber (devolver) da Parcela A e outros itens financeiros (e)	284.853	1.327.290
Gestão dos ativos de geração - GAG	185.533	221.388
Atualização do bônus de concessão	57.106	53.868
Amortização do bônus de concessão	(50.295)	(48.365)
Energia elétrica de curto prazo (f)	260.022	474.771
Venda de energia excedente	203.282	-
Outras receitas (g)	487.727	803.471
Receita operacional bruta	53.795.580	43.575.653
(-) Deduções da receita		
ICMS (h)	(10.161.778)	(7.812.201)
PIS (h)	(844.697)	(674.103)
COFINS (h)	(3.884.783)	(3.105.918)
ISS (h)	(10.617)	(8.827)
RGR - Quota para reserva global de reversão	(18.131)	(16.643)
CDE	(4.792.616)	(4.547.061)
P&D e eficiência energética	(309.694)	(131.777)
Compensação financeira utilização de recursos hídricos	(13.689)	(13.397)
Taxa de Fiscalização	(44.531)	(31.988)
Outros impostos e contribuições sobre a Receita	(3.295)	(1.542)
Total de deduções de receita	(20.083.831)	(16.343.457)
Total	33.711.749	27.232.196

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica: Os serviços de distribuição de energia elétrica estão suportados pelos contratos de adesão (consumidores de baixa tensão) e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão. A medição é realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia e o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida no momento em que as faturas são emitidas, utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL. Com a finalidade de adequar o consumo ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.
- (b) Receita de disponibilidade da rede elétrica Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD): A Companhia reconhece a receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos) e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema (TUSD), a qual é definida pela ANEEL. Essa receita é constituída pela compensação dos custos relativos ao uso do sistema de distribuição que estão inseridos na TUSD.
 - A receita pela disponibilidade da rede elétrica é registrada de forma líquida das compensações pagas aos consumidores, relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Tais indicadores refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência
- (c) Subvenção de recursos da CDE: Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Receita de construção: As entidades abrangidas dentro do escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem registrar a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes. Os custos da construção da infraestrutura efetuados pela Companhia são confiavelmente mensurados. Portanto, as receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas na medida em que são incorridas, uma vez que a Companhia possui o direito executável pela obrigação de desempenho concluída até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção é reconhecida imediatamente como despesa.

A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Entretanto, considerando que o modelo regulatório vigente, não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura dos serviços de distribuição de energia elétrica, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

- (e) Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros: Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização.
- (f) Energia elétrica de curto prazo: A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação, de acordo com o montante de energia não distribuída no mês e comercializada no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica. A energia contratada e não distribuída pela Companhia é vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).
- (g) Outras receitas: A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, podendo ser inerentes ao serviço de distribuição, tais como serviços cobráveis, ou atividades acessórias, como arrecadação de convênios. O reconhecimento de receitas é registrado conforme contrato entre as partes e cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente, cujas tarifas podem ser acordadas entre as partes dependendo da natureza do serviço ou homologadas pela ANEEL.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (h) Impostos sobre vendas: As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:
 - Programa de Integração Social (PIS) 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de servicos;
 - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços O ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. As principais classes são tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial; e isento para a classe residencial com consumo até 90kv, 12% para consumo entre 91kv a 200kv e de 25% para consumo acima de 201kv;
 - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza Entre 2% a 5% incidente sobre a prestação de serviços onde o imposto é devido no estabelecimento prestador. Nos casos em que o imposto é devido no local da execução, deverá se aplicar a alíquota correspondente no respectivo município.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

38. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora					
		31/12/2019				
	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal (inclusive previdência privada)	(34.771)	-	(34.771)	(37.473)	-	(37.473)
Material	(160)	-	(160)	(37)	-	(37)
Serviços de terceiros	(39.473)	-	(39.473)	(28.470)	-	(28.470)
Depreciação e amortização	(1.027)	-	(1.027)	(147)	-	(147)
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	(17.138)	-	(17.138)	(18.429)	-	(18.429)
Resultado da equivalencia patrimonial	3.609.088	-	3.609.088	2.308.136	-	2.308.136
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	633	-	633
Provisão para processos judiciais e outros	(1.002)	-	(1.002)	(455)	-	(455)
Outras (despesas)/receitas operacionais	(152.465)	386	(152.079)	(103.242)	(204)	(103.446)
Total	3.363.052	386	3.363.438	2.120.516	(204)	2.120.312

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado 31/12/2019 31/12/2018 Despesas Despesa Despesas Despesa gerais e Custo do Custo do administrativa de gerais e de administrativas Vendas Servico Vendas Outras Total Servico Outras Total Pessoal (inclusive previdência privada) (366.200) (12.089) (948.634) (1.326.923) (366.082) (10.597) (1.136.780) (760.101)Administradores (2.895)(5.070)(1.125)(1.050)(550)(579)(3.100)(4.229)Material (71.556)(63.325)(134.881)(70.117)(49.727)(119.844)Matéria-prima e insumos para produção de energia (240.751) (240.751) (73.024)(73.024)(17.329)(735.734) (1.055.064) (33.624)(447.094)Serviços de terceiros (1.308.262)(2.061.325)(1.535.782)Energia elétrica comprada para revenda (16.967.921) (16.967.921) (14.600.656) (14.600.656) Encargos do uso do sistema de transmissão (2.927.766)(2.927.766)(2.066.908) (2.066.908)(8.406)Encargo do uso de rede elétrica (8.406)Transporte de potência (79.566)(79.566) (54.830)(54.830)Encargos do serviços de sistema (19.616)(19.616) 85.594 85.594 Custos na desativação de bens (49.946) (49.946) (75.021)(75.021)Perda por redução ao valor recuperável 633 633 Depreciação e amortização (1.126.439)(938.385)(2.064.824)(966.042)(467.666)(1.433.708)PCLD clientes (102.976) (231.108)(334.084)21.175 (158.706)(179.881)Perda de recebíveis de clientes (116.249)(45.030)(45.030)(116.249)Custo de construção (2.306.165)(730.752)(3.036.917)(2.229.085)(776.967)(3.006.052)Provisão para processos judiciais e outros (208.387)(208.387)(108.853)(108.853)Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC (436.698)(436.698)Amortização e reversão do ágio oriundo da (17.138)(17.138)(18.429)(18.429)incorporação Receita de multas por impontualidade de clientes 290.971 290.971 62.673 62.673 Ressarcimento de encargos serviços do sistema 14.218 14.218 Arrendamentos e aluquéis (11.129)(11.129)(395)(395)Seguros (4.739)(4.739)(1.494)(1.494)Outras receitas (despesas) operacionais (52.417)62 (200.654)(158.119)(411.128) (54.590)(198)(232.250)95.616 (191.422)(249.631) 116.984 (269.909)158.289 (24.490.669) Total (25.503.512) (4.513.710)(30.149.869)(21.534.781) (2.844.268)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

39. Resultado financeiro

	Controladora		Consoli	dado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita financeira				
Rendimentos de aplicações financeiras	17.987	12.061	140.916	125.950
Juros e atualização financeira por impontualidade de clientes	-	-	205.787	61.303
Transações com partes relacionadas	460.527	86.872	-	-
Variação monetária dos valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	-	-	166.870	75.397
Receita financeira - Ativo indenizável	-	-	300.492	269.723
Correção depositos judiciais	-	-	33.756	561
Instrumentos financeiros derivativos	96.227	241.396	778.421	1.421.557
Variação cambial ativa	381.706	291.694	631.488	830.097
Variações monetárias diversas	-	-	234.064	311.482
Atualização crédito PIS e COFINS	-	=	79.655	1.302
Ganho disputa judicial Furnas (a)	-	-	103.625	-
Outras receitas financeiras	9.603	14.948	68.761	102.007
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(28.660)	(5.295)	(53.841)	(17.319)
Total da receita financeira	937.390	641.676	2.689.994	3.182.060
Despesa financeira				_
Variações monetárias	-	-	(111.874)	(97.611)
Encargos de dívidas	(603.070)	(363.666)	(978.586)	(1.170.920)
Atualização de impostos e multas	-	· -	(22.737)	(3.475)
Atualização de provisão para processos judiciais e outros	(93)	(63)	(171.745)	(130.115)
Encargo de fundo de pensão	-	-	(380.486)	(258.874)
Juros debêntures	-	-	(401.022)	(42.594)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(154.795)	(645.833)	(1.482.961)
Atualização P&D/PEE	-	-	(32.150)	(16.605)
Encargos com vendas de recebíveis	-	-	(13.486)	(102.284)
Variação monetária dos valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	-	-	(13.409)	(4.059)
Atualização acordo Eletrobras (nota 29)	-	=	(99.914)	(65.806)
Cartas de fiança e seguros garantia	-	-	(50.505)	(25.393)
IOF e IOC	(124.312)	(234)	(131.257)	(15.508)
Atualização Financeira GSF	-	-	(33.831)	(21.939)
Variação cambial passiva	(443.977)	(514.131)	(866.680)	(1.073.973)
Subvenções governamentais	-	-	(4.083)	-
Outras despesas financeiras	(9.627)	(46.231)	(141.121)	(265.261)
Total da despesa financeira	(1.181.079)	(1.079.120)	(4.098.719)	(4.777.378)
Tatal de vacultado financeiro	(242.000)	(407.444)	(4 400 705)	(4 505 245)
Total do resultado financeiro	(243.689)	(437.444)	(1.408.725)	(1.595.318)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) O montante de R\$ 103.625 refere-se à segunda parcela incontroversa recebida na controlada Enel Distribuição Rio em razão de uma disputa judicial com Furnas, cujo objeto foi a declaração de nulidade das Portarias DNAE nºs. 36, 37, 40, 49 e 75, todas de 1986. As Portarias estabeleceram, conforme o caso, novas "Tarifas a Medidor da Supridora Furnas" e novas "Tarifas de Repasse de Suprimento de Itaipu", tanto na modalidade de Demanda quanto de Consumo, violando os Decretos-Lei nºs. 2.283 e 2.284, de 27 de fevereiro de 1986 e 10 de março de 1986, respectivamente, que instituíram congelamento de preços no âmbito do então chamado Plano Cruzado. A controlada Enel Distribuição Rio já havia levantado o principal em 2017 (primeira parcela incontroversa) e a discussão prosseguiu devido às divergências quanto aos critérios de atualização do saldo. A Companhia segue em discussão judicial sobre outros itens de correção do saldo, para os quais ainda não há um consenso. Por se tratar de parte controversa do caso, a controlada Enel Distribuição Rio classifica essa discussão como ativo contingente, não tendo efetuado nenhum registro (a melhor estimativa é um valor de R\$ 80.000).

40. Participação nos resultados

A Companhia e suas controladas implantaram o programa de participação dos empregados nos resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos, metas estas que vem desde o plano estratégico da Empresa até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador. O montante dessa participação no exercício de 2019 foi de R\$4.503 (R\$6.713 em 2018). A participação da Companhia somada às controladas, no exercício de 2019, foi de R\$149.724 (R\$92.069 em 2018).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

41. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço do Grupo estão segurados por uma apólice de Risco Operacional com um limite máximo de indenização combinado de Danos Materiais e Lucros Cessantes. O Grupo também contrata um seguro de Responsabilidade Civil que faz parte do programa de seguros corporativos. Ambos os programas têm validade no período compreendido de 01 de novembro de 2019 a 31 de outubro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2019, as controladas da Enel Brasil possuíam as seguintes coberturas de seguros.

Risco operacional

	Data de vigência			Limite máximo
Controladas	De	Até	Importância assegurada	de garantia por sinistro
Enel Distribuição Rio	01/11/2019	31/10/2020	1.782.602	4.441.200
EGP Cachoeria Dourada	01/11/2019	31/10/2020	3.000.604	4.441.200
Enel CIEN	01/11/2019	31/10/2020	1.748.512	4.441.200
CGTF	01/11/2019	31/10/2020	1.106.311	4.441.200
Enel Distribuição Ceará	01/11/2019	31/10/2020	1.091.261	4.441.200
EGP Volta Grande	01/11/2019	31/10/2020	1.291.607	4.441.200
Enel Distribuição Goiás	01/11/2019	31/10/2020	2.118.778	4.441.200
Enel X	01/11/2019	31/10/2020	13.926	4.441.200
Enel Distribuição São Paulo	01/11/2019	31/10/2020	3.781.392	4.441.200

Responsabilidade civil

Data de vigência		1	Limite máximo	
Controladas	De	Até	Importância assegurada	de garantia por sinistro
Enel Distribuição Rio	01/11/2019	31/10/2020	N/A	79.642
EGP Cachoeria Dourada	01/11/2019	31/10/2020	N/A	79.642
Enel CIEN	01/11/2019	31/10/2020	N/A	79.642
CGTF	01/11/2019	31/10/2020	N/A	79.642
Enel Distribuição Ceará	01/11/2019	31/10/2020	N/A	79.642
EGP Volta Grande	01/11/2019	31/10/2020	N/A	79.642
Enel Distribuição Goiás	01/11/2019	31/10/2020	N/A	79.642
Enel X	01/11/2019	31/10/2020	N/A	79.642
Enel Distribuição São Paulo	01/11/2019	31/10/2020	N/A	79.642

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

42. Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes foram avaliados até 20 de fevereiro de 2020, data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, e a transação a seguir foi identificada como material e qualitativa, resultando na divulgação através dessa nota explicativa.

Tendo em vista a necessidade de capital de giro para o início de 2020 e se valendo da alta liquidez do mercado para operações em dólar, bem como de seus preços competitivos no segundo semestre de 2019, a controlada Enel Distribuição Ceará contratou, em 17 de dezembro de 2019, uma operação na modalidade de captação externa (Lei nº 4.131) com o banco Scotiabank no montante de R\$ 150.000 para desembolso em 07 de janeiro de 2020. O contrato possui uma taxa fixa de 2,14% a.a. e vencimento para 07 de janeiro de 2021. Para mitigar o risco dessa operação à variação cambial foi contratada simultaneamente uma operação de swap, trocando os valores e taxa pactuados em dólares por valores em reais com um custo de CDI + 0,19% a.a.